

w w w . m a c r o h i s t o r i a . c o m

macrohistoria

• Número 7 • 2024

ISSN 2735-749X



macrohistoria

• Número 7 • 2024

ISSN 2735-749X

Sumario

Os humanistas, os cristãos-novos e a construção de um porto atlântico no século XVI

Amândio Barros 1 - 21

Medicina y el Pacífico: Circulación, desconexión y cólera en Chile y Perú, 1880s

Joshua Savala 22 - 32

La guerra comercial de William Morris: una aplicación a la industria de alcoholes y las denominaciones de origen

Carolina Cofre Silva 33 - 48

Aproximaciones al quehacer político mapuche y sus encuentros con el indigenismo internacional. Primera mitad del siglo XX

Juan Porma Oñate, Vania Cabrera 49 - 53

Principales tendencias de las tasas de suicidio en Chile: 1921-2020

Manuel Llorca-Jaña, Javier Rivas, Daniel Morales-Campos 66 - 80

Las "Guerras Frías nacionales" de América Latina: el caso de Brasil (1945-1985)

Pamela Mancilla Azargado 81 - 98

Créditos y agradecimientos

Agradecemos enormemente a Juan Sebastián Zapata-Mujica por la donación de la fotografía las dunas del desierto de Lenções maranhense, en el Estado de Maranhão, Brasil, que sirve para la portada de este número.

Os humanistas, os cristãos-novos e a construção de um porto atlântico no século XVI

Humanists, New Christians and the construction of an Atlantic port in the 16th century

Amândio Barros**

Resumen

Este artículo analiza Oporto, ciudad atlántica, como un espacio cultural en transformación durante las primeras décadas del siglo XVI, destacando el papel pionero de un grupo de humanistas en la reorganización y modernización de su infraestructura portuaria. La construcción del faro de São Miguel-o-Anjo, ejemplo paradigmático de innovación renacentista, se interpreta como símbolo de una intervención cultural y técnica que combinó conocimiento humanista, ingeniería marítima y planificación urbana moderna. A través de un enfoque interdisciplinario, este estudio demuestra cómo la influencia de estos humanistas, en colaboración con agentes locales, la Corona y actores nacionales, consolidó el puerto como un centro de cultura y poder, integrándolo en las redes atlánticas emergentes. Además, el artículo aborda la presencia de cristianos nuevos y su contribución a este entorno cultural y comercial, situando a Oporto como un caso ejemplar de modernidad cultural y marítima. Este estudio aporta a la

Abstract

This article examines Porto, an Atlantic city, as a cultural space undergoing transformation in the early 16th century, highlighting the pioneering role of a group of humanists in the reorganisation and modernisation of its port infrastructure. The construction of São Miguel-o-Anjo lighthouse, a paradigmatic example of Renaissance innovation, is interpreted as a symbol of a cultural and technical intervention that combined humanist knowledge, maritime engineering, and modern urban planning. Through an interdisciplinary approach, this study demonstrates how the influence of these humanists, working alongside local agents, the Crown, and national interests, established the port as a centre of culture and power, integrating it into emerging Atlantic networks. Additionally, the article explores the presence of New Christians and their contribution to this cultural and commercial environment, situating Porto as an exemplary case of cultural and maritime modernity. This study advances port historiography by emphasising the role of

* Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto – CITCEM-UP, UIDB/04059/2020. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8143-3961>

historiografía portuaria al subrayar el papel de los intelectuales en la configuración de espacios marítimos y en la construcción de modelos innovadores de organización portuaria

Palabras clave: Oporto, humanismo renacentista, modernización portuaria, aro de São Miguel-o-Anjo, redes atlánticas, cristianos nuevos, historiografía portuaria.

Recibido: 6 de febrero 2023

intellectuals in shaping maritime spaces and constructing innovative port organisation models.

Key words: Porto, Renaissance humanism, port modernisation, São Miguel-o-Anjo lighthouse, Atlantic networks, New Christians, port historiography. Abstract

Aceptado: 9 de octubre de 2024

1. Introdução

Quando pensamos num porto, em primeiro lugar ressalta a ideia de que se trata de uma infraestrutura económica e, como tal, estudamos portos, navios, mercadorias e movimento marítimo; portos e desenvolvimento; portos e obras públicas; portos e investimentos; portos e construção naval. Mas sabemos que os portos são (muito) mais do que isso. E, portanto, também pensamos na relação entre eles e as sociedades em que se integravam ou serviam. Estudamos portos e bairros de marinheiros; portos e trabalho; portos e movimentos migratórios; portos e marginalidade; portos e intercâmbio cultural; portos e arquitetura. Em terceiro lugar, pensamos nos portos como lugares estratégicos do ponto de vista militar e no seu papel nos conflitos bélicos, e somos levados a refletir sobre a vulnerabilidade das sociedades antigas, avaliando a questão portos e guerra. Porventura pensamos menos, e essa é a quarta ideia, nos portos como entidades capazes de suscitar o desenvolvimento de recursos administrativos e burocráticos (salvo, talvez, do ponto de vista fiscal), mas quando atentamos nisso, vemos portos e suas estruturas administrativas, alfândegas, despacho aduaneiro, quadros de pessoal, livros de registo, balanças e uma certa flexibilidade institucional em ordem a concretizar diferentes operações e a torná-las mais expeditas. Mas devemos também pensar em portos e saúde pública, portos e medicina, portos e visitas de saúde, portos e quarentenas... e numa mentalidade *sui generis*, de abertura e de um certo cosmopolitismo que lhes modela o carácter. Porque, enfim, os portos foram, desde sempre, lugar de encontro, de troca de experiências e saberes, de contactos com o outro e de formas de o reconhecer, em suma, espaços dinâmicos do ponto de vista cultural. Por vezes, temos a sorte de ver como eram, pelo menos aproximadamente, quando os encontramos representados em atlas históricos e cartas náuticas medievais e modernas, ou em gravuras

dos séculos XVIII e XIX, porque o imaginário dos portos foi sempre fonte de inspiração de pintores e engenheiros.



Gravura 1. O Porto no atlas de Pedro Teixeira, 1634. Fonte: El atlas del Rey Planeta..., 2002

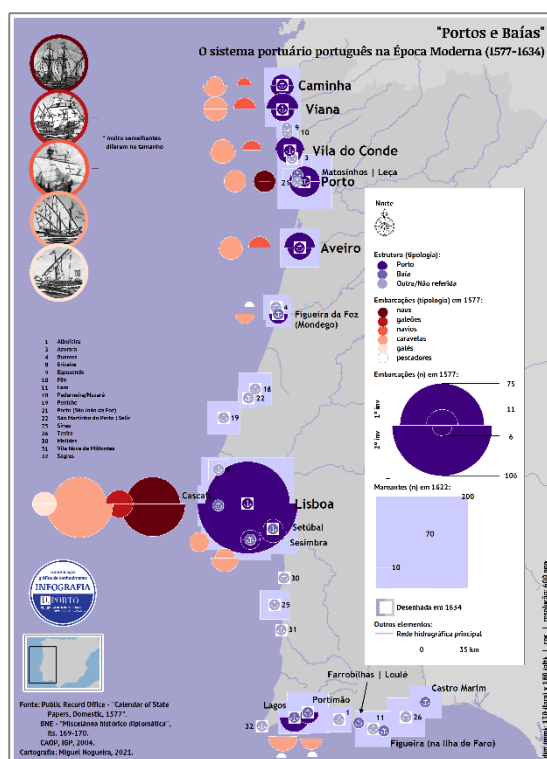
Há um interesse cada vez maior entre os historiadores pelo estudo dos portos.¹ E as ideias expostas –tão sintéticas quanto incompletas–² valem como um questionário para todos os portos ao longo da história; neste texto, a cronologia fixa-se entre final da Idade Média e início da Época Moderna. Nesse período, os velhos ancoradouros, rudimentares, aproveitando quase somente as condições naturais, normalmente nas margens dos rios, paulatinamente deram lugar a estruturas mais complexas, com molhes, cais, armazéns (por vezes utilizando as antigas taracenas medievais),³ funcionários, e dinâmicas mais vincadas. Tornando-se, no fundo, entidades com cada vez maior peso nas economias. E voltamos ao movimento portuário, entrada e saída de navios, e ao estímulo que a operação portuária deu ao desenvolvimento da cidade onde se estabeleceu e às regiões envolventes, e à sua própria projeção inter-regional e internacional, a evolução do transporte a média e longa distância, o incentivo ao relacionamento com economias de maior ou menor proximidade e espaços ultramarinos, a criação e distribuição de riqueza e os beneficiários dessa riqueza. Um período que também se tornou mais complexo do ponto de vista social e do contacto com o estrangeiro, acentuando dimensões como a da marginalidade, contrabando, cumplicidades, fuga ao fisco, solidariedade com marinheiros, mesmo com aqueles que o estado central queria longe do reino, mas que

¹ Rivera Medina, 2021.

² Evitarei ao máximo notas e citações bibliográfica. Remeto para estudos abrangentes que relatam fases e realizações da construção portuária, com bibliografia relevante. Exemplos: Barros, 2016, Silva, 1988.

³ Atarazanas em Castelhana.

os portos recebiam como parceiros de negócios indispensáveis.⁴ Estudamos a morte que vinha do mar, o medo dos navios vindos de terras infetadas, dos inimigos em tempo de guerra, e dos piratas. E por isso as cidades portuárias protegiam-se. Afastavam-se do mar sempre que podiam; trata-se de uma realidade que hoje nos passa despercebida pois a malha urbana destas terras estendeu-se até lindar com o oceano. Mas, repito, assim não acontecia nos tempos mais recuados. Estar a distância segura do mar era característica das cidades portuárias portuguesas; unia-as o facto de se localizarem junto a rios navegáveis que ligavam ao mar, e por isso havia tão poucas. Um espião inglês percorreu-as em vésperas da *felicíssima* armada, em 1587.⁵ E na lista que mandou para Londres só elevou seis a essa categoria: Caminha, Viana, Vila do Conde, Porto, Aveiro e Lisboa; aos demais ancoradouros chamou *baías*, e eram os seguintes: Leça/Matosinhos, Buarcos, Cascais, Sesimbra, Setúbal, Lagos, Portimão, Farrovilhas, Figueira e Castro Marim.



Mapa 1. Sistema portuário português, 1577-1634. Fonte: BNE, Miscelânea histórica diplomática, fls 169-170

Lisboa e Porto tinham muralhas e aproveitaram-nas para criar espaços de acolhimento dos navios. Os primeiros molhes foram construídos junto das portas que abriram para os respetivos rios, Tejo (junto à Porta do Mar ou do Arco Escuro) e Douro (Porta da Ribeira); em todas,⁶ as estruturas portuárias articulavam-se com o uso de praias fluviais. Foram objeto de

⁴ Antunes e Polónia (eds.), 2016: 2-3.

⁵ The National Archives, *Calendar of State Papers, Domestic, 1577*.

⁶ Viana também tinha muralhas.

debate municipal, troca epistolar com os reis e encargo fiscal para os moradores, uma vez que os dinheiros das câmaras e os financiamentos da Coroa eram sempre insuficientes para as concretizar.

Os aspetos económicos, sociais e culturais foram, assim, inseparáveis da vida portuária, tornando este campo de estudos estimulante e complexo pois mobiliza conhecimentos de diferentes áreas, tornando-se um campo de estudo pluridisciplinar. Neste texto, estudarei sinteticamente a criação de um porto atlântico, o Porto, e o modo como esta cidade se tornou referência e modelo de lugar que mobilizou vontades, esforços e recursos.⁷ E perceber também que este porto – como outros portos com história – constitui um bom exemplo de um objeto de estudo que mobiliza saberes de diferente natureza. Que suscita um diálogo interdisciplinar decorrente da relação mar-porto-espço urbano, e está na base da criação de um património e de uma memória marítima.

Começarei por falar dele do ponto de vista de uma ideia, de um ato cultural de tipo renascentista. Depois, acompanharei as suas origens e desenvolvimento baseando-me na sua carta de foral. Devo dizer que embora se trate de um particularismo que pode não ser muito interessante a um público internacional, a afinidade (de processos, instituições e práticas culturais e vivências do quotidiano) entre os diferentes componentes do mundo ibero-americano, darão sentido a estes dados locais.⁸

1. Em 1528 acenderam-se os primeiros fogos no farol de São Miguel-o-Anjo, na Cantareira, Foz do Douro,⁹ mandado fazer por D. Miguel da Silva, bispo de Viseu. Um farol na costa portuguesa no início do século XVI; invulgar na história da relação deste reino com o mar,¹⁰ era estrutura fixa, em pedra, cumpria uma função essencial e a sua simples existência, em época tão recuada, bastaria para traduzir o dinamismo portuário da cidade.

É possível acreditar que a ideia da construção deste equipamento nasceu no seio de uma tertúlia de humanistas que existiu no Porto nos últimos anos da década de 1520. Desconhecemos a dimensão deste grupo, mas a identidade de alguns dos seus membros indica que o nível intelectual dos seus encontros seria elevado. Composto por italianos, castelhanos e portugueses com obra reconhecida, este núcleo desmente a ideia que

⁷ *Behavioural geography*, conceito avançado por Hoyle, B. S. e Pinder, D. A. (ed.), 1992: 155-175.

⁸ Que esclarecerei sempre que necessário.

⁹ Hoje integrada no Porto, junto ao mar, e, na época, no termo da cidade.

¹⁰ A sinalização da costa, desde a Idade Média (no reino de Portugal), consistia em estruturas do tipo fachos e atalaias, usadas quando era preciso e levantadas quando o perigo passava. Raramente havia estruturas permanentes para guiar a navegação.

normalmente corre de uma cidade do Porto fechada, distante do cosmopolitismo que alguns portos europeus da época revelavam.

Na casa que lhe cedera o Bispo D. Pedro da Costa, sobranceira ao Douro, morava Maria Pacheco, dama toledana exilada em Portugal depois da execução do marido, Juan de Padilla, líder do movimento *comunero* na chamada *Guerra de las Comunidades de Castilla* (1520-1522). A *Leoa de Castela*, como foi conhecida, participara ativamente na revolta, governando Toledo e chefiando os revoltosos, e livrara-se da morte graças ao Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa que por ela intercedera junto de D. João III e este conseguiu que Carlos V a deixasse viver. Tinha como companhia o conterrâneo Diego Sigeu, pai da famosa Luísa Sigeia, e recebia intelectuais reconhecidos como D. Miguel da Silva, o arquitecto Francesco de Cremona (Abreu, 2010: 557-559) que ele patrocinava, e viajantes que vinham ao Porto, como Mariangelo Accursio, e o seu próprio irmão Diego Hurtado de Mendoza, distinto em Letras e Diplomacia. Segundo o que se sabe, Maria Pacheco era culta; falava Grego e Latim, e sabia Matemática e História. Morreu no Porto em 1531 sem nunca ter obtido perdão real. Foi sepultada na Sé. Na sua pedra tumular —desaparecida na voragem das obras que o templo conheceu ao longo dos séculos— lia-se uma inscrição da sua própria autoria,¹¹ e um poema que o irmão lhe dedicou como epitáfio.¹²

Miguel da Silva tinha planos ambiciosos para a foz do Douro. Recordemos que era senhor do couto de São João da Foz por ser abade comendatário do mosteiro de Santo Tirso, a quem o lugar pertencia. Planos ambiciosos, inspirados nos modelos da Antiguidade Clássica e nas obras que engrandeciam cidades italianas do Renascimento. Planos que pretendiam reproduzir na Foz o complexo arquitetónico portuário que os romanos haviam erguido no porto de Óstia, dotando-a do primeiro sistema consistente de orientação da navegação que o Douro conheceu. Até então, na entrada da barra os pilotos valiam-se de um pinheiro, o *Pinheiro da Marca*, que servia como baliza e modo de determinação *ad hoc* do rumo dos navios. Planos, enfim, que não ficaram no papel: foram concretizados, produzindo no centro do rio, à entrada da barra, e na margem direita, um conjunto de estruturas funcionais que devia ter um impressionante efeito estético: um templete com colunatas, inscrição latina e pedestal que suportava uma divindade marinha togada, à romana, *Portmus*, e o farol de São Miguel-o-Anjo

¹¹ Abunda a bibliografia sobre ela; síntese em Pérez, s/d. Onde se reproduz: “Ad illustris D. Mariae Pacciechae Tumulum. / Principibus genita, et Padillae conjugis ultrix, /Maria sexus honos clauditur hoc tumulo. /Haec quis nos potuit (vitam cum clausit exul) /conjugis ad bustum gressibus ire, volens, /Sousa [su capellán] et Ficorhous [su secretario: ¿La Higuera?] rara pietate ministri /curarunt dominam condere sarcophago. /Viscera sed postquam dederit putrefacta cadaver /contumulanda ferent ossibus ossa viri. /Finis”. <https://dbe.rah.es/biografias/7698/maria-pacheco>

¹² Si preguntas mi nombre, fue María,/Si mi tierra, Granada; mi apellido/ De Pacheco y Mendoza, conocido/ El uno y el otro más que el claro día /Si mi vida, seguir a mi marido;/Mi muerte en la opinión que él sostenía/ España te dirá mi cualidad/ Que nunca niega España la verdad.

que alguns autores consideram o primeiro edifício puramente renascentista em Portugal e um dos faróis fixos mais antigos da Europa. Um historiador local chamou-lhe “notável edifício” (Basto, 1949: 253-261; Barroca, 2001: 37-45)



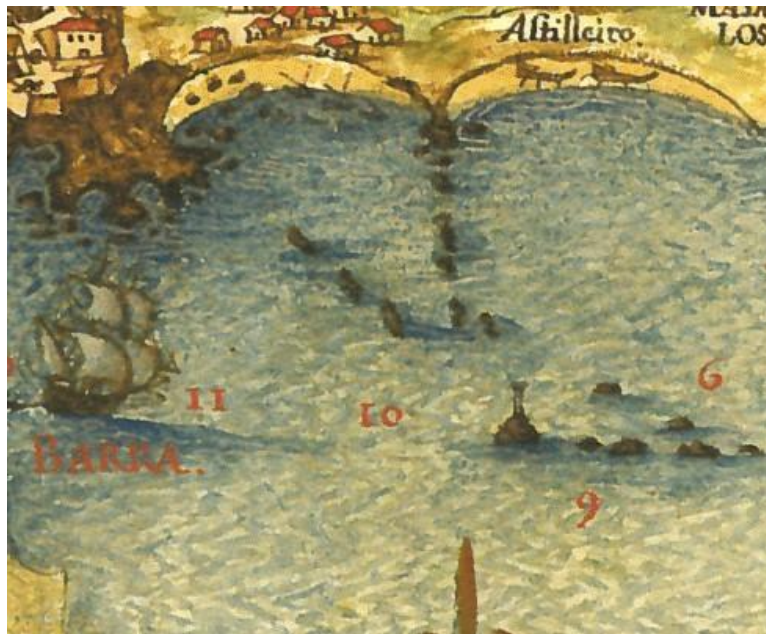
Gravura 2. Farol de São Miguel-o-Anjo. Fonte: *50 gravuras do Porto*, CMP, 1963

Era uma estrutura inédita na costa portuguesa e hoje ainda a podemos admirar porque continua de pé e recentemente restaurada. Trata-se de uma torre quadrangular em cantaria de granito encimada por cúpula de tijolo com oito gomos, pequena abóbada, rebocada e caiada; apresenta no interior uma forma octogonal com três nichos que levariam imagens, e um altar, bem como uma escada em caracol fixada na parede junto à porta, pela qual se acedia à cobertura. O edifício tinha três grandes inscrições latinas, ao gosto clássico, uma das quais ainda é visível no exterior. É quase certo que Francesco de Cremona e D. Miguel da Silva (e, porventura, a própria Maria Pacheco, fluente em línguas clássicas e alegada autora de algumas epígrafes da Sé e cidade de Braga¹³) discutiram-nas com Mariangelo Accursio, que era um iminente epigrafista.¹⁴ A luz do farol, no interior da torre, estaria em grande candeia alumiada, projetando-se para fora e para o olhar dos mareantes pela vidraça da parede oeste; segundo vontade do instituidor, a chama deveria arder perpetuamente, indicando aos navios um percurso seguro.

¹³ Além da citada inscrição para o seu túmulo; Deswarte-Rosa, 2012: 63.

¹⁴ Natural de Áquila, reino de Nápoles, este arqueólogo, filólogo, epigrafista, humanista..., foi protegido por Carlos V, em cuja corte viveu. A sua presença no Porto deveu-se a viagem com Diego Hurtado de Mendoza, na qual recolheu epígrafes, entre 1525 e 1529; DESWARTE-ROSA, 2012.

Em meados do século XIX foram resgatados ao fundo do rio a estátua da divindade marinha, o pedestal onde estava e uma lápide; com isso e com o estudo das obras na igreja de São João, ligada ao mar e à navegação, podemos estender o processo de intervenção na barra até 1536.¹⁵ As preocupações do Bispo tinham razão de ser, pois de perigos e de acidentes trágicos se fazia a história dessa barra, pontuada por traiçoeiros recifes, visíveis e submersos, onde muitos navios, bens e vidas se perderam. Navegar ali era um tormento, e a obra de Miguel da Silva constituía, assim, uma dádiva para os mareantes.¹⁶



Gravura 3. Restos do templete mandado fazer por D. Miguel da Silva (1634)

2. Pouco mais de dez anos haviam decorrido entre a inauguração da torre e a publicação do foral que D. Manuel I concedeu à cidade em 20 de junho de 1517. Alguma relação haverá entre estes dois eventos. A entrada em vigor desta carta de foral instituía um novo regime fiscal, com efeitos na circulação de mercadorias e frequência de navios nesta cidade portuária. De resto, o desenvolvimento portuário foi acompanhado por igual evolução da fiscalidade, com a introdução de taxas sobre o transporte e comércio marítimo cujas receitas serviram, em geral, para financiar as obras que estas estruturas cada vez mais exigiam (González Tascón, 2003: 72-73).

Os forais foram importantes diplomas. Criavam concelhos e incluíam matéria económica e fiscal. Instituídos na Idade Média, estavam desatualizados no final do século XV, à porta dos

¹⁵ Curiosamente, coincidindo com a agonia do *pinheiro da marca*, que começara a secar em 1530.

¹⁶ Rumo ao Porto. É impensável que São João da Foz se transformasse num porto autónomo. Nunca houve estruturas (cais e armazéns, por exemplo), nem a cidade o admitiria. Esta hipótese é aventada no valioso trabalho de QUEIRÓS, s/d: 10.

tempos modernos. Tinham um caráter arcaico, de tipo feudal em alguns casos, e matérias desadequadas às exigências do emergente estado moderno. Por isso, D. Manuel reformou-os, 'despindo-os', sempre que isso foi possível, dos direitos e obrigações senhoriais, transformando-os, em geral, em documentos de natureza primordialmente fiscal (embora continuando a conceder a dignidade municipal às terras que os recebiam) de muito interesse para a relação entre a Coroa e as terras, e relevantes nas dinâmicas portuárias. Dispensamo-nos de comentar todo este longo e complexo processo reformista. Apenas assinalarei que na história dessa reforma o Porto foi um dos concelhos que primeiro levantou a voz a favor dos que se sentiam prejudicados pelo envelhecimento dos primitivos forais – quase todos os do país – e pelos abusos senhoriais, nas cortes de Santarém de 1430 (Salgado, 1988: 178).

Não repugna pensar que o discurso dos municípios e, mais adiante, os forais novos de D. Manuel constituam sinais da modernidade em Portugal. Não que a pretendida reconfiguração concelhia e alteração da natureza dos diplomas tenham sido inequivocamente relevantes; mas acima de tudo, porque desapossaram os senhores da gestão, cobrança e usufruto dos direitos, dando início a práticas próprias daquilo a que chamamos "estado fiscal", com máquina burocrática, sistema tributário, locação de direitos e acumulação de rendas para financiamento dos empreendimentos da Coroa.

O Porto discutiu a reforma do seu foral com D. Manuel e com a comissão por ele nomeada para o efeito durante vinte anos. Tal demora não surpreende pois tratava-se de uma das mais importantes cidades e portos do Reino, e as matérias a tratar eram bastante sérias. Basta lembrar que, para além do foral da cidade havia também o da Alfândega, que o rei D. João I lhe outorgara em 1410, e a partilha de direitos comerciais entre o rei, o município e o bispo que, não raras vezes, entravam em conflito acerca da aplicação de taxas aos mercadores. Numa das reuniões, a 31 de março de 1511, esteve presente Fernão de Pina, que D. Manuel pusera à frente da comissão de reforma, intermediando o conflito que opunha a Vereação ao Bispo e Cabido sobre os direitos dos cereais que vinham do mar, e decidindo, seis anos antes da aprovação do texto definitivo, que "do pom do mar que vem pella foz, que o dicto Bispo e Cabido dizem que aviam d'aver de sessenta alqueires hum, ajam somente de oytenta alqueires hum". Que a reforma não era fácil provam-no as contendas de cada vez que chegava um navio, de cada vez que se pretendiam cobrar direitos. E por isso, durante anos revirou-se o cartório municipal em busca de documentos que sustentassem reivindicações, enviaram-se informações para a Corte, receberam-se propostas referentes aos diferentes títulos do foral aceitando-se umas e recusando-se outras, até que se chegou ao resultado final que hoje conhecemos. Ou não, como já veremos.

Os documentos tinham um índice com os títulos das matérias; serve-nos para caracterizar esta cidade portuária. Como é desta condição —de um porto atlântico em construção que ganha projeção oceânica na Época Moderna— que trata este texto procurarei traçar em linhas muito

gerais a evolução dos negócios relacionando-a com esta carta municipal, incluindo diversos particularismos que no entanto me parecem úteis para recuperarmos memórias portuárias e práticas que se impuseram no desenvolvimento deste espaço marítimo.

Em primeiro lugar, tratava-se de uma cidade que precisava de ser abastecida de pão, como em geral as cidades e terras portuguesas, sempre carecidas de cereais, assunto tratado no título das colheres. Em Miragaia, que foi o primitivo bairro de marinheiros, mestres e de senhorios de navios, sobrevive uma velha fonte medieval chamada Fonte da Colher; diz a tradição que aí se desembarcavam cereais e se pagava este tributo, o que é duvidoso, pois existia a Alfândega e locais para essa descarga, que era muito vigiada.

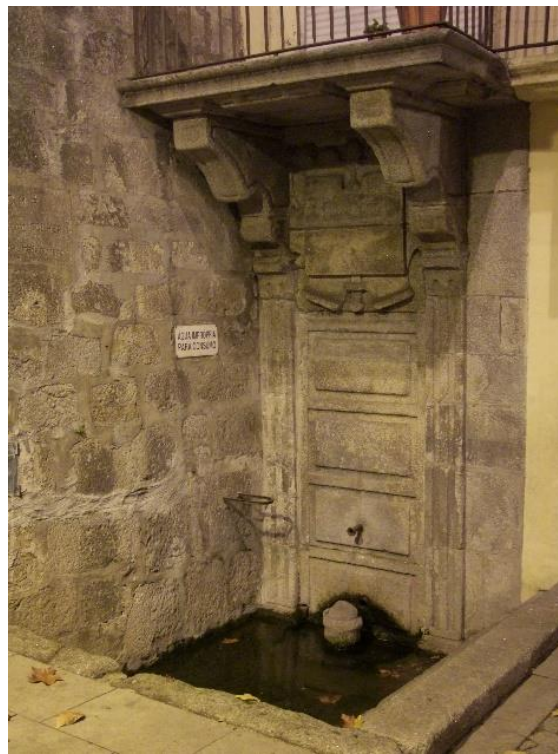


Foto 1. A fonte da Colher, Miragaia. Fonte: *Creative Commons*

Mas quando se referem os navios da cidade, os mestres e senhorios, a posse de embarcações, a capacidade de transporte a média e longa distância (e, noutras fontes, a forma como se desenvolveram os trâmites legais – notariais – dos fretamentos), isso já tem muito maior significado. Diz-nos que possuir uma frota mercante com navios ativos desde a Idade Média era recurso-chave quando se tratava de buscar longe o pão que alimentava os habitantes do burgo nos frequentes períodos de carestia vividos desde então e por toda a Época Moderna. Diz mais: diz que, ainda nos últimos séculos medievais, começava a crescer um grupo de armadores que acumulava riqueza no transporte marítimo, e capitais invisíveis que fortaleciam e estimulavam a economia marítima deste porto e dos seus satélites (Fonseca, 1999: 15-20).

Ao bairro marítimo e aos navios associavam-se infraestruturas, desde logo um cais, este intramuros, na Ribeira, um ponto de venda, ou mais do que um, uma praça com tendas e um porto. A expressão ribeira da cidade, evoca construção de navios, ainda nos primeiros séculos medievais, ordenada pelo comportamento do rio, que aí formava um areal, uma praia. No século XV, a construção naval – de naus – foi transferida para Miragaia, onde havia outra praia, mais ampla, organizada em estaleiro naval moderno e de onde saíram os primeiros modelos de naus que participaram na expansão marítima portuguesa (Barros, 2016: 198-218). Mas, mais do que tudo, esta transferência e esta forma de separar a construção de navios do movimento comercial mostram um ordenamento portuário plenamente assumido e precoce.

Um rio e um porto. Uma combinação vulgar, e sempre tão importante e complexa. Tudo dependia ou era determinado pelo rio Douro. Pelo seu canal corriam vinhos como nos 'conta' o foral. Ana María Rivera (2011: 251) encontrou a mesma realidade na ria de Bilbau nos últimos séculos medievais, e Jacques Rossiaud o mesmo no Ródano. Quem conhece o Porto pensa logo nesta associação entre espaço portuário e vinho. Porém, em nome do rigor histórico importa retificar algumas ideias sobre o assunto. Embora o vinho fosse um tema recorrente, e começasse a traçar uma curva exportadora ascendente, designadamente para as armadas que anualmente saíam do Reino, nesta altura a prioridade era abastecer a cidade. E os vinhos de Riba Douro, aqueles que tradicionalmente a ela chegavam e estão na base dos licorosos antepassados do Vinho do Porto, não bastavam. Por isso, após o título do vinho das barcas, imposto por pipa transportada nas embarcações que anunciavam os rabelos e o tributo da venda à prancha, segue-se o dos vinhos que entravam pela foz, embora nem sempre de forma pacífica, traduzindo, com isso, problemas de circulação que o foral novo não resolveu. Mas o vinho permanece como uma constante nesta história dos portos: a sua relação estreita entre ambos, com a própria história cultural dos vinhos —as tabernas e as suas sociabilidades difíceis, o abastecimento das cidades, o confronto dos municípios com os exportadores, e os debates camarários sobre vinhos, enfim, os vinhos e os navios, binómio indissociável da narrativa do seu desenvolvimento. No Porto, esta realidade seria evidente, marcando, até hoje, a sua existência (Silva, 2008: 167-192), e ainda somarei mais algumas notas ao tema.

O rio Douro domina na 'paisagem' descrita pelo foral. Atravessava-se em barcas de passagem unindo as gentes das duas margens, remoto serviço de transportes fluviais tabelado pelo município. Era recurso intensamente explorado, elemento central na estruturação do porto e sustento da cidade. Sem surpresa, a pesca, taxada em diferentes modalidades (condado, nabão, sáveis, solhos, dízima nova do pescado...), o trânsito de barcos para montante e jusante (entrada pelo rio, saída pelo rio, entrada pela foz, saída pela foz...) e o grande comércio que por ele chegava expresso no título da Alfândega que, como disse, tinha legislação específica e desenvolvida.

Era um Douro de duas margens povoadas, como observamos pelo título dos vizinhos de Gaia, espaço portuário coeso com funções distribuídas pelos arrabaldes. E também com influência sobre um extenso território que ia até à Galiza, a norte, e a Aveiro, a sul, fornecendo-lhe mais-valias em gente, mercadorias e negócios, isto é, reforçando a centralidade demonstrada desde a Idade Média, e que se estendia para montante, acompanhando o seu curso navegável, até ao povoado duriense de São João da Pesqueira, e para lá da fraga ali existente, até à fronteira com Castela e além.

O foral regulava as relações económicas introduzindo legislação que se pretendia clara. Mas estava longe de o ser. Os intervenientes rapidamente se aperceberam que havia matéria dúbia; uns procuraram aproveitar-se dela, outros impedi-los disso. Aprovado em 1517, é invocado pela primeira vez em 1519 quando Pêro Correia, rendeiro da entrada dos vinhos, foi chamado à Vereação porque cobrava mais direitos sobre o vinho do que aqueles estabelecidos "no foral novo". Reagiram depois os rendeiros das entradas queixando-se de que o foral os impedia de receber os direitos como até então. Iniciava-se um périplo de negociações e envio de emissários do Porto ao Rei, a resolver estes problemas. Em abril de 1520 sabe-se que um deles recebeu um "pano encerado pera levar os forais à corte", protegendo-os da chuva (AHMP – Cofre dos Bens do Concelho, liv. 3, fl. 78v). No mesmo ano o feito da dízima do sal e da cal foi entregue a "Bastiam do Reguo, escrivão ante Gregorio Cernache" (id., fl. 83). E em dezembro levantou-se a polémica com o juiz da Alfândega a propósito da "quita da sisa do pam que vem a esta cidade"; o representante da cidade, Jusarte Lobo, esperou nove dias em Évora pelo despacho do privilégio (id., fl. 88). Mas as dúvidas e retificações não foram apenas estas. Em 17 de janeiro de 1533 a sessão da Câmara foi adiada por falta de vereadores e procurador, ocupados no arquivo municipal à procura de sentenças "para amostrarem ao corregedor que nesta cidade está sobre o meter dos vinhos vermelhos nela"(AHMP – Vereações, liv. 11, fl. 130v). No ano seguinte, e fazendo-nos duvidar do carácter definitivo que atribuímos a estes textos, a Vereação elegeu Diogo Leite para ir à corte "assi ao fazer do foral como a outras cousas", dando-lhe instruções para confrontar os serviços da Coroa tanto com o foral da Alfândega, de D. João I (1410), como com o "foral dado por Fernam de Pina" (AHMP – Vereações, liv. 12, fls. 35, 50v). E em meados do século XVI havia um juiz do foral, que julgava causas como a que envolveu Jerónimo Dias e Domingues Eanes sobre açougagem (ADP – Po1º, 3ª série, liv. 6, fl. 102).

Outra questão pertinente, e pouco respondida, é a de avaliarmos o impacte do foral no desenvolvimento do comércio marítimo do porto. Os documentos sobre o aumento das exportações parecem indicar ter havido efeitos imediatos no comércio de vinhos e de couros. Nos vinhos, como escrevi, em relação com as armadas e a expansão marítima; nos couros, cimentando os contatos com a Biscaia, muito se debatendo as sucessivas partidas de navios carregados de peles para aquela que era a principal região fornecedora de ferro a Portugal. Mas em geral é difícil detetar nele a evolução dos tratos marítimos. De resto, a natureza do

diploma, se bem que tendesse para a modernidade do ponto de vista fiscal permanecia arcaica, devotada ao regulamento do abastecimento da cidade, organizando velhos títulos e sistematizando a cobrança de impostos. E se isso tem significado, não traduz totalmente a forma como a cidade prosperou. Com negócios, mercadorias, agentes e técnicas comerciais nascidas, e desenvolvidas, em contextos mais evoluídos.

3. Certamente, havia uma base medieval forte para afirmar este porto, embora algumas condições estruturais dificultassem a tarefa e impusessem ajustamentos. Os acessos eram precários e o mercado que servia pouco vasto. Difícil de internacionalizar e de fazer convergir para si um fluxo considerável de navegação estrangeira. Desde o século XIV, quando arrancaram os seus negócios internacionais, os mercadores e armadores minoraram estas limitações fazendo circular os navios, oferecendo-os ao frete internacional. Até à Flandres e ao Mediterrâneo, numa aposta no comércio de cabotagem sistemática e bem-sucedida. A tal ponto que foi nesta cidade que se desenvolveram os mecanismos legais de fretamento em Portugal, com um contrato do Porto a fazer jurisprudência e a passar à lei geral do Reino, às Ordenações Afonsinas¹⁷.

No século XV consolidou-se este espaço marítimo ao longo das duas margens do Douro e na costa marítima, cada qual com a sua função: Miragaia/Monchique, Massarelos, Ouro e São João da Foz, Gaia e Vila Nova, Matosinhos e Leça, lugares povoados de mareantes, armazéns, estaleiros, cais, serviços de estiva e carretagem, vigilância do mar e auxílio à navegação. Aumentou a frequência das visitas de embarcações estrangeiras, criou-se um corpo de pilotos da barra e estabeleceu-se um lazareto. Desenvolveram-se os processos administrativos de visitas aos navios (com os guardas-mores de saúde) e um modelo de inquérito sanitário – ainda no século XVI. Ao mesmo tempo, progrediu a frota local, e a construção naval transformou-se num importante negócio. Tão importante, que a Coroa satisfiz nesta cidade uma boa parte das suas necessidades de navios. Por um lado, as disponibilidades de madeiras, e de mão-de-obra muito contribuíram para este incremento de construção de embarcações nos últimos séculos medievais. Já referi a organização de um estaleiro de grande dimensão num lugar aberto e separado da operação comercial. A evolução tecnológica ficou bem patente nestes estaleiros, com uma boa frequência de construção de navios, evoluindo dos velhos modelos medievais, como o barinel ou a barca, para as caravelas e, cada vez mais, os navios e as naus. O estaleiro tornou-se uma fonte de receita para a cidade, que cedia uma parte do dinheiro pago pelos armadores —pelo uso da “areia” onde se faziam ou consertavam os navios— à confraria dos marinheiros de São Pedro de Miragaia. Os seus carpinteiros —rapidamente reconhecidos e organizados em “tronco” privilegiado pelo rei— (Barros, 2016: 193) juntos (com os calafates) no estaleiro de Miragaia, contaram com técnicos especializados, nem todos

¹⁷ Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, Livro IV, Título V (“Das Cartas de fretamento dos Navios”), fac-simile. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 55-63. Fretamento do baixel Santiago, de João Ramalho, Porto, 18 de maio de 1386.

portugueses, numa transferência de conhecimentos e técnicas que terá contribuído para que se operasse uma síntese tecnológica, traduzida na presença, ainda em pleno século XV, do genovês Jácome Lourenço, que fazia querenas, ou no basco Diogo de Bustamante, que teve responsabilidades no aviamento de encomendas de navios para a Rota do Cabo no início do século XVI (Barros, 2016: 196). Do labor do estaleiro, do qual apenas conhecemos listas de navios feitos e reparados, resultou a nau, modelo de navio que viria a ser uma das insígnias dos Descobrimentos e da Expansão. No século XV era este o tipo de navio predominante na frota mercante da cidade.

Aquilo que parece ser evidente é que este espaço nortenho da Península (aqui incorporando tanto o norte de Portugal como toda a costa norte de Espanha) se operou uma revolução técnica na construção naval, numa síntese de conhecimentos que importa assinalar. Recebendo contributos e inspiração técnica de vários lugares, como da Biscaia, a construção naval foi sector robusto e protegido na cidade (com apoio da Coroa), deslocado para espaço individualizado e organizado, no século XV, como já foi dito, o que se tratou, inegavelmente, de um fator de modernidade. As naus de Vasco da Gama e as primeiras da carreira da Índia foram aqui construídas para D. Manuel, na sequência de uma visita do seu antecessor, D. João II, que as pretendia utilizar no plano indiano que não chegou a concretizar. Mais tarde, em pleno século XVI, a relação com a Coroa voltou a estreitar-se com D. Sebastião e aprofundada com a Monarquia Hispânica, desta vez a propósito da fábrica de galeões no Ouro (Barros, 2016: 220-223).

Às estruturas e logística e ao desenvolvimento de comunidades ribeirinhas que forneceram os efetivos necessários à composição das tripulações, juntaram-se homens de negócios maioritariamente cristãos-novos, instalados no final do século XV na sequência da expulsão dos judeus de Castela, e a cidade – que eles também fizeram evoluir urbanisticamente a partir do morro da Vitória (Afonso, 2001: 201-211) – viu iniciar-se uma trajetória ascendente dos seus tratos marítimos. Fez-se uma aposta em rotas centradas no Atlântico, campo preferencial das redes que estabeleceram, tornando-se os protagonistas do Porto comercial da Época Moderna. Com eles, realizou-se o plano de internacionalização da cidade mostrando que um porto como empresa económica depende da capacidade de intervenção dos seus agentes para se afirmar, projetar e florescer. Também aqui, uma espécie de fator de modernidade, com a perceção de uma cada vez maior separação entre os que governavam a cidade (e o porto), e o tecido mercantil da mesma; uma certa dicotomia, porém muito porosa, entre a conservação de privilégios da elite dirigente (com preocupações de abastecimento da cidade e de governo incontestado da mesma e do território envolvente), e todo um novo jogo de trocas característico do capitalismo comercial emergente, notado no dinamismo destes novos protagonistas dos negócios. Mas o percurso de afirmação destes mercadores não se cumpriu sem obstáculos, sobretudo quando em meados do século XVI a Inquisição perturbou o seu quotidiano com devassas, processos, condenações e confisco de bens (Mea, 2002: 415-430).

4. Entre o final do reinado de D. Manuel, ou seja, pouco tempo depois da publicação do foral novo, e a segunda metade do século XVI, apesar dos sinais aqui detetados, vivera-se um período de algum abatimento mercantil, a que não foram alheios os seguintes fatores: o papel secundário do burgo no projeto expansionista da Coroa, que se realizava na base de um monopólio relativamente ao comércio com o Oriente – o chamado monopólio régio –, a diminuição (ou, pelo menos, pouca expressão documental) da navegação portuguesa no Levante e no Mediterrâneo, e, a nível local, a difícil ascensão deste novo grupo mercantil, que rivalizava no dinamismo e na habilidade nos negócios com a velha elite dirigente, facto que demorou a estabilizar até se concretizarem alianças entre ambos com casamentos e parcerias comerciais que apenas mais tarde dariam frutos (exemplo: casamento de Henrique Homem, cristão-velho, vereador em 1571, com Inês Henriques, filha dos cristãos-novos Isabel Vaz e Henrique Gomes; Barros, 2005: 264).

Não alcançamos a dimensão destes empreendimentos pela leitura do foral. Quanto muito, pressentimo-la nos processos e documentação da Alfândega, entidade reguladora do tráfico. E podemos avaliá-la em toda a sua grandeza nos cartórios notariais dos séculos XVI e XVII.

O Atlântico passou então a ser o seu mundo. Fortaleceu-se a ligação aos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias e, depois, a São Tomé, paragens obrigatórias da navegação e objetivo de mercadores prestes a descobrir o seu maior filão, o Brasil. E não só. Porque as Índias de Castela exerciam uma atração evidente, o que explicava também o interesse nos portos insulares e nas cidades do reino vizinho ligadas à finança, seguros, indústria e navegação, e comércio de escravos, que lhes abriu tantas portas.

As notas dos tabeliães são bastante informativas quanto a estes percursos. Se a historiografia tradicional relevava o papel das Coroas, das políticas dos estados centralizados, do conflito e rivalidade, estes documentos mostram com clareza que houve agentes privados que localmente delinearam estratégias, desafiaram disposições dos 'estados', conseguiram ultrapassar entraves legais, fronteiras e políticas restritivas e mover-se em variados mercados sem grandes limitações (Polónia, 2012: 111-132).

Este aspeto é evidente na continuidade que deram a relações antigas que suportaram os novos projetos. Se a 'Flandres' continuava a funcionar como a placa internacional por onde passavam os interesses ibéricos, Lisboa era a opção mais evidente e, paradoxalmente, pouco conhecida. O peso desta cidade nos negócios do Porto foi avassalador. Como porto de mar onde os navios encontravam fretes para uma geografia imensa, como centro administrativo que geria um império marítimo, como praça financeira e de seguros, como espaço de encontro de mercadores de diferentes nacionalidades que partilhavam interesses e tinham expressão global (Silva, 1959, 1961). Abundam as notícias de investimentos – alguns extremamente avultados – das redes cristãs-novas (caso de Simão Vaz e dos filhos Henrique e Manuel Gomes da Costa, entre os anos 1570 e as primeiras décadas do século XVII, caso dos Dias de Santiago,

ou dos Dias Henriques e outros), repetidas associações com mercadores de Lisboa que, para lá dos navios e da emigração, mostram um interesse que articulou opções atlânticas e orientais, por exemplo, no tráfico de diamantes.

Igualmente importante era Sevilha. Não é exagero dizer que no interesse dos homens de negócios equivalia a Lisboa. Que estava para o Atlântico e as Índias como aquela estava para o Oriente e a Rota do Cabo. E também há aqui matéria a explorar com emigrantes, mercadores, náuticos e navios locais a integrar-se nos circuitos das carreiras das Índias, inclusive em maior número do que o registado na carreira transoceânica portuguesa. Navios que rumavam (ilegalmente) do Brasil para Santo Domingo com açúcar, ou das Canárias para as Índias descarregando escravos, contornando proibições, obstáculos e embargos a coberto de associações com negociantes de Castela, práticas que se iniciaram desde os finais do século XV, cresceram nas primeiras décadas do século XVI e se intensificaram depois de 1580. Houve navios da cidade vendidos a contratadores castelhanos, e variados pilotos portuenses serviram na Carreira espanhola¹⁸. Em certas alturas, sobretudo durante a União Dinástica (mas as referências são anteriores), a cidade do Porto chegou a ser porto de arribada de navios das Índias. Na Alfândega, Porto Rico e o Peru estavam registados como fornecedores de ouro e prata à Casa da Moeda. Esta deslocação envolveu transações significativas e impulsionou uma rota regular de navios de Porto a Sevilha, ligação que não apenas estimulou o comércio, mas também as trocas entre ambas as cidades ao longo do século XVI.¹⁹

Para as companhias portuenses, Sevilha era incontornável, autêntico mercado aberto, palco de algumas das suas maiores transações. Não houve firma que não tivesse um correspondente na Casa da Contratação, junto dos grandes homens de negócios e seguradores sevilhanos, e dos banqueiros que as financiavam, trabalhando com eles de forma estreita, deslocando-se entre as praças ibéricas, flamengas e neerlandesas – Amsterdão passava a atrair mais do que Antuérpia –, e integrando os contingentes de mercadores enumerados por Eufémio Lorenzo Sanz (1979) no comércio com as Índias, e onde podemos identificar agentes do Porto no vaivém entre os dois lados do Atlântico. Homens de negócios que criaram casas bancárias e que dominaram o tráfico de escravos com as Índias, ficando, por todos, o exemplo de Bento Vaz, do Porto (Fernández Chaves; Pérez García, 2012: 216) Negociando, traficando, num movimento que continuará no século XVII. Em 1625, a Junta de Comércio de Madrid definia esta cidade como um dos "portos com muito comércio cujo tráfico deveria vigiar-se, muito especialmente para se evitar o contrabando com o holandês" (Alcalá-Zamora, 1975: 182). Estes fluxos traduziram-se no investimento no tráfico de escravos fazendo rumar os navios aos centros fornecedores africanos e distribuindo os cativos nas Índias através

¹⁸ Os navios portugueses na carreira das Índias chegaram ao nível das grandes carracas; no século XVII participaram nas frotas; Haring, 1918:264

¹⁹ seEm 1573 chegou a haver quatro viagens em abril, e só não houve em maio. ADP, Cabido, liv. 106, f. 3v, 5, 7v, 10, 10v, idem, 12v, 13v, 21v, 23v, 27v, 28, 29v, 34v, 36, 36v, 42v, 43, 45, 45v

das Canárias e Andaluzia, tendência que continuou mesmo depois do crescimento do tráfico para os engenhos de açúcar brasileiros. O tráfico de escravos foi instrumental nas relações destes mercadores com a América espanhola. As suas redes operavam na costa ocidental africana e o seu comportamento (mercantil) contribuiu para normalizar as relações entre portugueses e castelhanos, que se encontravam bastante instáveis desde o último quartel do século XV com as disputas e rivalidades suscitadas pelo controlo do tráfico da Mina e Guiné e, mais tarde, com as viagens de Colombo e fixação dos limites no Atlântico. Tema interessante, mostra como os quadros de relacionamento destes séculos devem ser constantemente reavaliados, pesando as formas de cooperação, colaboração e cumplicidade entre os agentes privados, e as rivalidades das coroas²⁰ e poderes centrais. Cumplicidade que explica a sucessão de viagens, denunciadas por responsáveis da marinha castelhana, como Pedro Menéndez de Avilés, comunicando que “Ítem, de Portugal van muchas carabelas y navíos a las Indias y cargan las mercaderías de las que les parece que pueden haber más interés y valse a las islas de Canaria y toman algunos vinos y hacen sus registros y valse camino de las islas de Santo Domingo o de Puerto Rico o de Cuba. Estos navíos llevan todos los marineros extranjeros y pasajeros por marineros y van sin visitarles los navíos” (Mira Caballos, 2015: 23-24). Ou então, e em conluios tão característicos da gente de mar ou dos negócios: “Or the Portuguese captain touched at the Canaries, made a fictitious sale of the vessel to one of the islanders, and continued the voyage as master of a pretended Spanish ship” (Haring, 1918: 113).

Do final do século XVI e inícios do século XVII existem notícias de viagens feitas a seu mando diretamente para os portos americanos, sobretudo para Cartagena, fortalecendo contactos e interesses, não somente nos portos-chave do comércio indiano, mas um pouco por todas as audiências e vice-reinados castelhanos das Índias. Prova disso é a penetração das redes no atual Chile, tradicionalmente interpretada desta forma: “Gracias a la unificación temporal de las dos coronas ibéricas, entre 1580 y 1640, comenzaba a fluir un importante numero de cristianos nuevos “portugueses” a los dominios españoles en el Nuevo Mundo. A ellos se les aseguraba su residencia en las posesiones hispánicas por medio de autorizaciones legalmente obtenidas, aunque seguían siendo considerados extranjeros en Castilla y en sus dominios de ultramar”; outros, e sempre ligados aos negócios de escravos, chegavam pelo Rio da Prata: “De estas manera, ya a comienzos del siglo XVII, se escuchan quejas sobre los «muchos portugueses que han entrado por el Rio de la Plata [...] cristianos nuevos y gente poco segura en las cosas de nuestra santa fe católica»” (Böhm Grümpeter, 1993: 27).

²⁰ Os privados conseguiam ultrapassar estas barreiras, contrariando políticas dos governantes, retirando benefícios: “These self-organized networks transcended the borders imposed by empires, forced the frontiers negotiated between polities and fostered a cross-cultural, multi-religious and trans-national world” (Atunes; Polónia, 2016: 2).

O Atlântico. Um mundo de muitas relações e interesses, ancorados no Brasil, a grande aposta portuense no século de Quinhentos. Que resultou na revitalização dos negócios da cidade, do seu porto e comércio marítimo, canalizando para aquele território sul-americano os maiores investimentos depois de uma fase exploratória nas Ilhas.

Recuperada a vitalidade económica e a fábrica naval, removidos os obstáculos (neutralização das iniciativas francesas no Brasil), os mercadores descobriram as potencialidades desse trato. A partir de meados do século, os portos do norte de Portugal dominavam a rota brasileira. Sobre o Porto, Jaime Cortesão chegou a considerar a relação da cidade com o Brasil o motor da economia da Restauração (Cortesão, 1940). Talvez excessivo, mas com o fundamento da alteração da hierarquia portuária do Reino. Graças à economia açucareira – para cujo desenvolvimento concorreram fortíssimos interesses portuenses na produção, posse e exploração de engenhos – e ao tráfico de escravos, a cidade deixou de ser o porto secundário de finais do século XV e primeira metade do século XVI tornando-se uma referência no panorama marítimo português.

Multiplicaram-se parcerias (onde entraram capitais externos, nomeadamente de Lisboa),²¹ deslocaram-se feitores, armaram-se navios, estruturou-se o porto em função do maior volume de tráfego, solicitaram-se os portos galegos para contornar pagamentos de direitos e redistribuiu-se açúcar para o norte da Europa e para o 'redescoberto' Mediterrâneo.

O foral manuelino não nos fala de açúcar. Mas a documentação da segunda metade do século XVI não fala de outra coisa, passe o exagero. Açúcar que, sem deixar de estar nas mãos dos mercadores nacionais, atraiu interesses externos. E o cosmopolitismo mencionado na abertura deste texto finalmente concretizou-se. Eis a formação de colónias de castelhanos, flamengos, alemães e franceses, familiares aos portuenses de Quinhentos e Seiscentos; eis a circulação de mercadores da cidade pela Europa, trazendo ideias vertidas em livros e estéticas, de que a corrente artística maneirista é o melhor exemplo. Eis a barra do Douro, que tanto trabalho deu aos intelectuais humanistas e às autoridades municipais melhorar, ver acrescentar-se o movimento que a animava sazonalmente.

É no Porto da Época Moderna que encontramos as raízes da burguesia com que a cidade ainda hoje gosta de se identificar. Nascida e criada no espaço da antiga judiaria do Olival, nas ruas de São Miguel, Belmonte, Ponte de São Domingos, e na distinta rua das Flores, prosperou com o seu porto, com o Douro e com o Atlântico que tantas vezes lhes levaram os filhos para

²¹ Basta pensar nas associações com mercadores como os Rodrigues d'Évora, todos os ramos da família Elvas, Pêro Godines, e outros, há muito estudados; Barros, 2016; Hinojosa Montalvo, 2008, a parceria de Henrique Homem e Simão Vaz com Fernão Rodrigues de Elvas, ADP – Po 1º, 3ª série, liv. 41, fl. 108v, a de Gabriel de Pina com Fernão Nunes Mendes, ADP – Po 1º, 3ª série, liv. 43, fl. 66v. Ou os negócios de Miguel e Bento Dias de Santiago, entre muitos e muitos outros. ADP – Po 1º, 3ª série, liv. 60, fl. 154

longe. Possa este texto servir para recordar a sua memória de homens empreendedores. De homens do mundo, feitos num porto, há quinhentos anos.

Fontes

F. Manuscritas

ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 6, fl. 102. *Po 1º*, 3ª série, liv. 41, fl. 108v. *Po 1º*, 3ª série, liv. 43, fl. 66v. *Po 1º*, 3ª série, liv. 60, fl. 154

Cabido, Redízima, livro 106

AHMP – *Vereações*, liv. 9, fl. 154v, liv. 11, fl. 130v, liv. 12, fls. 35, 50v

Cofre dos Bens do Concelho, liv. 3, fl. 78v, 83, 88v

The National Archives, *Calendar of State Papers, Domestic, 1577*

F. Impressas

Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, Livro IV, Título V ("Das Cartas de fretamento dos Navios"), fac-simile. 1984. Fundação Calouste Gulbenkian, 55-63

Bibliografia

Abreu, S. M. 2010. "A obra do arquitecto italiano Francesco da Cremona (c.1480-c.1550) em Portugal: novas pistas de investigação", in *A Encomenda, o Artista, a Obra*, coord. Natália Marinho Ferreira Alves. CEPESE, 557-583

Alcalá-Zamora y Queipo De Llano, J. 1975. *España, Flandes y el mar del Norte (1618-1639)*. Editorial Planeta

Afonso, J. F. 2001. "Dinâmicas urbanísticas do Porto no século XVI e início do século XVII - a colina da vitória como construção de uma cidade nova", in *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português - 1415-1822*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 201-211

Antunes, Cátia; POLÓNIA, Amélia (eds.). 2016. *Beyond Empires Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*. Brill

Barroca, Mário Jorge. 2001. *As fortificações do litoral portuense*. Edições Inapa

Barros, A. 2001. *Os Forais de S. João da Pesqueira*. Câmara Municipal

Barros, A. 2006. "O Porto e a construção dos navios de Vasco da Gama", in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I. Faculdade de Letras, 131-141

Barros, A. 2016. *Porto. A construção de um espaço marítimo no início da Época Moderna*. Academia de Marinha

De Barros, M. F; HINOJOSA MONTALVO, José (eds.). 2008. *Minorias Étnico-Religiosas na Península Ibérica. Período Medieval e Moderno*. Edições Colibri

Basto, A de M. 1949. *A propósito dum notável edifício quinhentista que existe na Foz do Douro*, in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", vol. 12, nº 3-4: 253-261

Böhm Grümpeter, G. 1993. "Cripto-judios y Judeo-Convertos en los tiempos de la Inquisición en Chile", in *Cuadernos Judaicos*, (20): 24-48

- Fernández Chaves, M. F.; PÉREZ GARCÍA, R. M. "La penetración económica portuguesa en la Sevilla del siglo XVI", in *Espacio, tiempo y forma*. Serie IV, Historia Moderna, 25, 199-222
- Cortesão, J. 1940. *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses – A Geografia e a Economia da Restauração*. Seara Nova
- Deswarte-Rosa, S. 2012. "Le voyage epigraphique de Mariangelo Accursio au Portugal, printemps 1527", in *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, Maria Berbara, Karl A.E. Enenkel (eds.). Brill, 2012, 19-111
- Duarte, L. M. 2003-2004. "Os «forais novos»: uma reforma falhada?", in *Revista Portuguesa de História*, tomo 36 (Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira), vol. I: 391-404
- Fonseca, L. A. da. 1999. *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Século XIV-Século XVI*. Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- González Tascón, I. 2003. "Tecnología naval portuaria hispana durante la Época Moderna", in *Naves, puertos e itinerarios marítimos en la Época Moderna*, Luis A. Ribot García e Luigi de Rosa (dir.). Editorial ACTAS, 71-89
- Gouveia, J. R. 2011. "Foral Manuelino de Caria". Caria: Junta de Freguesia de Caria, 2014, Separata da Revista *Beira Alta* vol. LXX: 97-120
- Haring, C. H. 1918. *Trade and Navigation Between Spain and the Indies in the Time of the Hapsburgs*. Harvard University Press
- Hoyle, B. S. e Pinder, D. A. (ed.). 1992. *European port cities in transition*. Halsted Press
- Lorenzo Sanz, E. 1979. *Comercio de España con América en la época de Felipe II*, 2 vols. Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Valladolid
- Machado, M. (2003). *O Central e o Local. A vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*. Edições Afrontamento
- Mea, E. 1979. "A Inquisição do Porto", in *Revista de Historia*, 2 (vol. 1 das Actas do Coloquio "O Porto na Época Moderna"): 215-227
- Mea, E. 2002 "Os portuenses perante o Santo Ofício – século XVI", in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, vol. II. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. Universidade Católica-Centro Regional do Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 415-430
- Mira Caballos, E. 2015. *El sistema naval del Imperio español: Armadas, flotas y galeones en el siglo XVI*. Punto de Vista Editores
- Polónia, A. 2012. "Jumping frontiers, crossing barriers. Technical and cultural transfers between the Mediterranean, the Atlantic and the Indian Oceans. The Portuguese overseas expansion case study", in *Oceans Connect: reflections on water worlds across time and space*, ed. Rila Mukherjee. Primus Books, 111-132
- Queirós, I. *A reabilitação da barra do Douro no século XVI: um desafio urbanístico à talassocracia atlântica*.
- Disponível em: https://www.citcem.org/encontro/pdf/new_03/TEXT0%20%20-%20Isabel%20Queir%C3%B3s.pdf (consult. 05-01-2024)
- Rivera Medina, Ana María. 2011. *La civilización del viñedo en el primer Bilbao, 1300-1650*. Netbiblo-UNED

Rivera Medina, Ana María (ed.). 2021. *Ports in the Medieval European Atlantic. Shipping, Transport and Labour*. The Boydell Press

Salgado, A. M; Salgado, J. 1988. "A extinção do marquesado de Montemor-o-Novo e o foral concedido por D. Manuel – sua relevância na génese do estado absoluto em Portugal", in *Revista de História*. INIC/Centro de História da Universidade do Porto, vol. 8: 169-184

Silva, C da; Vargas, José Manuel. 2016. *O Foral Novo de Torres Vedras, 1510 – Estudo e Edição Interpretativa*. Câmara Municipal

Silva, F. M da. 2012. *Os Forais Manuelinos do Entre Douro e Minho (1511-1520): Direito e Economia*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Silva, F da. 2008. "Do Douro ao Porto: O Protagonismo do Vinho na Época Moderna", in *Quinhentos/Oitocentos (Ensaio de História)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 167-192

Silva, J. G da. 1959/1961. *Marchandises et finances: lettres de Lisbonne : 1563-1578*, 2 vols. S.E.V.P.E.N.

Teixeira Albernaz, P. (1634-2002). *El atlas del rey planeta. La "Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos" (1634)*, Felipe Pereda y Fernando Marías (eds.), Editorial Nerea

Medicina y el Pacífico: Circulación, desconexión y cólera en Chile y Perú, 1880s*

Medicine and the Pacific: Circulation, Disconnection, and Cholera in Chile and Peru, 1880s

Joshua Savala**

Resumen

Utilizando el marco de los estudios oceánicos, este artículo usa la epidemia del cólera de los 1880s en Chile y Perú para pensar e historizar circulación y desconexión. Leyendo dentro de la historia de la medicina e historia social, el artículo muestra cómo las autoridades chilenas y peruanas pensaron sobre el cólera, de ciertas partes de la población y como impedir el brote.

Palabras clave: Pacífico, historia de medicina, circulación, cólera.

Abstract

Utilizing an oceanic studies framework, this article uses the cholera outbreak of the 1880s in Chile and Peru in order to think through and historicize circulation and disconnection. Reading from within the history of medicine and social history, the article shows how Chilean and Peruvian authorities thought about cholera, about specific parts of the population, and how to stop the spread.

Key words: Pacific, history of medicine, circulation, cholera.

Recibido: 30 de octubre de 2024

Aceptado: 27 de diciembre de 2024

1. Introducción

El giro transnacional ha sido constante por décadas dentro de los trabajos históricos. Yendo más allá de las fronteras nacionales, viendo procesos vinculados a actores y estructuras que extienden más allá y dentro de los Estados, se trata ahora de una perspectiva esencial para comprender la historia. Usando marcos transnacionales o globales, publicaciones recientes muestran los vínculos e influencias que han formado el mundo. También se basan en trabajos

* Parte de la investigación fue apoyado por la beca Ihlder del departamneto de historia de Cornell University. Agradezco a Michelle Lacoste Adunka y a las/los evaluadores del artículo.

** University of Texas at El Paso, jsavala@utep.edu, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9250-0755>.

transnacionales de décadas previas, aunque no siempre los mencionan. Para el caso latinoamericano, los estudios clásicos de la teoría de la dependencia o el trabajo innovador de Carlos Sempat Assadourian podrían erigirse en un buen ejemplo. En la introducción de *El sistema de la economía colonial*, Assadourian señaló la necesidad de pensar la economía colonial como un todo de elementos “integrados, a través de una notable división geográfica de la producción mercantil”, más que “limitados territorialmente por las fronteras de los Estados nacionales modernos” (Assadourian 1982: 14). Investigar y escribir dentro de los límites de Estados contemporáneos significa, según este argumento, también limitar nuestra perspectiva histórica y comprensión del pasado. Nos daría, en otras palabras, una imagen parcial y, lo que es más importante, incorrecta.

Lo que ocurre con los Estados es también válido para los océanos. Hay actualmente un momento intelectual propio del giro oceánico, aunque muchos de sus trabajos se encuentren inspirados en estudios anteriores, en particular *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II* de Fernand Braudel (1972). Décadas después de que Braudel argumentó que el Mediterráneo era un solo mar pero con diferencias internas, el antropólogo y escritor Eveli Hau’ofa escribió sobre la Oceanía como una “vasta” área constituida por un “mar de islas”—lo cual significa en suma la tierra y al mar como un espacio común—en vez de “islas en un mar lejano” (1994, 160: 153). Un nuevo horizonte de investigaciones se abre al combinar esta perspectiva con los aportes de la historia transnacional, aunque el terreno de Hau’ofa no es el mismo que encontramos en el Pacífico latinoamericano.

Aun así, circulación y movimiento pueden pensarse conjuntamente para articular sus respectivos aportes. El historiador Sujit Sivasundaram, por ejemplo, ha mostrado que en algunos casos, “circulación ha llevado a la desconexión” (2017: 373). También menciona la importancia de “pensar con las ondas,” o “considerar el avance vertiginoso de la conexión a través del mar, así como la desconexión turbulenta y la violencia a través de las aguas” (Sivasundaram 2020: 5). Es importante, entonces, historizar las conexiones—el cuándo, por qué, y cómo—sin caer en simples constataciones de movimiento, y que se pueda hacer al investigar movimientos locales, tal vez más pequeños, dentro de una ciudad o pueblo (véase también Craib 2015).

Al hablar del giro oceánico, una parte importante de los trabajos ha dejado atrás el Pacífico latinoamericano. La literatura sobre América latina y el Atlántico es enorme, abarcando décadas, y ahora es esencial para los estudios comparativos de los océanos. De hecho, los académicos que trabajan el Pacífico latinoamericano seguramente se inspiran de los trabajos sobre el Atlántico. Para caso latinoamericano, mucho de los estudios se han enfocado en el período colonial, con argumentos centrados en las instituciones, el poder, la raza o la economía global.¹ Menos numerosos son los trabajos sobre la era poscolonial del Pacífico.

¹ Para trabajos recientes, véase Flannery 2024; Padrón 2020; Luis 2024; Seijas 2014.

Incluso algunos estudios sobre el Pacífico moderno apenas dicen algo sobre América latina (Armitage and Bashford 2014). Los que lo mencionan, insisten en una perspectiva que enfatiza el eje Este-Oeste del Pacífico latinoamericano moderno. Sin embargo, lo que está claro es que muchos indicios informan de la vitalidad del eje Norte-Sur, haciendo que esas conexiones y circulaciones fueran centrales para las historias transnacionales y nacionales de la agricultura, la ciencia, los movimientos sociales y la política.²

En este artículo breve, me gustaría usar algunas de las perspectivas de las historias comparativas de océanos para presentar bajo otra perspectiva la epidemia del cólera en Chile desde 1886 a 1888, y el miedo del cólera en el Perú. En particular, insisto en la necesidad de tomar en serio la articulación simultánea entre conexión y desconexión. Para efectos de este artículo, el océano es más que un terreno, situado a veces en el fondo de la narrativa. Se trata aquí de una metodología para pensar y escribir la historia.

2. Cólera

La llegada del cólera a la costa atlántica de Sudamérica en 1886, los periódicos lo anunciaron como una novedad. Aunque muchos en Chile y Perú ya habían escuchado hablar de él, no lo habían experimentado cercanamente. Hoy día historiadores clasifican esta ola de cólera como la quinta pandemia de cólera, que empezó en 1881 y se terminó en 1895 (Hamlin 2009: 4). Aunque otras epidemias del cólera habían llegado anteriormente a Sudamérica, como en Argentina (Dimas 2022), Chile y el Perú habían sido preservados. Aun así, las comunidades de medicina y los políticos prestaban atención al problema por décadas. En el Perú, por ejemplo, Juan Corradi escribió una tesis de bachiller en la Facultad de Medicina de la Universidad Nacional de San Marcos en 1857 sobre esta cuestión. Corradi estudiaba la vida del cólera en Francia, Alemania y España, y cómo los médicos y políticos implementaron nuevas reglas para proteger a sus poblaciones.³ A su vez, Corradi escribió que cuando se acerca el cólera a un nuevo lugar, el pueblo debería prepararse, poniendo atención en la sanidad de las áreas que podría potencialmente golpear, mejorando de paso las condiciones de los más pobres, asegurándose que no estén amontonados en espacios pequeños.⁴ En otra tesis defendida en 1885, un año antes de que el cólera llegara a Sudamérica, Lizandro Maurtua deploró las malas condiciones alimentarias y de salud en el Callao, y se sintió aliviado de saber que el cólera no había nunca llegado a la ciudad-puerto.⁵ Aunque este no llegaría al Perú durante los 1880s, otras preocupaciones médicas como la fiebre amarilla habían sido ya estudiadas. En el caso

² Véase, por ejemplo, Cushman 2013; Melillo 2015; Lacoste Adunka 2021; Wintersteen 2021; Savala 2019.

³ Juan Corradi, "El cólera morbu asiático y la Fiebre Amarilla ¿son contagiosos?," tesis de bachiller, Facultad de Medicina, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1857, p. 10-14.

⁴ Corradi, "El cólera morbu," p. 16.

⁵ Lizandro Maurtua, "Estudios médico-sociales del Callao," tesis de bachiller, Facultad de Medicina, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1885, p. 10v.

de Chile, la llegada del cólera al vecino país Argentina en los años 1860 despertó el interés de muchos especialistas, que comenzaron a estudiar y a planificar frente a un eventual cruce de los Andes (Góngora 1993-1994: 111; Madrid 2017: 125-128).

Mientras los periódicos en Chile publicaban noticias sobre la difusión del cólera en Sudamérica, la comunidad médica ya había asociado el cólera a la circulación, despejando formas de combatirlo a través de la desconexión. En noviembre de 1886, el doctor y político Federico Puga Borne publicó un artículo sobre cólera en el *Boletín de Medicina*. Puga Borne argumentó que era posible que Chile evitara el cólera, pero que tenía que estar preparado a aislarse de otras partes donde lo hubiera. Y si llegara el cólera a Chile, la mejor medida de acción era aislar a los individuos infectados y destruir sus bienes.⁶ Para Puga Borne, el cólera, tal como él lo entendió en vísperas de su llegada a Chile, estaba relacionado con la circulación, sobre la base de un supuesto activo en el debate: el de su difusión, de su desplazamiento. El cólera era circulación, y para combatirlo era necesario parar la circulación, o fijar las condiciones de la desconexión, siguiendo los términos de Sivasundaram.

Pero para las comunidades de médicos y políticos de los años 1880, las enfermedades no circulan, sino que se reproducen y causan problemas en cualquier cuerpo. Tenían sus ojos puestos en cuerpos específicos que consideraban problemáticos en diversos aspectos. La circulación también significa la marginalización de personas consideradas intrínsecamente diferentes o que participan en el trabajo que los hacía sospechosos. Un grupo que se hacía sospechoso era naturalmente las trabajadoras del sexo. En su tesis de bachiller para la Facultad de Medicina y Farmacia en Santiago de 1887, Octavio Maira escribió que “es algo unánimemente aceptado por los hombres de ciencia y acatado como verdad inconcusa por los profanos, que la prostituta es un germen vivo de infección.”⁷ Maira citó un informe policial de Valparaíso que establece la existencia de al menos de 6 000 trabajadoras del rubro, lo que significa una relación de una prostituta por cada 20 habitantes en Valparaíso.⁸ Igualmente importante, el problema fue un producto de la circulación—muchas de ellas, afirmó la policía, habían venido desde fuera del país o de otras partes de Chile, y tenían relaciones con trabajadores marítimos que viajaban de puerto en puerto por el litoral—y también de su posición local—viviendo y trabajando en el puerto. Esta combinación significó problemas para la salud de la población: La actividad de las trabajadoras sexuales alertó a las autoridades. Según un informe de 1884, de un total de ocho barcos estudiados, los trabajadores marítimos portadores de infecciones venéreas oscilaban del 28.9% al 91%.⁹ Vemos aquí la relación entre

⁶ Federico Puga Borne, “Higiene del cólera. Instrucción popular para los chilenos,” *Boletín de Medicina*, (Santiago, Chile), Vol. III, no. 29, noviembre 1886, p. 223.

⁷ Octavio Maira, “La reglamentación de la prostitución desde el punto de vista de la higiene pública,” memoria presentada para graduarse de licenciado en la Facultad de Medicina y Farmacia, Santiago de Chile, Imprenta Nacional, 1887, p. 11.

⁸ Maira, “La reglamentación,” p. 7.

⁹ Maira, “La reglamentación,” p. 14.

circulación, lo local y el problema de la salud en todo el país por la falta de regulaciones, de aislamiento de individuos. La estigmatización a los trabajadores sexuales es evidente.

El cólera también revela las conexiones transpacíficas. Durante los años de cólera en Chile, los médicos usaron varios términos para designarlo: se puede encontrar referencias al *cólera morbus*, al *cólera nostras* y al *cólera asiático*. Como ha mostrado Christopher Hamlin, los debates para determinar si la enfermedad era específicamente asiática (o surasiática) o si había algo similar en Europa antes del siglo XIX fueron importantes para evaluar la pertinencia de los términos. Pero entre los años 1830—cuando muchos pensaban que su origen era accidental, “de India por accidente,” como si “casi por casualidad hubiera golpeado primero a la India en su camino alrededor del mundo”—y los años 1870—cuando era pensado como “esencialmente y eternamente de India”—el cólera se convirtió en parte la “exotización de la India” y vemos un proceso de la “asianización” de la enfermedad (Hamlin 2009: 35, 38, 269; Evan 1987: 254, 278). En otras palabras, el cólera se transformó en algo inherentemente asiático. Aunque Hamlin estaba pensando mayormente sobre el contexto de Europa y Asia, su trabajo nos ayuda a pensar el problema de su implantación en Perú y Chile.

Así como las trabajadoras sexuales fueron marginadas debido a las formas de entender la salud y la propagación de infecciones, los asiáticos y los pobres de la ciudad también fueron objeto de debate. A lo largo de las décadas medias del siglo XIX, muchos asiáticos, especialmente chinos, migraron por al Perú y a Chile. Entre 1849 y 1874, más de 100 000 trabajadores contratados chinos llegaron al Perú, muchos de ellos destinados a las islas guaneras, a las haciendas de algodón o azúcar o a otros oficios en Lima y Callao. Ellos vivieron la violencia de la población local durante estas décadas, pero en particular durante la Guerra del Pacífico, siendo atacados en Lima, el Callao y el Valle de Cañete (Tinsman 2018; Tinsman 2019; Cushman 2013: 35-36, 55; Méndez 1987). Pensando en esta construcción de un “otro” racializado, no debe ser tan sorprendente que durante la pandemia de cólera en Chile, las autoridades en el Perú pusieron algo de culpa en los migrantes chinos. Previamente, las autoridades en el Callao habían ya atribuido parte de la fiebre amarilla de 1868 a los chinos (Inga y Sally 2022: 101, 122-25, 133-36, 141-43). A inicios de 1887, un artículo de *La Crónica Médica* sugirió que la ciudad tenía el derecho a sacar a las “colmenas humanas” de la ciudad, individuos que eran de los “más sucios que hay, que son los chinos” e incendiar sus habitaciones.¹⁰ En marzo de 1888, el subprefecto del Callao recorrió los barrios del puerto habitados por asiáticos y “habiéndolos encontrado aglomerados en gran número y en pequeños aposentos, los obligó a trasladarse a otros lugares más espaciosos, destruyendo previamente los andamios que les servían para dormir.”¹¹ El hacinamiento era en efecto un

¹⁰ Almenara, “El Cólera,” *La Crónica Médica* (Lima, Perú), IV, no. 37, enero 31 de 1887, p. 4. Véase también Cueto y Rivera 2009: 119.

¹¹ Memoria elevada por el Subprefecto de la provincial de Callao al prefecto, 31 de marzo de 1888, Biblioteca Nacional, Lima, Perú, fol. 9r-v.

factor importante en la propagación del cólera, como Evans (1987: 424, 427) ha mostrado en el caso de Hamburgo. Desplazar a los chinos a nuevos lugares, destruir sus andamios y crear lo que las autoridades consideraron un ambiente más protegido contra el cólera fue parte de la misma lógica de sanidad urbana que estructuraba el debate sobre la suerte de las trabajadoras sexuales. No es una coincidencia entonces que en la misma carta, dirigida a su superior, el subprefecto haya relatado su esfuerzo para restringir a las trabajadoras sexuales a ciertos barrios específicos solo para evitar que estas “invad[an]” nuevamente el centro de la ciudad.¹² La preocupación sanitaria se mezclaba así con la estigmatización y la sospecha a los foráneos. Justo dos años antes de la pandemia, otro artículo, publicado en la misma revista, argumentó que los casos recientes de viruela en Lima se debían a “personas recién llegadas del interior: los indios que se traen de la sierra para sirvientes, así como los reclutas, las mujeres é hijos de éstos, los indígenas que vienen con objetos de comercio á esta capital.”¹³ En estos casos, circulación y movimiento, desde China a Perú o desde los Andes a la costa, significaban sospecha y enfermedad.

Esta relación entre el cólera y la circulación se extiende a una de las formas frecuentes que los Estados en Sudamérica encontraron para tratar el cólera: la cuarentena. Casi al mismo tiempo que autoridades en Chile alertaron sobre la llegada del cólera, empezaron a poner en marcha políticas que restringían el ingreso desde Argentina a Chile. Autoridades en el Perú pensaban en las mismas políticas cuando el cólera llegó a Chile. Desde hace mucho tiempo varias ciudades del mundo habían ya tenido la experiencia de las cuarentenas marítimas. Como algunos han sugerido, las cuarentenas han sido parte del proceso de la formación de los Estados nacionales, particularmente en cuanto a la construcción de edificios y la creación de nuevas políticas diseñadas para mantener cosas y personas dentro o fuera del país. La historiadora Alison Bashford, por ejemplo, ha argumentado que la “cuarentena era un mecanismo clave a través del cual se afirmó y adquirió significado la autoridad y la territorialidad del Estado-nación moderno” (Bashford 2016: 9; véase también Stern 1999). Esto es precisamente lo que vemos en el caso de Perú y Chile en los años 1880: construcción de nuevos lazaretos, nuevos procesos de cuarentena, envío de agentes del Estado a nuevas ubicaciones y mejoramiento de la capacidad del Estado para llegar y monitorear dentro de sus fronteras (Savala 2022: 68-71). Si la circulación permitía el surgimiento de agentes que se veían más allá de las fronteras nacionales y sus limitaciones, al mismo tiempo también fortalecía a los Estados y la formación de las fronteras.

Si bien muchos pueden haber visto las cuarentenas como un beneficio en términos de salud, también les preocupaba que afectara al comercio. En el caso del cólera, podríamos decir que su propagación y vida fue “un problema de capitalismo” así que “ellos [cólera y capitalismo] se

¹² Memoria elevada por el Subprefecto de la provincial de Callao al prefecto, 31 de marzo de 1888, Biblioteca Nacional, Lima, Perú, fol. 4v-5r. Véase también Drinot 2020.

¹³ José M. Quiroga, “Junta de vacuna municipal,” *La Crónica Médica* III, no. 25, enero 21 de 1886, p. 7.

cruzaron de muchas maneras” (Hamlin 2009: 6). Pero las cuarentenas no necesariamente deben considerarse perjudiciales para el comercio. En algunos lugares, las cuarentenas bien ordenadas permitieron que pudieran trasladar mercancías de un lugar a otro en una forma segura incluso en medio de brotes, aunque quizás a un ritmo más lento considerando los procedimientos necesarios para verificarlas y desinfectarlas (Bashford 2016: 3; Hamlin 2009: 106; Cueto y Rivera 2009). Aun así, las autoridades peruanas y chilenas consideraban que las cuarentenas eran necesarias (cuando ayudaban a sus Estados a evitar el cólera) y una amenaza para su bienestar económico. La historiadora Patricia Palma ha mostrado cómo, a través de la segunda mitad del siglo XIX, la cuestión de las cuarentenas —“el cómo, cuándo y por cuánto tiempo establecer cuarentenas” (2021: 8)— estaba en el centro de la política nacional y de los intereses económicos de las élites (también véase Delgado García et al, 1999). A principios de 1887, un médico en Lima escribió una lista con las formas en que el Perú podría defenderse del cólera, las dos primeras de las cuales eran las cuarentenas y los cordones sanitarios.¹⁴ En Chile, Puga Borne argumentó a favor de la salud pública sobre “los intereses mercantiles,” y después citó “un distinguido higienista argentino”: “La clausura de los puertos por motivos sanitarios es un alto ejemplo de moralidad, de virtud i humanidad.”¹⁵ Había una tensión, entonces, entre algunos adentro de las comunidades médicas y el Estado. Unos vieron la necesidad de proteger a la gente dentro de sus fronteras nacionales, incluso si eso significaba dañar intereses económicos. Otros, en cambio, defendieron mantener intacto algún tipo de circulación económica a pesar de los peligros del cólera.

La cuestión de cómo actuar en el escenario internacional durante los brotes de cólera o de fiebre amarilla fue parte de la lógica del Congreso Sanitario de 1888. Celebrado en Lima de enero a marzo, los representantes de Perú, Chile, Bolivia y Ecuador (el representante ecuatoriano era un peruano que había vivido en Ecuador durante su tiempo de exilio) discutieron lo que algunos países europeos habían decidido en sus propios congresos sanitarios, los problemas específicos de Sudamérica, y qué tipos de medidas podrían adoptar para proteger sus poblaciones y asegurarse la continuidad sin obstáculos del comercio. Muchas de sus discusiones se centraron en el mundo marítimo por ser la ruta y espacio más importante de intercambio de enfermedades entre países (Cueto y Rivera 2009: 134-148). Se trataba, en otras palabras, de un ejemplo de la simultaneidad de circulación y desconexión, pero con protocolos incorporados que permitieron que la desconexión fuera lo más breve y con la menor interrupción posible. La reunión con representantes de cuatro países —la invitación fue enviada a los gobiernos en todas las Américas, pero solamente cuatro asistieron— también señala el carácter necesariamente transnacional y colaborativo del mundo médico y político. Aunque sus conclusiones no contaban con la aprobación de cada

¹⁴ Butler, “El Cólera, p. 3.

¹⁵ Puga Borne, “Higiene del cólera,” p. 206.

gobierno, sus acuerdos requerían el reconocimiento y la aplicación por parte de varios Estados.

En este artículo se ha demostrado que la circulación también puede significar colaboración. Cuando el Estado peruano empezó a tener conocimiento del cólera en Chile, rápidamente hizo un plan para estudiar las respuestas del Estado chileno a la pandemia y la ruta del cólera. Para ello envió a Santiago a David Matto, entonces estudiante de medicina. Nacido en Cusco y residente en Lima, Matto llegó a Chile en diciembre de 1887 y regresó al Perú en julio del año siguiente. Habían pasado apenas unos años desde el fin de la Guerra del Pacífico, y aunque casi la totalidad de la comunidad médica en Lima y Callao tomó parte en el conflicto, la presencia del cólera en Chile les impuso la necesidad de mirar más allá del nacionalismo de la posguerra. Durante su estadía, Matto se reunió con la comunidad médica chilena, acompañó a los médicos en sus visitas de terreno a casas y envió informes a Lima sobre las prácticas y la metodología de investigación médica en Chile. Formó amistades que fueron basadas en una idea común de la medicina colectiva, orientada a beneficiar a la población. Amistades que unos años antes fueron parte del campo enemigo durante la Guerra del Pacífico. El historiador Rafael Sagredo Baeza tiene razón: muchas veces “la ciencia tiene nacionalidad” (2018: 141). Pero en este caso, lo opuesto predomina. Matto y sus colegas chilenos ayudaron a crear una medicina del Pacífico, una medicina transnacional, o lo que he llamado una medicina sin nación. Y estas prácticas se quedarían con Matto. Años más tarde escribió una obra sobre la historia de la enseñanza de la medicina en el Perú, con especial énfasis en la colaboración médica entre Perú y Chile, encarnado en el acuerdo binacional de ambos países, firmado en 1907 (Savala 2022: 73-85).

3. Conclusión

La historia del cólera en Chile y el miedo a él en el Perú en los años 1880 revela una densa historia de circulación y desconexión. Las escalas en que esto tuvo lugar— a través del Pacífico, país a país, o incluso dentro de una misma ciudad— revela por qué y cómo los actores —mayormente médicos y políticos— pensaron la circulación y la vincularon a una forma directa con el cólera. Unos y otros recurrieron al desplazamiento para marginalizar parte de la población, y después argumentaron en favor de desconexiones menos severas. Hay varios otros marcos o perspectivas que se podrían usar para analizar este momento en la historia, y este artículo no pretende ser de ninguna forma una historia completa del cólera en el Pacífico latinoamericano de los años 1880. Siguiendo el camino recorrido por los especialistas de los océanos, es un ejemplo de cómo la historia puede pensarse al compás de las ondas.

Bibliografía

- Armitage, David and Alison Bashford (Eds.). 2014. *Pacific Histories: Ocean, Land, People*. New York: Palgrave Macmillan.
- Assadourian, Carlos Sempat. 1982. *El sistema de la economía colonial. Mercado interno, regiones y espacio económico*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- Bashford, Alison. 2016. "Maritime Quarantine: Linking Old World and New World Histories." En Alison Bashford (Ed.). *Quarantine: Local and Global Histories*. New York: Palgrave Macmillan.
- Braudel, Fernand. 1972. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. 2 volúmenes. New York: Harper & Row.
- Craib, Raymond. 2017. "Sedentary Anarchists." En Constance Bantman y Bert Altena (Eds.). *Reassessing the Transnational Turn: Scales of Analysis in Anarchist and Syndicalist Studies*. Oakland, CA: PM Press.
- Cueto, Marcos y Betty Rivera. 2009. "Entre la medicina, el comercio y la política: el cólera y el Congreso Sanitario Americano de Lima, 1888." En Marcos Cueto, Jorge Lossio y Carol Pasco (Eds.). *El Rastro de la Salud en el Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos / Universidad Peruana Cayetano Heredia.
- Cushman, Gregory. 2013. *Guano and the Opening of the Pacific World: A Global Ecological History*. New York: Cambridge University Press.
- Delgado García, Gregorio, Eduardo Estrella y Judith Navarro. 1999. "El Código Sanitario Panamericano: hacia una política de salud continental." *Revista Panamericana de Salud Pública/Pan American Journal of Public Health* 5, n° 5, 350-361.
- Dimas, Carlos S. 2022. *Poisoned Eden: Cholera Epidemics, State-Building, and the Problem of Public Health in Tucumán, Argentina, 1865-1908*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Drinot, Paulo. 2020. *The Sexual Question: A History of Prostitution in Peru, 1850s-1950s*. New York: Cambridge University Press. Publicado en español como *Historia de la prostitución en el Perú, 1850-1956*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2022.
- Evans, Richard J. 1987. *Death in Hamburg: Society and Politics in the Cholera Years*. New York: Oxford University Press.
- Flannery, Kristie. 2024 *Piracy and the Making of the Spanish Pacific World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Góngora E., Álvaro. 1993-1994. "La epidemia de cólera en Santiago, 1886-1888." *Dimensión histórica de Chile* 10, pp. 108-135.

- Hamlin, Christopher. 2009. *Cholera: The Biography*. New York: Oxford University Press.
- Hau'ofa, Epeli. 1994. "Our Sea of Islands." *The Contemporary Pacific* 6, n° 1, pp. 148-161.
- Inga Rumiche, Sally Rosas Elizabeth. 2022. "Un foco infeccioso: el puerto del Callao durante los estragos de la fiebre amarilla de 1868." Tesis para optar el Título Profesional de Licenciado en Historia, Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
- Lacoste Adunka, Michelle. 2021. *Nueva historia de la relación económica entre Chile y Perú (1822-1865): De la independencia a la Guerra con España*. Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario.
- Luis, Diego Javier. 2024. *The First Asians in the Americas: A Transpacific History*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Madrid, Carlos. 2017. "Epidemia de cólera en Valparaíso: 1886-1888." *Autoctonía. Revista de Ciencias Sociales e Historia* 1, n° 1, pp. 115-148.
- Melillo, Edward Dallam. 2015. *Strangers on Familiar Soil: Rediscovering the Chile-California Connection*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Méndez, Cecilia. 1987. *Los trabajadores guaneros del Perú, 1840-1879*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos / Seminario de Historia Rural Andina.
- Padrón, Ricardo. 2020. *The Indies of the Setting Sun: How Early Modern Spain Mapped the Far East as the Transpacific West*. Chicago: University of Chicago Press.
- Palma, Patricia. 2021. "'Una medida violenta y perjudicial': cuarentenas en Perú y el surgimiento de una política sanitaria panamericana (1850-1905)." *Apuntes* 48, n° 9, pp. 5-30.
- Sagredo Baeza, Rafael. 2018. "Ciencia, Estado, territorio y soberanía en el siglo XIX." En Iván Jaksic y Francisca Rengifo (Eds.). *Historia política de Chile, 1810-2010. Tomo II, Estado y sociedad*. Santiago: Universidad Adolfo Ibáñez/Fondo de Cultura Económica Chile.
- Savala, Joshua. 2019. "Ports of Transnational Labor Organizing: Anarchism along the Peruvian-Chilean Littoral, 1916-1928." *Hispanic American Historical Review* 99, n° 3, pp. 501-531.
- Savala, Joshua. 2022. *Beyond Patriotic Phobias: Connections, Cooperation, and Solidarity in the Peruvian-Chilean Pacific World*. Oakland, CA: University of California Press. Publicado en español como *Más allá de la Guerra. Historias de cooperación en el Pacífico peruano-chileno, 1856-1929*. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú / Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2024.
- Seijas, Tatiana. 2014. *Asian Slaves in Colonial Mexico: From Chinos to Indians*. New York: Cambridge University Press.

Medicina y el Pacífico: Circulación, desconexión y cólera en Chile y Perú, 1880s | Joshua Savala

- Sivasundaram, Sujit. 2017. "Towards a Critical History of Connection: The Port of Colombo, the Geographical 'Circuit,' and the Visual Politics of New Imperialism, ca 1880-1914." *Comparative Studies in Society and History* 59, n° 2, pp. 346-384.
- Sivasundaram, Sujit. 2020. *Waves Across the South: A New History of Revolution and Empire*. New York: William Collins.
- Stern, Alexandra Minn. 1999. "Buildings, Boundaries, and Blood: Medicalization and Nation-Building on the U.S.-Mexico Border, 1910-1930." *Hispanic American Historical Review* 79, n° 1, pp. 41-81.
- Tinsman, Heidi. 2018. "Rebel Coolies, Citizen Warriors, and Sworn Brothers: The Chinese Loyalty Oath and Alliance with Chile in the War of the Pacific." *Hispanic American Historical Review* 98, n° 3, pp. 439-469.
- Tinsman, Heidi. 2019. "Narrating Chinese Massacre in the South American War of the Pacific." *Journal of Asian American Studies*, 22, n° 3, pp. 277-313.
- Wintersteen, Kristin A. 2021. *The Fishmeal Revolution: The Industrialization of the Humboldt Current Ecosystem*. Oakland, CA: University of California Press.

La guerra comercial en William Morris: una aproximación a la industria de alcoholes y las denominaciones de origen*

Commercial war in William Morris: an approach to the alcohol industry and appellations of origin

Carolina Cofré Silva**

Resumen

Este trabajo explora cómo las reflexiones de William Morris ante los males de la industrialización se pueden relacionar con la crisis de adulteraciones y falsificaciones que afectó a la industria de bebidas alcohólicas entre finales del siglo XIX e inicios del siglo XX. A partir de la lectura del texto *Cómo vivimos y cómo podríamos vivir* y fuentes como el *Boletín de la Sociedad Nacional de Agricultura* de Chile y literatura relacionada con las denominaciones de origen, se mostrará cómo las presiones de la industria llevaron a generar prácticas que buscaban ventajas comerciales en desmedro de la calidad de vida de las personas y de productos tradicionales que lucharían por no caer en el olvido.

Palabras clave: historia del vino, bebidas alcohólicas, denominaciones de origen

Abstract

This paper explores how William Morris's reflections on the ills of industrialization relate to the crisis of adulteration and counterfeiting that affected the alcoholic beverage industry from the late 19th to the early 20th century. Drawing on the text *How We Live and How We Might Live*, the *Boletín de la Sociedad Nacional de Agricultura* of Chile, and appellations of origin's literature, this work will show how industrial pressures fostered practices that prioritized commercial gains at the expense of people's quality of life and traditional products that would struggle to avoid being forgotten.

Key words: wine history, alcoholic drinks, appellations of origin

Recibido: 16 de octubre de 2024

Aceptado: 11 de diciembre de 2024

* Becaria ANID BECAS/DOCTORADO NACIONAL 21221423.

** Universidad San Sebastián, Santiago, Chile, contacto: ccofres@correo.uss.cl; <https://orcid.org/0000-0001-7034-6275>.

1. Introducción

Este trabajo busca explorar cómo la visión de William Morris con respecto a la industrialización y sus males se puede relacionar con la batalla comercial que se generó desde finales del siglo XIX hasta inicios del XX en la industria de vinos y aguardientes, batalla que generó como una de sus respuestas el desarrollo de lo que hoy se conoce como Denominación de Origen (D.O.).

Este estudio emplea un abordaje histórico-interpretativo que combina análisis documental de fuentes primarias con literatura secundaria especializada. En primer lugar, se realizó una lectura sistemática de manuales de vitivinicultura y legislación de la época, junto con el *Boletín de la Sociedad Nacional de Agricultura* de Chile, para comprender el contexto local de la adulteración y la respuesta de los productores ante las presiones industriales. En segundo lugar, se integraron perspectivas teóricas derivadas del pensamiento de William Morris, cuyas reflexiones sobre los males de la industrialización se utilizaron como marco conceptual para interpretar el desarrollo de las denominaciones de origen. A lo largo de esta exposición, se trabajó con las ideas sobre guerra comercial que William Morris plasmó en su discurso *Cómo vivimos y cómo podríamos vivir*, publicado por primera vez en el periódico británico *Commonweal* en el año 1887. De esta manera, se podrán observar las dificultades que padeció el arte de elaborar bebidas alcohólicas ante el avance de nuevas tecnologías y las estrategias que se usaron al desarrollar su industrialización. Además de esto, se ha utilizado bibliografía secundaria para caracterizar de forma general la crisis de la industria de alcoholes a nivel internacional.

De acuerdo con William Morris, la sociedad del siglo XIX se encontraba en una guerra comercial en la que unos buscaban “la propia ventaja a costa del perjuicio de otros”¹. En ese contexto, uno de los problemas que se generó con la guerra comercial fue la adulteración de productos mediante el uso de sustancias químicas ajenas o artificiales, lo cual, por un lado, engañaba a los consumidores y, por otro, también ponía en riesgo su salud. Precisamente, la adulteración fue uno de los motivos que impulsó la creación de las D.O. También se pueden vincular las ideas de William Morris al contraste entre el producto típico que ganó reconocimiento por su calidad o tradición y el adulterado que aprovechaba el prestigio del anterior. Además, esto también puede considerarse como reflejo de la lucha entre lo artesanal y lo industrializado, aspectos que el autor contrapone en sus reflexiones. Por un lado, un producto típico sería el fruto del trabajo

¹ William Morris. *Cómo vivimos y cómo podríamos vivir. Trabajo útil o esfuerzo inútil. El arte bajo la plutocracia*. Pepitas de calabaza La Rioja, noviembre de 2005, p. 47.

manual del ser humano en conexión con la naturaleza, mientras que, por el otro, el producto adulterado sería el proveniente de la química industrial, de la maquinaria que permitió la producción en masa, de una labor en la que el arte y la naturaleza poca participación tenían.

Los problemas que advertía Morris sobre la guerra comercial se pueden observar en tres puntos: 1) el uso de prácticas que no buscan un bien común, sino un beneficio personal en desmedro de los demás; 2) clases con ventaja frente a otras; y, 3) la creación de recursos para imponerse unos sobre otros.

Cabe señalar que, durante la época del romanticismo, aspectos nacionales eran rescatados por el folclore, la cultura, las artes, la literatura. Lo natural, lo crudo, lo sublime tenían un valor y un atractivo particular. Ante eso, la industrialización vendría a ser uno de los tantos demonios que románticos como William Blake y William Morris vislumbraron al avanzar el siglo XIX y, con ella, las nuevas técnicas y maquinarias permitirían otras formas de producción que se alejarían completamente del ideal romántico, dejando atrás, según ellos, el valor de lo artístico, de lo natural, algo que no se podía aceptar.

1. William Morris y los males de la industrialización

Si bien para muchos la industrialización podía traer grandes beneficios y avances tecnológicos, para otros traía consigo grandes males que terminarían deteriorando la sociedad. William Morris (1834-1896) fue un visionario que desde el arte abordó diferentes aspectos de la existencia humana. Se desempeñó como escritor, diseñador y artista, pero también se le considera como un reformador social, ya que dedicó gran parte de su obra a la renovación de la cultura, intentando recuperar el carácter de las artes y oficios de la época medieval. En variados escritos dejó plasmado su imaginario de cómo debía ser la sociedad, ideario de signo utópico, ya que anhelaba que algún día se dejaran atrás todos los males que estaba generando la industrialización, proceso por el cual sentía gran aversión y siempre combatió (Ruiza y Tamayo, 2004; Bas, 2017). Entre sus discursos con esta temática se encuentran *El arte bajo la plutocracia* (1883), *Trabajo útil o esfuerzo inútil* (1884) y *Cómo vivimos y cómo podríamos vivir* (1884)², textos en los que se evidencia la visión de William Morris sobre las condiciones inhumanas que habría generado la Revolución Industrial. En especial, su trabajo *Cómo vivimos y cómo podríamos vivir* (1884) caracteriza un estado de competencia permanente, una “guerra comercial”, en sus palabras, que se podía observar en distintos aspectos de la sociedad y cuyas características aún se pueden percibir en la actualidad.

² Morris. *Cómo vivimos*.

William Morris podía ver más allá de las ideas de progreso que se divulgaban en su época. Para él, las bondades de la industrialización no se comparaban con los nocivos efectos que implicaban para la forma de vida de las personas. En su discurso *Cómo vivimos y cómo podríamos vivir* (1884), este autor buscó evidenciar los graves problemas que las nuevas formas de producción conllevaban:

Sé que se les ha dicho muchas veces que la competencia, actualmente norma de toda producción, es cosa buena y que estimula el progreso de la raza. Pero quienes les dicen eso debieran llamar la competencia por su nombre abreviado, guerra, si quisieran ser sinceros, y entonces podrían ustedes considerar libremente si la guerra estimula o no el progreso de un modo distinto al de un toro rabioso que les persiguiera por su propio jardín. La guerra o la competencia, como prefieran llamarla, significa en el mejor de los casos que la persecución de la propia ventaja a costa del perjuicio de otros, y en este proceso nadie puede tener la certeza de no destruir ni siquiera sus propias pertenencias, si no quiere ser quien salga peor parado en la contienda³.

La guerra comercial que él observaba generaba un estímulo que, desde su perspectiva, acabaría por saturar el mercado. El precio que se pagaría, según William Morris, sería “estafar al consumidor y matar de hambre al verdadero productor en beneficio del tahúr, que utiliza tanto al consumidor como al productor como si fueran sus vacas lecheras”⁴. Este estilo de competencia descrito por el autor también afectó a la industria de vinos y aguardientes, y fue uno de los factores que influiría en la crisis que se desató a finales del siglo XIX.

Si bien las prácticas de falsificación y adulteración parecen acompañar a los productos originales desde su creación, en el caso de la industria de vinos y aguardientes hubo un acontecimiento particular que facilitó, o justificó, el uso de dichas prácticas. A partir de la década de 1870, la plaga de filoxera, junto con el oídium y el *mildew*, atacó los viñedos de varios de los principales países productores vitivinícolas, entre ellos, Francia y España. Como una forma de poder seguir satisfaciendo la demanda de bebidas alcohólicas y mantener a flote su producción, se vulneró la legitimidad y calidad de los caldos, recurriendo a prácticas fraudulentas para su elaboración (Stanziani, 2007; Jiménez, 2014; Rojas, 2015; Harding, 2022, Gómez, 2018). Fue así como, por ejemplo, en Portugal e Inglaterra “se fabricaba Porto con vinos y aguardientes de otras procedencias y con aguardiente de cereales destilados en Gran Bretaña, de papa dulce de Azores y de betarraga y papa en Alemania. También se hacían ‘portos españoles’ (los llamados Tarragona) y alemanes (Hamburgo)” (Morilla, 1997). En el caso de bebidas como el Jerez, ya no solo provenía de España, sino que se encontraban “*Sherrys*” elaborados en Sudáfrica, Australia y también en Hamburgo (Simpson, 1985).

³ Morris. *Cómo vivimos*, p. 47

⁴ Morris. *Cómo vivimos*, p. 51-52.

Al reflexionar sobre la búsqueda de beneficios comerciales que la industria empujaba a costa de los consumidores, parecen sabias las palabras de Morris al decir que “no es necesario insistir en la cuestión de la adulteración, pues cada cual sabe el papel que desempeña en esa clase de comercio”⁵. Así, la falsificación de alcoholes no fue practicada solo por países imitadores, sino que, en el afán de poder competir en los mercados, incluso los productores originales dejaron de lado los valores que hicieron prestigiosos a sus caldos y se valieron del fraude y el engaño con el fin de seguir compitiendo en la guerra comercial. Ana Gómez, historiadora especializada en el Marco de Jerez, lo describe de la siguiente manera:

Así, durante la segunda mitad del siglo XIX y primer tercio del XX, numerosas empresas de diferentes zonas geográficas usurparon la autenticidad de las más famosas denominaciones de origen, trastocándolas en denominaciones genéricas, al objeto de poder fabricar en cualquier lugar del mundo falsos jerez, oporto y madeira (Gómez, 2003).

Los países de América del Sur, por encontrarse entre los principales receptores de las importaciones europeas, fueron también grandes consumidores de estos productos imitados o adulterados. Además, dada la gran demanda que había por ellos, se preparaban productos exclusivamente para “la América del Sur”⁶, lo cual muchas veces podría entenderse como bebidas con una calidad inferior a lo ofrecido en Europa. En ese sentido, continuando con las reflexiones de William Morris, éste planteaba a forma de denuncia: “El consumidor se halla totalmente indefenso frente al tahúr: los productos le son encajados por su baratura y, junto con ellos, un cierto estilo de vida que esta baratura energética y agresiva determina”⁷. El problema, además de que los productos pudiesen ser dañinos para la salud, era que, en la práctica, al ser imitaciones o adulteraciones de productos considerados de lujo, el precio que se pagaba por ellos no era realmente bajo. Esto se contrapone a lo que indicaba William Morris sobre lo barato que esos productos adulterados podían costar. En el caso de productos de consumo diario adulterados, por ejemplo, éstos solo fueron más baratos en comparación a las producciones locales (Simpson, 1985; Jeffs, 2014).

Con el fin de obtener o mantener ventajas comerciales, o beneficios, de acuerdo con los términos que utilizó William Morris, la cultura de la falsificación, adulteración e imitación de productos, que ya eran reconocidos y tenían cierto prestigio, se hizo más fuerte hacia finales del siglo XIX. Debido a esta situación, a nivel internacional se comenzaron a desarrollar mecanismos para proteger al consumidor ante los

⁵ Morris. *Cómo vivimos*, p. 52.

⁶ Julio Menadier. “El coñac nacional y el extranjero”. *Boletín de la SNA*, 1879, nº4, p. 68.

⁷ Morris. *Cómo vivimos*, p. 52.

productos fraudulentos. Surgieron entonces dos acuerdos relevantes: el Convenio de París para la Protección de la Propiedad Industrial de 1883⁸ y el Arreglo de Madrid sobre el registro internacional de marcas de fábrica y de comercio de 1891⁹. En esos acuerdos internacionales se sentaron las bases para generar el cuerpo legislativo que regula el comercio internacional en materias de propiedad intelectual, industrial y marcas hasta el día de hoy, además de entregar las líneas generales de lo que después se conocería como Denominación de Origen (D.O.). Además de regular el mercado, con ellos se buscó impulsar la persecución de las prácticas fraudulentas y evitar que se siguiese engañando a los consumidores. En cuanto a América, se desarrolló el Tratado sobre patentes de invención, dibujos y modelos industriales, y marcas de comercio y de fábrica publicado en 1902¹⁰, documento que integraba ideas de los tratados internacionales antes mencionados.

Posteriormente, en las primeras décadas del siglo XX, países como Portugal, Francia y España comenzaron a crear sus propios recursos legales, a nivel nacional, para proteger productos que contaban con reconocimiento internacional, principalmente bebidas alcohólicas (Ribeiro, 1999; Bennett, 2001; Simpson, 2002; Gómez, 2015; Sequeira, 2015). Fue entonces que surgieron las D.O. para proteger un producto elaborado en un lugar particular cuya calidad y prestigio se atribuyen a su origen geográfico, considerando factores humanos y naturales que le otorgan sus características¹¹. Es entonces que las palabras de William Morris resuenan aún con mayor fuerza cuando explicaba su visión de las labores que le quedan a los gobiernos dentro de la guerra comercial:

La primera, en el interior, es la de actuar como poderosa fuerza policíaca, proteger el cuadrilátero en el que los fuertes someten a los débiles; la segunda, actuar en el extranjero como piratas guardaespaldas, como un petardo para hacer saltar las puertas que abren los mercados del mundo: mercados en el extranjero a cualquier precio, no entorpecidos por privilegios, falsamente llamados <<laissez-faire>>; mercados en el país a cualquier precio: garantizar esto es lo único que debe hacer el gobierno, según lo que han sido capaces de concebir nuestros capitanes de industria¹².

Con los acuerdos internacionales que se estaban gestando, sumado a las legislaciones nacionales que condenaban acciones fraudulentas, así como la delimitación de

⁸ Organización Mundial de Propiedad Intelectual (OMPI). "Reseña del Convenio de París para la Protección de la Propiedad Industrial", en http://www.wipo.int/treaties/es/ip/paris/summary_paris.html, visitado el 10-4-2023.

⁹ OMPI. "Reseña del Arreglo de Madrid relativo a la represión de las indicaciones de procedencia falsas o engañosas en los productos (1891)", en http://www.wipo.int/treaties/es/ip/madrid/summary_madrid_source.html, visitado el 10-4-2023.

¹⁰ Oficina Internacional de las Repúblicas Americanas. *Leyes y Reglamentos sobre Privilegios de Invención y Marcas de Fábrica en los Países Hispano-Americanos, el Brasil y La República de Haití*. Washington: Imprenta del Gobierno, 1904.

¹¹ Este es un parafraseo de la definición de Denominación de Origen que actualmente rige la legislación chilena al respecto, sin embargo, describe a modo general lo que se debe entender por denominación de origen desde inicios del siglo XX. Definición extraída de: <https://www.inapi.cl/sello-de-origen/tipos-de-sello/denominacion-de-origen>

¹² Morris. *Cómo vivimos*, p 57.

denominaciones de origen, la competencia en el comercio internacional entraba en una nueva fase. En ese contexto, se puede considerar que los países europeos contaban con mayor ventaja, ya que ellos fueron quienes desarrollaron las bases de dichas legislaciones; mientras que otros países, como los de América del Sur, tendrían que buscar nuevas formas de posicionarse en el mercado para poder competir, o, mejor dicho, intentar participar.

Al analizar lo que fue la crisis de las falsificaciones durante finales del siglo XIX e inicios del XX, las ideas de William Morris cobran un matiz de desesperanzador, no sólo para el periodo que aquí se estudia, sino que para todo lo que vendría a desarrollarse comercialmente a partir del siglo XX, más allá de las falsificaciones. Su pronóstico era determinante:

El sistema actual, que siempre deberá acarrear una rivalidad entre las naciones, nos está empujando a una contienda desesperada por los mercados en condiciones de mayor o menor igualdad con las demás naciones, porque, repito, hemos perdido el dominio que sobre ellos teníamos en otro tiempo. Desesperada no es una palabra lo bastante fuerte. Dejaremos que este impulso de arrebatarnos mercados nos lleve donde quiera y tenga que llevarnos. Y lo que hoy es rapiña triunfante e ignominia, mañana quizás sea mera ignominia y derrota¹³.

El paso del triunfo a la derrota que menciona William Morris se puede relacionar con las ganancias comerciales que se obtuvieron de forma fraudulenta y la subsecuente pérdida de calidad y/o de prestigio que sufrieron los vinos y aguardientes que fueron falsificados. El desarrollo de las denominaciones de origen fue un intento de poner freno al descontrol que se vivía en la producción indiscriminada dentro de la industria de bebidas alcohólicas, sin embargo, como se vería más adelante, el esfuerzo no tuvo los resultados esperados. Así lo vaticinaba Morris al sentenciar que “las leyes contra la adulteración son sólo necesarias en una sociedad de ladrones, y en tal sociedad son letra muerta”¹⁴.

2. El problema de la adulteración

La guerra comercial de finales del siglo XIX, para William Morris, traía como consecuencia los padecimientos de la clase pobre, quienes “no pueden obtener para su uso los bienes que todo hombre normalmente desea, sino que deben conformarse con miserables sucedáneos: con comida infame que no alimenta, con ropas podridas que no abrigan, con viviendas mezquinas” ya que,

¹³ Morris. *Cómo vivimos*, p. 49.

¹⁴ Morris. *Cómo vivimos*, p. 173.

Por si fuera poco, los trabajadores deben incluso arrimar el hombro al gran invento industrial de esta época, la adulteración, y gracias a ella producir para su propio uso remedos y copias del lujo de los ricos, porque los asalariados deben siempre vivir como los patronos les indican, y sus mismos hábitos de vida les son impuestos por sus amos¹⁵.

El problema de la adulteración de sustancias no tenía solo que ver con productos prestigiosos o de lujo, sino que también con bienes esenciales para el consumo diario de las personas. Sobre esta situación daban cuenta varios artículos del *Boletín de la Sociedad Nacional de Agricultura* de Chile (B.S.N.A.), en los que se narraban noticias desde Europa y los problemas que esto generaba. Con un espíritu de ética intachable, el artículo *El coñac nacional y el extranjero* abría de la siguiente forma:

Se comprenderá que un periódico dedicado al fomento de los intereses agrícolas no deja pasar ninguna oportunidad para manifestar las adulteraciones, por desgracia cada vez más numerosas que en el extranjero se cometen con las sustancias alimenticias en general, y especialmente con las bebidas fermentadas¹⁶.

Entre las denuncias que fueron apareciendo en el *Boletín* entre los años 1879 y 1910 se señalaban como productos sujetos de adulteración el aceite de oliva¹⁷, el tabaco, el café y la cerveza¹⁸, la mantequilla¹⁹, además de vinos y coñac²⁰. Países como Francia, Alemania e Inglaterra se señalaban como algunos de los principales artífices de las adulteraciones²¹.

Tal como lo manifestaba William Morris, las grandes civilizaciones eran las que tenían mayor interés por el dominio del mercado mundial, por lo que serían ellas las que impondrían su poder ante las naciones extranjeras. Si bien su referencia apuntaba principalmente a la interacción entre naciones europeas y tribus salvajes o pueblos bárbaros, el espíritu de sus declaraciones podría aplicarse también en la relación que existía entre Europa y América del Sur, dadas las desventajas comerciales de esta última ante la primera²².

Efectivamente, la capacidad industrial de los países europeos les concedía ventaja para comercializar productos más baratos. Sin embargo, el hecho de que algunos de ellos fuesen adulterados, pronto generó un problema de salud pública que caracterizaría a

¹⁵ Morris. *Cómo vivimos*, p. 149.

¹⁶ Julio Menadier. "El coñac nacional y el extranjero". *Boletín de la SNA*, 1879, n°4, p. 67.

¹⁷ Julio Menadier. "La falsificación del aceite de oliva". *Boletín de la SNA*, 1884, n°23 y 24, pp. 504 y 506.

¹⁸ Variedades. "Falsificación de tabaco, café i cerveza". *Boletín de la SNA*, 1886, n°22, pp. 482 y 483.

¹⁹ Julio Menadier. "Por última vez la adulteración de la mantequilla". *Boletín de la SNA*, 1884, n°23 y 24, pp. 506 y 509.

²⁰ Julio Menadier. "La falsificación de los vinos en Francia". *Boletín de la SNA*, 1882, n°13, pp. 249 y 250; Julio Menadier. "El coñac nacional y el extranjero". *Boletín de la SNA*, 1879, n°4, p. 71.

²¹ Julio Menadier. "La falsificación de los alimentos". *Boletín de la SNA*, 1883, n°9, p. 178-181.

²² Morris. *Cómo vivimos*, p. 50.

las importaciones hasta inicios del siglo XX. Una publicación del *Boletín de la S.N.A.* de 1883 narra así los procesos de adulteraciones en Berlín:

Se empaqueta el café higiénico en hojas de plomo, se tiñe el té y se mezcla el pimiento con arcilla ferruginosa, se fabrica agua de Seltz con agua impura de pozo, se mezcla harinas de cereales y papas al cacao y chocolate (...) se fabrica miel con la glucosa del almidón y se hace mantequilla de sustancias que nada tienen de parecido a la leche²³.

A pesar de los daños causados, además de los productos adulterados, también se comenzaron a importar desde Europa las prácticas para dominar este arte del engaño. En 1886, las denuncias que se hacían en el *Boletín* hacen un giro y apuntaban también a la industria local de la siguiente forma:

Asombra a la verdad la facilidad e inteligencia con que se adulteran en Chile todos los artículos de exportación al extranjero y de consumo nacional, sin que una autoridad local bien inspirada, y sobre todo la de Valparaíso, se empeñe en combatir y reprimir esa predisposición de nuestros pequeños industriales y comerciantes²⁴.

El perjuicio generado por la adulteración, como producto de la guerra comercial, no solo involucró a grandes países imponiendo sus mercancías a naciones más pequeñas, sino que impulsó también a que éstas últimas se sumaran a las prácticas fraudulentas. William Morris se lamentaba ante situaciones de esta naturaleza de la siguiente manera: "Pues muchísimo más a menudo ocurre que sí hacen daño a muchos y nos hemos fatigado, gemido y reventado fabricando veneno y destrucción para nuestros congéneres"²⁵. Se tornaba evidente que ya no se hacía distinción entre los perjudicados, podían ser tanto personas de un país extranjero como habitantes del propio. La guerra comercial no miraría fronteras, solo se enfocaría en el fin último que el autor describía como la adquisición o mantención de beneficios.

3. Imitación y adulteración de alcoholes en Chile y las D.O.

Antes de la apertura comercial que hubo durante el siglo XIX, en América existían productos con cierta fama y prestigio que hoy conocemos como productos típicos. Éstos pertenecían a una cultura de tradiciones y relación con el territorio, en que el nombre de los productos muchas veces aludía a su lugar de origen y su calidad se atribuía a él. Los productores eran verdaderos artesanos, cuyo esfuerzo y dedicación les permitían elaborar piezas únicas. El ser humano con sus propias manos trabajaba

²³ Julio Menadier. "La falsificación de los alimentos". *Boletín de la SNA*, 1883, n°9, pp. 178-181

²⁴ Variedades. "Falsificación de tabaco, café i cerveza". *Boletín de la SNA*, 1886, n°22, p. 482.

²⁵ Morris. *Cómo vivimos*, p.56.

los elementos de la naturaleza. Sin embargo, con la industrialización, los procesos se volvieron impersonales. Las máquinas y la química reemplazaron a la labor natural. El hombre de campo migró a la ciudad y con ello perdió su antigua conexión con la naturaleza (Lacoste y Lacoste, 2017; Núñez y Lacoste, 2017; Lacoste, 2017).

Como ya se ha mencionado, William Morris advertía que la sociedad de la era industrial vivía en un estado de guerra, ya no de armas y sangre, sino que una guerra más peligrosa aún, una de carácter comercial. Sus peligros yacían en que, sin realmente darse cuenta, las personas estaban siendo esclavizadas por un sistema que los obligaba a producir cosas inútiles y también los obligaba a consumirlas.

Sin embargo, este soñador utópico tenía la esperanza de que se llegaría a un punto en que la gente “descubriera lo que realmente quiere” y que al ser libres se rehusarían a “producir todas esas insustancialidades que ahora llaman artículos de lujo y todo ese veneno y basura que ahora llaman artículos baratos”²⁶. Contrario a lo que él preveía para el futuro, las naciones de América, que podrían considerarse como víctimas de la guerra comercial, en vez de liberarse de las preferencias de consumo traídas desde Europa, buscaron entrar en la competencia imitando los productos importados (Jeffer, 2014). La mala fama de las importaciones, que con frecuencia contenían productos adulterados, y la búsqueda de productos con mejor calidad, más seguros, fueron la excusa perfecta para justificar la imitación. Países como Argentina, Brasil, Estados Unidos y Chile, entre otros, comenzaron a elaborar sus propias versiones locales, buscando, por un lado, reemplazar los productos europeos, es decir, ocupar su lugar en el mercado local y quitarles sus ventajas comerciales, mientras que, por otro, buscaban garantizar ciertos estándares de calidad (Ribeiro da Silva y Barros Cardos, 1995; Lave, 1996; Morilla, 1997).

Lo que William Morris denominó adulteración, una de las grandes estrategias de la guerra comercial, se comprendería en la industria de vinos y aguardientes chilena de tres maneras sutilmente diferentes. En primer lugar, la falsificación podía entenderse como hacer pasar un producto por otro sin tener las materias primas básicas que conformaban el original; así, por ejemplo, podía haber vinos que no tuviesen ninguna sola gota de jugo de uva²⁷. Otra forma de falsificación sería tomar el nombre de un producto o su marca para utilizarlos en otro producto que no tenía derecho a tal denominación²⁸. Por ejemplo, había productos que tenían etiquetas en francés, que

²⁶ Morris. *Cómo vivimos*, p. 173.

²⁷ Ministerio de Hacienda. Ley 5231, Decreto 2355, “Fija el texto definitivo de la Ley número 5231, sobre impuesto a los alcoholes y bebidas alcohólicas”. Título III “De los licores”, artículo 41. Promulgación: 25-AGO-1933, Publicación: 09-SEP-1933.

²⁸ Ministerio de Fomento. Decreto 958. “Fija el texto definitivo de la Ley sobre Propiedad Industrial”. Artículos 32, 33 y 40. Promulgación: 08-JUN-1931, Publicación: 27-JUL-1931.

decían pertenecer a un productor en Francia, pero en realidad fueron hechos en Chile²⁹. En segundo lugar, se encontraba la adulteración como tal, es decir, modificar o añadir materias o elementos químicos con el fin de “mejorar” un producto, hacer parecer que está en buenas condiciones o aumentar su cantidad, entre otros motivos³⁰. En general, esto conllevaba graves daños a la salud pública, por lo que constantemente se intentó acabar con esas prácticas³¹. Por último, se realizaría la imitación de productos, tomando prestados procedimientos, técnicas, materias primas y/o nombres para elaborar a nivel local famosos caldos originarios de Europa.

Ningún grupo de consumidores quedó exento de verse afectado ante estas prácticas. Las clases altas podían y tenían acceso a las importaciones, pero el hecho de que el producto fuese importado tampoco les daba garantías de que lo que consumiesen fueran los productos originales. Si ellos no podían asegurar un buen producto, entonces las clases media y baja quedaban, con mayor razón aún, a merced de los comerciantes y productores inescrupulosos. Julio Menadier, principal colaborador de la Sociedad Nacional de Agricultura (S.N.A.), fue uno de los promotores de realizar versiones locales de bebidas europeas para favorecer la industria de bebidas alcohólicas chilena. En su visión la imitación servía tanto como estrategia de desarrollo, como una forma de garantizar la calidad de los productos ante tantos productos adulterados nocivos³².

Por lo anterior, la imitación de alcoholes famosos como oporto, jerez, champagne o cognac, entre otros, se volvió una estrategia comercial para impulsar la industria nacional chilena. La imitación de estos productos, que se delimitarían bajo una denominación de origen en las primeras décadas del siglo XX, fue un fenómeno que se dio en toda América. El uso de sus nombres y/o la copia de la técnica para elaborarlos se vio validada por instituciones oficiales, educativas y por un entender genérico de dichas denominaciones (Jeffs, 2014; Lacoste et al., 2014; Molina, 2015). Los manuales de vitivinicultura también contribuyeron a fomentar las imitaciones, entregando las fórmulas para elaborar vinos y aguardientes con las cepas originales u otras diferentes, incluso entregando recetas en las que casi no se utilizara el caldo de uva. Aunque en muchos se establecía que las condiciones climáticas y del suelo eran factores fundamentales en la identidad de los caldos, no se hacían problema en alentar a que en otros lugares se intentase copiarlos³³. Estando así validados, al momento de

²⁹ Julio Menadier. “El cognac nacional y el extranjero”. *Boletín de la SNA*, 1879, nº4, p. 70.

³⁰ Ministerio de Justicia. “Código Penal”. Artículo 315. Texto Original - de 01-MAR-1875 a 26-SEP-1917.

³¹ Esto fue denunciado en diversas oportunidades en el Boletín de la SNA y se procuró regular mediante la legislación en relación con el Código Penal y las Leyes de Alcoholes, entre otros.

³² Julio Menadier. “La falsificación de vinos en Francia”. *Boletín de la SNA*, 1882, nº13, p. 249.

³³ Entre los manuales relevantes que circularon en Chile durante esta época se encontraban: Santos Tornero. *Tratado de la fabricación de vinos naturales e imitados, de la destilación de aguardientes y de la elaboración de las chichas de uva y de manzana*,

delimitarse las D.O. en Europa no había realmente espacio en América para reconocer a las D.O. más allá de la legislación existente que regía a las marcas comerciales.

La idea de la copia como forma de progreso también se defendió en los debates parlamentarios. Durante la discusión de la reforma al Registro de Marcas chileno, el diputado Malaquías Concha se oponía a facilitar la legislación nacional para los productos extranjeros. En su opinión, se debía legislar para los chilenos, para la industria chilena, por lo que para él “el proyecto es sumamente peligroso; vamos a amarrarnos al carro de triunfo de la industria extranjera y no podremos ni siquiera imitarlos, por cuanto aquéllos con su patente y marcas de fábrica lo impedirán”³⁴. Visto de esta forma, la copia de los productos o su falsificación surgió como respuesta a los males que la adulteración traída desde Europa había causado. Ante la mala calidad de los productos, incluso de los considerados de lujo, países como Chile comenzaron a realizar sus propias versiones locales como intento de proteger la salud pública y ofrecer productos con ciertas garantías de calidad.

Otro aspecto de las reflexiones de William Morris que se puede relacionar al desarrollo de las D.O. puede ser su visión de los artistas de su época. Para este autor, existían dos tipos: hombres que sin importar la época hubiesen destacado en su oficio y hombres que por circunstancias más que por dotes artísticas hacen “arte”, a quienes describía como “viciados por un sistema que les obliga a ambiciosos esfuerzos individualistas, al aislarles de toda oportunidad de cooperación con otros, de mayor o menor capacidad, para la producción del arte popular”³⁵. Llevada esta reflexión a la guerra comercial y las futuras D.O., el primer artista podría relacionarse con los productores y bebidas originales, que luego se protegerían bajo una denominación de origen, mientras que los segundos serían equiparables con los imitadores y los productos falsificados.

Las bebidas como el champagne, oporto, jerez, coñac, madeira, pisco, pajarete eran vinos y aguardientes que surgieron de una tradición particular. Su prestigio y calidad provenían de un saber hacer que fue mejorando entre generaciones, poseían una estrecha relación con la materia prima y el entorno natural del que provenían. El reconocimiento que los consumidores les otorgaron surgió del conocimiento del producto y la distinción de su calidad. En contraparte, las imitaciones o falsificaciones que en varios países se realizaron, entre ellos Chile, respondían a una demanda de

la de los vinagres, la cerveza, el alcohol, etc., etc. Valparaíso: Imprenta del Mercurio de Tornero y Letelier, 1873; D. Nicolás De Bustamante, *Arte de hacer vinos*, tercera edición. Barcelona: Manuel Saurí, editor, 1884. Manuel Rojas, *Tratado de viticultura i vinificación*. Segunda edición. Santiago de Chile: Imprenta i Encuadernación Barcelona, 1897; Gustave Föex, *¿Cómo debemos hacer nuestro vino?*, traducido y anotado por Gaston Lavergne. Santiago de Chile: Imprenta i Litografía Franco-Chilena, 1902-1903.

³⁴ Cámara de Diputados, Sesión 96 del 2 de marzo de 1916. “Marcas de fábrica”.

³⁵ William Morris. *Cómo vivimos*, p. 91-92.

mercado, a un interés comercial, que buscaba las ganancias que esos productos podían generar, ya sin considerar la relación del productor con su entorno y su saber-hacer, inclusive llevando a menospreciar productos típicos locales.

Bebidas como el Chacolí, el Pajarete y la Chicha, así como otros productos tales como el Jamón de Chiloé, las Chupallas, la Sal de Cáhuil y el Queso de Chanco, todos ellos contaban en Chile con prestigio, sin embargo, fueron quedando en el olvido, incluso algunos llegaron a desaparecer como víctimas de la declarada guerra comercial (Castro et al. 2016; Jiménez, 2014; Lacoste et al., 2014; Lacoste et al., 2015; Lacoste y Lacoste, 2017; Núñez y Lacoste, 2017).

Conclusiones

Lo paradójico del desarrollo de las D.O. es que mezclan los dos mundos que William Morris oponía en sus reflexiones. Por un lado, las D.O. de bebidas alcohólicas han buscado proteger la elaboración tradicional de ciertos vinos y aguardientes, estableciendo parámetros de calidad que incluían, e incluyen, desde la materia prima, el lugar, la técnica, hasta los nombres y la cantidad de producción, con el fin de que nadie más pueda imitarlos y robarles su identidad. Sin embargo, por el otro, la D.O. se ha vuelto una estrategia comercial similar a la de un monopolio, que busca imponerse ante otros y prohibir que diversos participantes puedan beneficiarse también del prestigio que el producto protegido con D.O. posee. A partir de la delimitación de una D.O., todos los otros productores que quedan fuera de su protección se ven obligados a cambiar de nombre o simplemente deben dejar de producirlos. A ojos de William Morris, esto sería claramente una competencia desleal, en la que se les concede ventaja a unos sobre otros, perpetuando de cierta forma el estado de guerra más que resolviendo el problema.

Los problemas que sufrió la industria de bebidas alcohólicas de finales del siglo XIX e inicios del XX fueron ejemplo de los males que advertía William Morris ante los alcances de la creciente guerra comercial, tanto a nivel internacional, en general, como en Chile, en particular. En esa competencia por vender y obtener beneficios, se dejó de lado la preocupación por el bienestar de los demás. El monstruo de la industrialización, que retrataba a su manera William Morris, hizo que ciertos valores se viesan trastocados por el afán de obtener mejores condiciones comerciales. Esos hombres que ya eran esclavos de la maquinaria que tuvieron que aprender a operar, también se volvieron víctimas de los engaños de los grandes industriales.

De esta forma se muestra cómo, en primer lugar, países productores de bebidas alcohólicas en Europa sucumben a las prácticas fraudulentas en busca de beneficios,

para, posteriormente, terminar mermando su propio mercado. En respuesta a esto, y como forma de solución, impulsaron el desarrollo de recursos de protección jurídica como la denominación de origen. En segundo lugar, se observa que países menos aventajados, que fueron directamente afectados por las importaciones adulteradas, optaron por elaborar sus propias versiones locales de productos famosos como una forma de enfrentarse al problema. Ya fuese con la intención de impulsar su industria, o como recurso para poder proteger la salud de sus personas, de una u otra forma terminarían cayendo en las mismas prácticas. Con todo, en el contexto de esta batalla comercial, los primeros sacaron ventaja y crearon, gracias a las D. O., mecanismos para resguardar sus productos; mientras que los segundos se dejaron deslumbrar por las promesas de progreso que la industrialización entregaba, menospreciando productos que contaban la historia de su pueblo y se entregaron a la labor de la imitación.

Así, los males que observaba William Morris a raíz del proceso de industrialización no solo afectaron las formas de producción, sino que crearon toda una cultura de competencia en la que obtener ventajas sobre otros, sin importar las consecuencias, se volvería una de las reglas principales. En esa guerra comercial declarada, al parecer, cualquier estrategia era válida, y en la industria de vinos y aguardientes, esto significó normalizar prácticas engañosas para imitar y adulterar las bebidas, en desmedro de la salud y el bienestar de los consumidores. Además de esto, el optar por la imitación, en países como Chile, implicaría perder la oportunidad de valorizar los productos locales, de destacar sus características únicas como argumento de posicionamiento comercial, permitiendo que se asentara la cultura de fascinación por los productos europeos. Sin embargo, al igual que William Morris, se espera que algún día el sistema de competencia acabe y que la armonía que tanto él buscó en el arte pueda abarcar gran parte de la vida humana, incluyendo el desarrollo de nuevos modelos comerciales.

1. Bibliografía

Bas, Borjas. 2017. "William Morris, arte contra la Era Moderna". El País, España, 15 de noviembre de 2017.

Bennett, Norman R. 2001. "That indispensable article: Brandy and Port Wine, c.1750-1908". *Douro. Estudos & Documentos* Vol. 6, No. 11, pp. 149-160.

Castro, Amalia, Philippo Pszczólkowski, Fernando Mujica, Pablo Lacoste, Emiliano Núñez, Carolina Cofré, Michelle L. Adunka y Natalia Soto. 2016. "El pajarete de Huasco y Elqui (Chile): Historia de un vino escogido". *Idesia* Vol. 34, No. 4, pp. 23-35. <https://revistas.uta.cl/pdf/584/4.pdf>

- Gómez, Ana. 2003. "Vinos de Oporto y Madeira, antigua iconografía publicitaria emitida por bodegueros de Jerez". *Douro, Estudos & Documentos* Vol. 8, No. 15, pp. 43-59. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9643.pdf>
- Gómez, Ana. 2018. *Imagen publicitaria del Marco de Jerez (1868-1936). Un retrato de la época. Volumen I*. España: Universo de Letras.
- Gómez, José Luis. 2015. "El Rioja, 500 años de historia social y cultural de un gran vino español". *RIVAR*, Vol. 2, No. 5, pp. 22-39. <http://www.gomezurdanez.com/500anos.pdf>
- Harding, Graham. 2022. *Champagne in Britain, 1800-1914. How the British Transformed a French Luxury*. Londres: Bloomsbury.
- Jeffs, José. 2014. "Coñac, Pisco, Jerez y Oporto: batallas comerciales a través de la prensa chilena (1870 - 1885)". *RIVAR* Vol. 1, No. 1, pp. 78 - 88. http://revistarivar.cl/images/vol1-n1/6_jeff3.pdf
- Jiménez, Diego. 2014. "La consolidación de la Denominación de Origen Pisco (1931): una mirada desde los debates parlamentarios y sus referentes internacionales (1901-1931)". *RIVAR* Vol. 1, No. 2, pp. 71-86. <https://revistarivar.files.wordpress.com/2014/07/5-jimenez.pdf>
- Lacoste Adunka, Michelle, Pablo Lacoste. 2017. "Sal de Cáhuil, cordero de secano y queso de Chanco: aportes para el estudio de patrimonio gastronómico y cultural de Chile". *Idesia* Vol. 35, No. 2, pp. 17-26. https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34292017005000027&lng=en&nrm=iso&tlng=en
- Lacoste, Pablo (coord.). 2017. *Patrimonio y desarrollo territorial: Productos típicos alimentarios y artesanales de la Región de O'Higgins. Identidad, historia y potencial de desarrollo*. Santiago: IDEA-USACH.
- Lacoste, Pablo, Amalia Castro, Félix Briones, Felipe Cussen, Natalia Soto, Bibiana Rendón, Fernando Mujica, Paulette Aguilera, Carolina Cofré, Emiliano Núñez y Michelle L. Adunka. 2015. "Vinos típicos de Chile: ascenso y declinación del chacolí (1810-2015)". *Idesia* Vol. 33, No. 3, pp. 97-108. <https://revistas.uta.cl/pdf/652/art14.pdf>
- Lacoste, Pablo, Diego Jiménez C., Félix Briones Q., Amalia Castro, Bibiana Rendón Z. y José Jeffs M. 2014. "Burdeos de Talca y Champagne de Mendoza: Denominaciones de Origen y contaminación identitaria de vinos en Argentina y Chile". *Mundo Agrario* Vol. 15, No. 28. <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/39027>.
- Lave, Jean. 1996. "A expressão das estruturas de base do comércio do vinho do Porto na vida social da comunidade britânica". *Douro, Estudos & Documentos* Vol. 1, No. 3, pp. 273-285.

- Molina, Marcela. 2015. "Las designaciones de origen geográfico extranjeras que pasaron al uso común para designar un tipo de producto en el derecho argentino". *RIVAR* Vol. 2, No. 5, c 64-83. <https://revistarivar.cl/images/vol2-n5/4A.Molina.pdf>
- Morilla Critz, José. 1997. "A Califórnia e o Vinho do Porto entre Dois Séculos," *Douro, Estudos & Documentos* Vol. 1, No. 3, pp.123-141. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9343.pdf>
- Núñez, Emiliano y Pablo Lacoste. 2017. "Historia de la chupalla: sombrero de paja típico del campesino chileno". *Idesia* Vol. 35, No. 1, pp. 97-106. <https://revistas.uta.cl/pdf/555/14.pdf>
- Ribeiro da Silva, Francisco y António M. de Barros Cardoso. 1995. "O comercio de vinhos do Douro como o Brasil ao longo do século XVIII". Artículo presentado en el *Coloquio Vinos Y Aguardientes Andaluces en América*, 7-11 de agosto, 1995. Universidad Internacional de Andalucía. Sede Iberoamericana. La Rabida, España.
- Ribeiro de Almeida, Alberto. 1999. "Os interesses causantes do Regime Jurídico da Denominação de Origem". *Douro. Estudos & Documentos* Vol. 4, No. 7, pp. 61-81. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9454.pdf>
- Rojas Aguilera, Gonzalo. 2015. "Patrimonio e Identidad Vitivinícola. Reflexiones sobre la evolución de los significados culturales del vino en Chile. *RIVAR* Vol. 2, No. 4, pp. 88-105. https://revistarivar.cl/images/vol2-n4/6_Rojas.pdf
- Ruiza, M., Fernández, T. y Tamaro, E. 2004. "Biografía de William Morris". En *Biografías y Vidas. La enciclopedia biográfica en línea*. Barcelona, España. <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/morris.htm>
- Sequeira, Carla. 2015. "A Denominação de Origem Porto (Alto Douro, Portugal): a acção do ministro Antão de Carvalho". *RIVAR* Vol. 2, No. 5, pp. 83-98. <http://revistarivar.cl/images/vol2-n5/5Sequeira.pdf>
- Simpson, James. 1985. "La producción de vinos en Jerez de la Frontera, 1850-1900". En Pablo Martín Aceña y Leandro Prados de la Escosura (edit.) *La nueva historia económica en España*. Madrid: Editorial Tecnos, pp. 166-189.
- Simpson, James. 2002. "Adapting to international markets: Sherry, 1820-1900". *Douro. Estudos & Documentos* Vol. 7, No. 13, pp. 207-222. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9591.pdf>
- Stanziani, Alessandro. 2007. "Negotiating Innovation in a Market Economy: Foodstuffs and Beverages Adulteration in Nineteenth Century France". *Enterprise & Society* Vol. 8, No. 2: Business and Nature, pp. 375 – 412.

Aproximaciones al quehacer político mapuche y sus encuentros con el indigenismo internacional. Primera mitad del siglo XX.¹

Approaches to Mapuche political activity and its encounters with international indianism. First half of the twentieth century.

Juan Porma², Vania Cabrera³

Resumen

Este artículo aborda el quehacer político mapuche en la primera mitad del siglo XX, así como la participación de sus liderazgos en el Primer Congreso Indigenista Interamericano de Pátzcuaro en 1940, aproximándose de manera exploratoria a dicha participación y la formalización del campo indigenista en Chile durante la década del cuarenta. Para hacerlo se utilizaron comparaciones entre lo mencionado por diversas fuentes de archivo, tanto de Chile como de México.

Palabras clave: Organizaciones mapuche – Venancio Coñuepan – Cesar Colima- Campo Indigenista – Instituto Indigenista Interamericano

Abstract

This article studies the Mapuche political activity in the first half of the 20th century, as well as the participation of its leaders in the First Inter-American Indian Conference of Pátzcuaro in 1940, approaching in an exploratory manner this participation and the formalization of the indigenist field in Chile during the 1940s. To do so, comparisons were made between what was mentioned in various archival sources, both from Chile and Mexico.

Key words: Mapuche Organizations – Venancio Coñuepan – Cesar Colima – Indigenism field – Inter-American Indian Institute

Recibido: 24 de octubre de 2024

Aceptado: 16 de diciembre de 2024

¹ ANID, BECA DE DOCTORADO NACIONAL, 21191269.

² Doctorando en Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile. Contacto: juanporma01@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3507-419X>

³ Estudiante de Licenciatura en Historia, Universidad Alberto Hurtado. Contacto: vaniacabreragonzalez@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5678-2189>

1. Introducción

La primera mitad del siglo XX es testigo del esfuerzo de organizaciones políticas mapuche que desde distintos posicionamientos, buscaron generar redes de defensa en contra de los abusos de los que eran víctimas, además de intentar posicionar sus demandas frente a los gobiernos. La radicación de comunidades indígenas, subdivisión de las mismas y aspectos vinculados a la educación, ocuparon sus agendas, junto con la denuncia de los despojos de tierras y solicitud de restitución de las mismas. Mediante estas agrupaciones, algunos de sus dirigentes lograron acercarse a distintos poderes del Estado, ostentando algún cargo que permitiese darle mayor voz a la lucha colectiva.

El movimiento mapuche, que a finales de la década del treinta se vio representado por dos grandes coaliciones, se encontraba bien referenciado frente a las autoridades de gobierno, por lo cual, dos de sus líderes fueron seleccionados como representantes nacionales en el Primer Congreso Indigenista Interamericano de Pátzcuaro, el año 1940. Allí pudieron plantear sus perspectivas sobre el problema indígena en Chile, y a la vez, aprendieron sobre la problemática indígena en el continente. Lo que sucedió en la siguiente década tuvo implicancias para el movimiento mapuche, como también, para la conformación de un *campo indigenista* en Chile.

Este estudio busca ser una aproximación preliminar sobre el entendimiento de las proyecciones del Primer Congreso Indigenista Interamericano en la política mapuche. Creemos que la participación de los líderes mapuche en la instancia internacional modificó la agenda política que guiaba el accionar de sus organizaciones, impactando en la política indígena nacional. Para proponer una problematización, este trabajo consultó tres corpus bibliográficos, vinculados a la actividad política mapuche de la época; la composición de la instancia indigenista internacional y; la composición de un *campo indigenista* nacional. Aquello, fue contrastado con la revisión de documentación de archivo disponible en México, en el Archivo Histórico de la Biblioteca Manuel Gamio y la Hemeroteca Nacional. Para el caso de las fuentes disponibles en Chile, se consultaron fuentes del Archivo General Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores, del Archivo Nacional de la Administración del Estado, Diarios de Sesiones del Congreso Nacional y, de la sección de Periódicos y Microformatos de la Biblioteca Nacional. La revisión de estos archivos nos permitirá contrastar los acuerdos internacionales con el devenir de la política indígena en Chile.

2. Las organizaciones mapuche en la primera mitad del siglo XX

Las últimas décadas del siglo XIX y comienzos del XX en La Araucanía, fueron testigos de un proceso que el Estado de Chile se había propuesto resolver con urgencia: la anexión del territorio mapuche al territorio nacional. La ocupación militar de La Araucanía histórica, que en la actualidad comprende varias regiones del sur, finalizó con la campaña de Villarrica, en

donde se aseguró la soberanía nacional sobre los territorios disputados. Desde entonces, comenzaría un proceso administrativo más extenso, vinculado a la regulación de la propiedad sobre el territorio anexo, en donde sus antiguos ocupantes intentaron por distintos medios asegurar la defensa de sus intereses. Luego de que las tierras fueron declaradas fiscales, comenzó el proceso de radicación de los mapuche, que a través de un Título de Merced otorgado por el Estado, ubicó a familias solicitantes en reducciones o comunidades indígenas. Sin embargo, el desfase entre el otorgamiento de dichos títulos y el proceso de ocupación espontánea de las tierras por particulares, o bien, los contratos fraudulentos de compras de tierras, ampliamente denunciados, provocaron la búsqueda de ayuda por parte de los afectados.

En la última década del siglo XIX los mapuche escribían cartas al Presidente de la República, al Ministro de Relaciones Exteriores, Culto y Colonización, a los jueces de letras y a autoridades de órdenes cristianas. La comunicación epistolar directa con autoridades de alto rango respondió a una lógica previa de política tradicional, pero también, a los constantes reclamos que se hicieron frente a la Comisión Radicadora, *que no surgían el efecto que debían producir* (Pavez, 2008: 814). Representantes de las órdenes cristianas contestaron a este llamado, motivados por ser testigos de las injusticias cometidas y entendiendo que, mediante acciones de defensa, los mapuche mostraron mejor disposición a la evangelización (Namunkura, 2018: 16). El misionero capuchino bávaro, Sigifredo Frauhenhäusl, fue un personaje destacado en esta labor, reconocido por asistir al Parlamento de Coz Coz en 1907 y por difundir a través de la prensa y las autoridades los distintos tipos de abusos cometidos en contra de los mapuche. Las violaciones a la ley y ocupaciones ilegales de territorio, parecieron atenuar su gravedad frente a las denuncias de robos, mutilaciones y asesinatos, que a juicio del religioso, *harían desaparecer al indio por falta de apoyo* (Palma, 2018: 424).

Aquellas injusticias y la clara necesidad de una defensa, motivaron la creación de las organizaciones mapuche en el siglo XX. La primera de ellas en alcanzar gran notoriedad fue la Sociedad Caupolicán Defensora de la Araucanía, fundada en 1910⁴ por un directorio mapuche vinculado al mundo de la educación, y asesorado por personajes como Tomás Guevara y Carlos Sadler (Foerster y Montecino, 1988: 16). La organización sostenía reuniones para debatir en torno a solicitudes que se hacían al gobierno para mejorar la situación indígena, pero también se congregaba públicamente (Cárdenas, 2012: 64), como en la manifestación realizada en Nueva Imperial a raíz de la *marcación de Painemal* (Pinto, 2012: 15), hecho de violencia en que, a modo de represalia, un mapuche fue marcado con un fierro caliente (igual como se hacía para marcar el ganado). La organización tuvo especial protagonismo en la solicitud de pronta radicación de los mapuche y, posteriormente, en la

⁴ "Sociedad "Caupolicán Defensora de la Araucanía"." Diario La Época, 20 de julio 1910. Sección Periódicos y Microformatos. Biblioteca Nacional, Chile.

propuesta de subdivisión de sus comunidades. Uno de sus líderes más destacados, Manuel Manquilef, llegó a ser diputado y a través de esta vía, logró posicionar este anhelo en las leyes de la República.

Otra organización que alcanzó alto protagonismo, fue la Federación Araucana. Su líder indiscutido fue Manuel Aburto Panguilef, quien comenzó esta iniciativa a través de un grupo que realizaba giras teatrales, en donde se representaban ceremonias mapuche. Luego de años de funcionamiento como agrupación, la Federación Araucana formalizó su existencia en 1922⁵. Esta organización es la que puso mayor énfasis en las expresiones culturales tradicionales mapuche, ya sea practicando ritos como el guillatún, o incentivando prácticas como la poligamia (Menard, 2005: 51). En sus primeros años, Aburto Panguilef enfocó sus demandas hacia la defensa de los mapuche que perdieron sus tierras y hacia la exención de impuestos para las comunidades mapuche, cuestión que le relacionó con la Sociedad Caupolicán, por afinidad de intereses. Para cuando Manuel Manquilef logró convertir sus aspiraciones en la Ley de Subdivisión de Comunidades, la Federación Araucana y la Sociedad Caupolicán, se unieron en oposición al diputado mapuche, pues consideraron que esta no era la solución al *problema indígena*. Esto abrió la posibilidad de un trabajo en conjunto, en el cual estas organizaciones actuaron bajo el nombre de *Comité Ejecutivo de la Araucanía*.

La tercera gran organización de principios del siglo XX en formarse fue la Unión Araucana. Esta se conformó en 1926 al amparo de los padres capuchinos⁶, lo que explica los lineamientos expuestos constantemente en el periódico *El Araucano*: vinculados a la Religión, Patria, Familia, Cultura y Trabajo⁷. A diferencia de las otras organizaciones, en la dilatada discusión sobre cómo proceder frente a la tenencia de la tierra mapuche, la Unión Araucana se mostró a favor de la subdivisión de comunidades indígenas, lo que le acercó al propulsor de dicha iniciativa, Manuel Manquilef. La práctica política de la Federación Araucana, que se realizaba mediante instancias deliberantes como congresos, mezclada con ceremonias religiosas tradicionales, y los acercamientos de Manuel Aburto Panguilef con representantes comunistas, transformaron a este líder en el enemigo declarado de la Unión Araucana. Tanto sus prácticas religiosas, como sus simpatías con la política partidista, fueron leídas como una conducta *anti civilizatoria*⁸ por Guido Beck de Ramberga, obispo vicario apostólico de la Araucanía y director de la Unión Araucana.

⁵ “Los fines que persigue la Federación Araucana de Loncoche (Collimallíñ).” *El Mercurio*, 20 de enero de 1923. Sección Periódicos y Microformatos. Biblioteca Nacional, Chile.

⁶ “Se organiza entre los mapuche la gran Sociedad La Unión Araucana”. *El Diario Austral de Temuco*, 22 de marzo 1926. Sección Periódicos y Microformatos. Biblioteca Nacional, Chile.

⁷ “Mensaje a la Juventud Araucana. Unámonos...!”. *El Araucano*, julio de 1937, Año 1, N°1. Sección Periódicos y Microformatos. Biblioteca Nacional, Chile.

⁸ “El gobierno ha prometido una decidida protección a la raza araucana”. *El Diario Austral de Temuco*, 01 de noviembre 1927. Sección Periódicos y Microformatos. Biblioteca Nacional, Chile.

Al margen de este posicionamiento, que las mantenía defendiendo ideas opuestas, las organizaciones compartieron lineamientos vinculados a la denuncia de abusos cometidos en contra de los mapuche, la necesidad de promover la educación en sus comunidades y la continua solicitud de exención de pago de impuestos por la posesión de sus tierras. La década del treinta, fue importante en el devenir histórico de las organizaciones mapuche, pues se delinearon nuevos caminos y conformaron nuevas organizaciones. En la Sociedad Caupolicán Defensora de la Araucanía, se eligió una nueva directiva en donde se desplazaron sus anteriores miembros vinculados al mundo de la educación, y asumieron unos relacionados con el mundo del comercio. Así, Venancio Coñuepan, José Cayupi y Esteban Romero comenzaron a perfilar desde esta organización, un lineamiento que continuó el fomento de la labor educativa para los mapuche, pero innovando en la propuesta de la independencia económica como base necesaria para su bienestar. Este objetivo pretendía lograrse mediante la implementación de una *Caja de Crédito Indígena*⁹, que por fin les permitiría el acceso a créditos.

Por este nuevo lineamiento, los líderes de la Sociedad Caupolicán, comenzaron a cosechar éxitos y a formular nuevas alianzas con sectores económicos regionales. Para finales de esta década, la Caja de Crédito Indígena ya era una realidad¹⁰, y su funcionamiento fue ampliamente celebrado por la prensa regional. Esta iniciativa económica, logró conciliar los posicionamientos de las tres organizaciones más grandes de la época, y hacia finales de 1938, concretaron un anhelo que reiteradas veces se mencionaba en sus reuniones: la unificación. Así, presidida por Venancio Coñuepan y con Manuel Aburto Panguilef como vicepresidente, nace la Corporación Araucana¹¹. Posteriormente, a esta iniciativa se sumó la Unión Araucana, llenando de esperanza el porvenir político mapuche a través de estos liderazgos fortalecidos. A pesar de que las organizaciones no dejaron de funcionar de manera individual y que, es difícil determinar hasta qué punto esta unificación se mantuvo, la creación de la Corporación Araucana causó gran impresión, y durante las siguientes décadas se impuso como la organización más importante de mediados del siglo XX.

Sin embargo, producto de nuevas dirigencias mapuche y el comienzo de los gobiernos radicales en Chile, se gestó un movimiento de carácter oficialista que agrupó a nuevas organizaciones mapuche. Se trataba del Frente Único Araucano¹², conglomerado que llegó a

⁹ “La educación de la raza y el mejoramiento de su situación económica van a ser realizados por la Juventud Araucana”. El Diario Austral de Temuco, 03 de diciembre 1931. Sección Periódicos y Microformatos. Biblioteca Nacional, Chile.

¹⁰ “La segunda sesión del congreso araucano celebrado en Temuco”. El Diario Austral de Temuco, 19 de junio 1933.

¹¹ “La Corporación Araucana”. El Diario Austral de Temuco, 05 diciembre 1938. Sección Periódicos y Microformatos. Biblioteca Nacional, Chile.

¹² “Resoluciones del Congreso Indígena se pondrán en conocimiento de S.E” El Diario Austral de Temuco, 22 de abril 1939. Sección Periódicos y Microformatos. Biblioteca Nacional, Chile.

disputar la hegemonía del movimiento mapuche a la Corporación Araucana. La nueva organización contaba con líderes que se desempeñaban como profesores, como Andrés Chihuailaf, Gregorio Seguel Capitán y César Colima, por lo que pusieron especial énfasis en acompañar la solución al problema de las tierras con amplias demandas educativas.

Este era el escenario político mapuche antes de la sorpresiva convocatoria al Primer Congreso Indigenista Interamericano, en donde las disposiciones que dilatadamente habían discutido los líderes de organizaciones en Congresos Araucanos, cuyas conclusiones entregaban a las autoridades competentes, tomaron un impulso al poner en perspectiva estas demandas con la situación internacional.

3. El Primer Congreso Indigenista en Pátzcuaro, México

El Primer Congreso Indigenista Interamericano nació como una propuesta para evaluar el problema que aquejaba a los países del continente americano, respecto a las condiciones en que se encontraba la población indígena. Los abusos y problemáticas vinculadas a la tenencia de la tierra y la educación, denunciadas por las organizaciones mapuche, parecían compartir similitudes derivadas de la colonización y la administración de los asuntos indígenas en las repúblicas. Propuesto para celebrarse originalmente en Bolivia, se trasladó finalmente a México tras el ofrecimiento de su presidente Lázaro Cárdenas, o *Tata Lázaro*, como le llamaban cariñosamente algunos indígenas que presenciaban los segundos aires de la Revolución Mexicana en la administración del mandatario.

A pocas semanas del anuncio, comenzaron a publicarse críticas a la labor del indigenismo en México. Una columna de Salvador Flores en la que detalla un viaje en el cual se internó por los campos del país, denunció la *irredención del indio*, posicionándoles en el mismo estado en que se encontraban hace quinientos años. Culpaba por ello a los políticos izquierdistas y la *revolución en marcha* mexicana, al contrastar *el siglo de las luces* en el cual vivían, con el *atraso y miseria* de los indígenas¹³. Aludido por estas palabras, Luis Chávez Orozco, jefe del Departamento Autónomo de Asuntos Indígenas de México, respondió detallando las acciones que los últimos gobiernos tomaron en función del mejoramiento de la situación de los indígenas, cuestionando también la crítica negativa originada con total liviandad a partir de un recorrido por los campos, sin presentar mayores antecedentes¹⁴. La respuesta de Flores se centró en señalar que el propósito de mejorar la situación del indígena contaba con una larga historia y que, en la actualidad, había mucha distancia entre los discursos, las políticas *de laboratorio* que realizaron *quienes intentan redimirlos* y los anhelos de las organizaciones indígenas¹⁵.

¹³ "Todavía está irredento el indio." La Prensa 15 de enero 1940. Hemeroteca Nacional de México.

¹⁴ "El problema indígena de México." La Prensa 19 de enero 1940. Hemeroteca Nacional de México.

¹⁵ "El problema indígena y la Revolución." La Prensa 25 de enero 1940. Hemeroteca Nacional de México.

Este intercambio de apreciaciones nos entrega un breve panorama que nos sirve para poner en perspectiva al menos dos cuestiones: la primera, es que aunque se tratara de una experiencia distinta a la chilena, el *problema indígena* en México, se planteaba en términos que por momentos casi alcanzaron de manera textual algunos de los planteamientos contemporáneos en Chile, vinculados al fallido acto redentor que a través de políticas estatales buscó *rescatar* o *redimir* a los indígenas. Lo segundo, es que la columna da cuenta de la búsqueda de participación política de los indígenas en las decisiones que se tomaban respecto a sus asuntos, como un elemento que precede a la formalización del *indigenismo internacional*.

Algunos de los invitados al Primer Congreso Indigenista de México fueron sugeridos por la comisión organizadora del evento, en donde primaron los intereses de los financistas de la instancia, México y Estados Unidos (Giraudó, 2011: 34). Cubriendo los gastos de sus invitados, dichos países aseguraron la presencia de *indigenistas* reconocidos por sus trabajos y con los cuales compartían lineamientos. Los demás asistentes, eran invitados por el Gobierno de México a través de sus embajadas en los demás países bajo la figura *ad honorem*, es decir, debían financiar su viaje. En Chile, el ejecutivo tomó conocimiento de la invitación y comisionó a Venancio Coñuepan Huenchual y César Colima Lobos como los congresistas que representarían al país, además de cubrir sus gastos a través de la Tesorería Provincial de Santiago¹⁶. En México se encontraron con Manuel Hidalgo, embajador de Chile en dicho país, quien presidió la comisión oficial.

Venancio Coñuepan era un líder político que concentraba varios aspectos que le hacían destacar. Llevaba el nombre de sus ancestros, era descendiente de Venancio Coñoepan¹⁷, quien acompañó a Bernardo O'Higgins, luchando *juntos por la independencia de su patria*¹⁸. Reconocido como un gran orador (Ancan, 2010: 31), fue además un exitoso empresario y como hemos señalado, presidente de la Corporación Araucana. Por su parte, César Colima era nieto de Agustín Colima (Cárdenas, 2012: 51) e hijo de Onofre Colima, quien ya había destacado como profesor y dirigente de la Sociedad Caupolicán, representando al sector de Purén (Foerster y Montecino, 1988: 17). Para cuando fue invitado a esta instancia, César Colima conformaba parte de la directiva del Frente Único Araucano, en donde se desempeñó como secretario en la organización.

¹⁶ "Comisiona a don Venancio Coñuepan Huenchual y a don César Colima Lobos para que representen a Chile en el Congreso de Indígenas." Fondo Ministerio de Educación, Vol. 8041. Archivo Nacional de la Administración, Chile.

¹⁷ La escritura histórica ha reseñado a los antepasados de Venancio Coñuepan Huenchual escribiendo su apellido como Coñoepan, Koñoepan, Koñwepang o Coihuepan. Hemos conservado la diferencia en su escritura para distinguir al antepasado del Venancio Coñuepan del siglo XX.

¹⁸ Sesión 30.a Ordinaria, en martes 19 de agosto de 1947, pp. 1491. Diarios de Sesiones del Congreso Nacional. Cámara de Diputados. Biblioteca del Congreso Nacional.

Los líderes mapuche, como representantes de Chile en esta instancia, presentaron en México la ponencia *El problema Indígena en Chile*¹⁹, en donde abordaron los aspectos titulados: Tierra y justicia; Economía; Educación; y Autoridades Indígenas. En estos apartados comentaron las razones por las cuales estos aspectos habían sido un problema para los indígenas del país, a la vez que recomendaban medidas para su solución. En su última sección, dedicada a las Autoridades Indígenas, Coñuepan y Colima proyectaron cómo soñaban la participación mapuche en la formulación de las políticas indígenas, proponiendo la creación de un Subsecretario de Asuntos Indígenas, que tuviera trato directo con los ministerios, y un consejo de Asuntos Indígenas, que contara con la participación de miembros de las organizaciones políticas mapuche²⁰.

Aunque la invitación llegó sin la anticipación necesaria, al igual que el financiamiento de los comisionados, como mencionan los dramáticos telegramas enviados por Manuel Hidalgo, el embajador de Chile en México, solicitando el envío de fondos a propósito de la *situación económica insostenible de los delegados*²¹, la experiencia vivida en Pátzcuaro significó un enorme aporte para los dirigentes mapuche. Tal como declaran en el informe que entregaron en su retorno a Chile, la impresión con la que volvieron da cuenta de varias reflexiones. Luego de asistir a las exposiciones, entendieron que el *problema indígena* era uno que, con distintos matices, se vivía en la mayoría de los países. También, comprendieron que otras administraciones nacionales tenían oficinas gubernamentales especialmente dedicadas a estas temáticas, con la respectiva inversión de recursos necesarios para su funcionamiento. La ponencia en donde soñaban con soluciones a sus distintos problemas, de pronto, dejó de ser una propuesta abstracta y aterrizó en realidades en donde dichas soluciones ya se practicaban. Al retorno de Pátzcuaro, los dirigentes mapuche pudieron solicitar mayor atención y argumentar a su favor utilizando ejemplos aplicados, como el caso educativo de Bolivia, con el núcleo de escuelas de Warisata²², en donde se formaba a los indígenas en oficios, pero también como docentes.

4. Perspectivas comparadas: propuestas del movimiento mapuche frente a los acuerdos de Pátzcuaro

Los congresistas de Pátzcuaro aprobaron múltiples acuerdos, los cuales una vez formalizados en el Acta Final, se transformaron en declaraciones y recomendaciones para los países participantes, quedando estas numeradas en 72 puntos. El último de ellos declara que "...al

¹⁹ La transcripción de la ponencia puede consultarse en el sitio Memoria Mapuche: <https://memoriapuche.cl/el-problema-indigena-de-chile/>

²⁰ "Primer Congreso Indigenista Interamericano, Ponencias de 1940, vol. VII, Bolivia, Colombia, Cuba, Chile, Ecuador Archivo III". Congresos Indigenistas, Caja 2. Archivo Histórico, Biblioteca Manuel Gamio, México.

²¹ Telegrama N°21, 04 de mayo 1940. Fondo Histórico, Vol. 1807. Archivo General Histórico, Ministerio de Relaciones Exteriores, Chile.

²² "Informe de los delegados al Congreso Indigenista Interamericano, de México" Diario Austral de Temuco 23 de junio 1940. Biblioteca Nacional, Chile. Sección Periódicos y Microformatos.

aprobar los mencionados acuerdos, recomendaciones, resoluciones y declaraciones, no compromete a los Gobiernos de los Estados representados.” (III, 1948: 35). En contraposición a un compromiso vinculante, la instancia definía estas declaraciones como unas de *carácter moral*. Lo anterior daba cuenta de los derroteros acontecidos en la interna de los directorios que formalizaron el *indigenismo internacional*, que justo después de la clausura del congreso, en el Comité Ejecutivo Provisional (CEP), dieron lugar a discusiones que buscaban censurar escritos de Moisés Saenz, uno de los principales organizadores del evento. La razón tras esta censura, fue el carácter político de su escrito, pues definía dos posibles lineamientos en que los Estados podían enfrentar la cuestión indígena. Aquello “...debilitó el indigenismo político y social defendido por Sáenz a favor de un indigenismo apolítico y científico...” (Giraudó, 2011: 82), cuestión que no hizo más que consolidarse con la muerte de Sáenz en 1941, provocando el ascenso al directorio de Manuel Gamio, partidario de este último posicionamiento.

La cuestión del indigenismo y su impacto en la política mapuche no ha sido abordada en profundidad. Los estudios pioneros de Rolf Foerster y Sonia Montecino (1988) y José Bengoa (1987) señalaron la participación de los delegados en la instancia internacional, pero no profundizaron en su influencia para el movimiento mapuche. Nuevas investigaciones, han proporcionado antecedentes para comprender de mejor manera los intereses de los liderazgos mapuche en estas décadas, como los estudios de André Menard y Jorge Pavez (2005), Sergio Caniuqueo (2006), Pablo Mariman (2007), José Ancan (2010), Víctor Naguil (2016), Pedro Canales (2021), Enrique Antileo y Claudio Alvarado (2019 y 2024) y Marilen Llancaqueo (2024), pero sin enfocarse en la cuestión indigenista. Quienes sí lo hacen, son José Cabrera (2021), Isidro Parraguez (2017 y 2020), Luis Vergara y Hans Gundermann (2016), pero abordando la conformación del *campo indigenista* para el caso chileno, sin centrar sus estudios en los aportes hechos por las organizaciones mapuche a la instancia internacional, y viceversa.

A la luz de los antecedentes consultados, las ideas expuestas por Coñuepan y Colima en Pátzcuaro tuvieron amplia acogida una vez publicadas las recomendaciones del Primer Congreso Indigenista. Respecto a la dimensión de *Tierra y Justicia*, los dirigentes solicitaron aumentar la cantidad de tierra por individuo, devolución de tierras usurpadas y orientaciones técnicas para trabajarlas²³. Los acuerdos del congreso consideraban el reparto de tierras como medida reparatoria, sumando a esto diferentes medidas de protección, materializadas mediante estudios de erosión y desgaste de suelos (III, 1948: 8), sumado a la implementación de tecnología que permitiera trabajar las tierras, transformándolas en una fuente de ingreso regular para las comunidades. Además, no solamente se buscaba rectificar las divisiones político-territoriales de los pueblos indígenas, sino también formar entidades para agrupar a estas masas (III, 1948: 22), con el propósito de mejorar sus condiciones de vida.

²³ “Primer Congreso Indigenista Interamericano, Ponencias de 1940, vol. VII, Bolivia, Colombia, Cuba, Chile, Ecuador Archivo III”. Congresos Indigenistas, Caja 2. Archivo Histórico, Biblioteca Manuel Gamio, México. Pp. 164-165.

Otro de los aspectos mencionados por los mapuche, fue el problema educacional. Dentro de su solución, proyectaban la necesidad de cursos en los que se avanzara armoniosamente entre el uso del mapudungun hacia el español, transitar progresivamente a la formación de un profesorado mapuche creando la *enseñanza normal indígena* y la formación de escuelas rurales en las comunidades, además de escuelas normales, vocacionales, granjas y de artesanos²⁴. Estas peticiones se vieron casi textualmente reflejadas en algunas de las recomendaciones de la instancia internacional, al plantear la necesidad de que estas escuelas se ubiquen en los centros de las comunidades (III, 1948: 21), la consideración de introducir la lengua nacional de manera paulatina (III, 1948: 18) y al entender la enseñanza como una de carácter integral, debiendo abarcar ámbitos para el desarrollo futuro de estos grupos, como la introducción a métodos agrícolas; cuidado de aves y ganado; instrucción vocacional; y de economía doméstica (III, 1948: 18). Otros aspectos se vieron potenciados, como el fomento del estudio de las lenguas y la realización de congresos de lingüistas, que ayudarían a perfeccionar a los maestros (III, 1948: 18), o la extensión de consideración en el ámbito educativo hacia programas de divulgación cultural, en donde debía incluirse la alimentación de los grupos escolarizados, contemplando no solo a niños y adolescentes, sino también a mujeres y hombres adultos, en el entendido de que era necesario suplir su déficit educativo (III, 1948: 27-28).

Algo similar ocurrió en el caso de las propuestas económicas. Coñuepan y Colima propusieron la creación de un Banco Indígena que otorgara créditos, préstamos destinados a maquinarias, abonos, semillas, ganados, y provisiones alimenticias, además de prestar servicios como la organización de cooperativas²⁵. Los acuerdos de los congresistas incluyeron facilitar el acceso a créditos agrícolas y fomentar la producción en base a la explotación de tierras. Elementos que fortalecieron estas medidas, fueron la consideración de realizar censos para conocer las economías indígenas, lo cual serviría al Instituto Indigenista Interamericano para la promoción de lineamientos de acción (III, 1948: 16) y poner atención a la situación de los indígenas que desarrollaban actividades económicas vinculadas a las industrias y el trabajo asalariado, fomentando las comunidades urbanas en torno a la economía (III, 1948: 17), ambas medidas enfocadas en considerar la marginalización en todos los ámbitos en los que se han visto afectados los indígenas. Lo anterior, aunque no fue consignado por los delegados de Chile, sí era una cuestión presente en las organizaciones mapuche, a propósito del movimiento urbano representado por la Sociedad Galvarino en Santiago (Antileo, 2023: 25).

Fuera de los acuerdos del congreso quedaron las demandas de la comisión mapuche que buscaban mejor representación dentro del aparato gubernamental. Esto, en parte explicado por el conflicto referenciado con anterioridad, que enfrentaba un posicionamiento político por parte de Moisés Sáenz a uno científico de Manuel Gamio, que fue el que terminó

²⁴ *Ibidem*. Pp. 166-167.

²⁵ *Ibidem*. Pp. 165.

imponiéndose. Tras esta discusión, se encontraban de fondo fórmulas en que se entendía el indigenismo: “la integracionista y la que pugnaba por el otorgamiento de espacios de autonomía política a los pueblos indígenas.” (Vergara y Gundermann, 2016: 128). Precisamente, las disposiciones vinculadas a estudios científicos, que fueron apenas nombradas por los delegados mapuche en virtud de la divulgación e intercambio científico²⁶, fueron parte importante de los acuerdos de Pátzcuaro. Había que conocer la situación indígena en el continente, y con este propósito se sugirió desde el campo de la medicina, estudiar enfermedades que se presentaban recurrentemente en las comunidades indígenas, como el mal del pinto, la oncocercosis y el paludismo (III, 1948: 13-14), considerando médicos especialmente enfocados en las mujeres, además de la instrucción de la medicina rural y enfermeros que estén familiarizados con la cultura y la medicina tradicional (III, 1948: 23). También se mencionó la importancia de realizar estudios de botánica, alimentación y estado físico (III, 1948: 10). Por último, se abordaron el mejoramiento de viviendas y el acceso a servicios básicos como agua e higiene (III, 1948: 24).

5. Apuntes sobre la conformación del *campo indigenista* en Chile

Luego de la experiencia que significó la asistencia a Pátzcuaro, Venancio Coñuepan y César Colima retornaron a Temuco, en donde siguieron trabajando en sus organizaciones, la Corporación Araucana y el Frente Único Araucano, respectivamente. Un tercer asistente al congreso también retornó a Chile: se trataba de Alejandro Lipschutz, quien asistió por cuenta individual. Como médico y antropólogo, el perfil del intelectual se ajustaba más a la de los asistentes del primer congreso indigenista, habiéndose acercado reflexivamente a la cuestión indígena en 1937, con la escritura de *Indoamericanismo y raza india*. En sus escritos existía una “...valoración del indígena y su forma comunitaria de organización económico-social promoviendo la eliminación de la discriminación por el factor racial y el etnocentrismo, además de abogar por las reivindicaciones de autonomía y autodeterminación...” (Cabrera, 2021: 150), lo cual iba en directa relación con lo que el movimiento mapuche venía solicitando hace algunas décadas. Su postura descartaba los prejuicios de culturas inferiores o superiores, utilizando el concepto de Indoamericanismo, ampliamente tratado en la década del treinta por las izquierdas Latinoamericanas (Acevedo, 2021: 168) en donde militaba. Los planteamientos en donde rebatía el racismo científico, que en la época tenía bastante peso según podemos deducir por las constantes argumentaciones que hacen los mapuche respecto a las causas de su atraso, eran refutados por Lipschutz apuntando a la falta de pruebas científicas para avalar estas ideas. Por el contrario, entendía estas conceptualizaciones como un medio para perpetuar la discriminación de los indígenas y las ideas de razas, probablemente la razón por la cual Venancio Coñuepan conservaba escritos

²⁶ *Ibidem*. Pp. 169.

de su autoría en su biblioteca, llenándolos de anotaciones en donde, como comenta José Bengoa, afirmaba estar de acuerdo con el autor (Bengoa, 2002: 114).

Alejandro Lipschutz no solo fue un asistente al Primer Congreso Indigenista de Pátzcuaro, sino que luego de su realización, jugó un papel fundamental en la configuración del *campo indigenista* en Chile. Hablamos de la configuración de este campo, en los términos planteados por Laura Giraudo, pues su investigación da cuenta de que el escenario indigenista se construye permeado por múltiples relaciones de poder, asociadas al mundo político y académico, en donde tanto la cuestión del simple acceso a esta instancia, como los posicionamientos enfrentados al interior de la misma, tomaron especial relevancia para determinar las primeras directrices del indigenismo (Giraudo, 2011: 82). A diferencia de lo ocurrido en otros países, en donde los representantes enviados pertenecían a oficinas o direcciones de gobierno vinculadas al tratamiento de cuestiones indígenas, en Chile, los representantes eran líderes de organizaciones, cuyo capital político se basaba en la movilización de sus militantes y en la posibilidad de formar comisiones transitorias con autoridades de gobierno. A pesar de que el representante de Asuntos Indígenas de Estados Unidos, Ernest Maes, realizó una gira por Chile en 1941 con la finalidad de obtener las firmas para ratificar las Actas de Pátzcuaro, conformando una *Comisión Provisoria* con varios líderes mapuche (Vergara y Gundermann, 2016: 132), entre ellos los asistentes al congreso, este cometido no se logró. Por ello, la labor voluntaria de Lipschutz, quien entabló y mantuvo comunicación con Manuel Gamio, Juan Comas y John Collier durante una década (Parraguez, 2017: 20), fue fundamental para la fundación del Instituto Indigenista de Chile en 1949 (Parraguez, 2020: 156), institución de carácter privado de la cual formó parte como miembro honorario. También fue un colaborador del Boletín Indigenista, así como de la revista América Indígena, ambas organizadas a través del Instituto Indigenista Interamericano: el primero con el objetivo de compartir hitos o informaciones vinculadas al indigenismo en los distintos países, y la segunda, centrada en publicaciones académicas. En América Indígena, Lipschutz tuvo un papel destacado como representante del indigenismo chileno, publicándose allí *La propiedad indígena en la legislación reciente de Chile* (1948), *El movimiento indigenista y la reestructuración cultural americana* (1953), entre algunas reseñas escritas por otros autores que abordaban sus trabajos. A pesar de su entusiasta participación en el movimiento indigenista nacional, la ratificación de las actas que aprobaban la creación del Instituto Indigenista Americano para que Chile se transformara en miembro de la organización, se produjo recién en 1967 (Vergara y Gundermann, 2016: 135).

Respecto al indigenismo y su impacto en el movimiento mapuche, el desarrollo en la década del cuarenta, parece dar cuenta de demandas que no figuraban previa celebración del congreso en Pátzcuaro, como las vinculadas a mejoramientos de condiciones de higiene o de vivienda, aunque no existen estudios que den fe de un balance al respecto. Lo que sí se sabe, es que luego de un vertiginoso ascenso en su carrera política, Venancio Coñuepan desempeñándose como diputado, citó reiteradas veces las políticas indígenas de otros países,

y luego, la organización que presidía cambió de nombre a *Corporación Araucana o Corporación de Indios, Movimiento Indigenista de Chile* (Vergara y Gundermann, 2016: 131). Posteriormente, ya en los años cincuenta, llegó a ser Ministro de Tierras y Colonización y más tarde, director de la Dirección de Asuntos Indígenas, cuyos lineamientos convendría evaluar en comparación con las recomendaciones indigenistas de esa época. Aquello, considerando que en 1949 se realiza el Segundo Congreso Indigenista Interamericano en Perú, instancia en donde se reiteran los llamados a formular investigaciones académicas en sus dimensiones biológicas, antropológicas y legislativas, lo cual abre otras posibilidades de balance. Sobre todo, porque las listas de asistentes a los siguientes congresos indigenistas también contaron con la participación de líderes mapuche en sus comisiones (Vergara y Gundermann, 2016: 143), lo cual da cuenta de una continuidad en la lógica organizacional del movimiento mapuche en esas décadas.

6. Conclusiones

Los apartados en que hemos intentado contextualizar la participación de dos líderes políticos mapuche en el hito que creó el Instituto Indigenista Interamericano, nos dejan algunas ideas para facilitar su comprensión y abre múltiples caminos de análisis para un futuro.

En primera instancia, entendemos que la política mapuche transita desde la anterior lógica del siglo XIX hacia una que tuvo como protagonista a las organizaciones. Motivadas por la defensa de sus componentes, en el contexto republicano que arribó a La Araucanía, dichas organizaciones tomaron el relevo en la interlocución con las instituciones estatales. Se constituyó así un movimiento político mapuche amplio, en donde luego de tres décadas de funcionamiento, para finales de la década del treinta, existían posicionamientos definidos que les diferenciaban. A partir de estos posicionamientos, se produjeron alianzas o grandes conglomerados: la Corporación Araucana y el Frente Único Araucano. Entendemos entonces que, la decisión del ejecutivo de comisionar a dos de sus líderes, Venancio Coñuepan y César Colima respectivamente, obedece a una larga trayectoria de organización política, en la que estos protagonistas se habían desempeñado en las directivas de las organizaciones reseñadas, y también en sus predecesoras. Hemos intentado destacar este aspecto, por dos motivos. El primero, es que como se infiere en el título de trabajo escrito por Isidro Parraguez, a propósito de *Un indigenismo indígena*, el caso de Chile es excepcional, en la medida en que los representantes del país en la instancia internacional son líderes políticos indígenas. Por el contrario, la norma fue la convocatoria financiada hacia indigenistas conocidos o la conformación de comisiones a criterio de los presidentes de cada país, por lo que asistieron funcionarios de gobierno dedicados a la problemática o los embajadores de cada país. En segunda instancia, porque en muchos estudios la figura de Venancio Coñuepan, reconocido por ser tres veces electo diputado y haberse desempeñado como ministro de Estado, ha opacado la participación de César Colima. Las omisiones incluso desconocen su condición de indígena, al mencionar que a Pátzcuaro *asistió un representante mapuche*. Como hemos dicho,

su padre, Onofre Colima, participó en la Sociedad Caupolicán, mientras que César se desempeñó posteriormente como secretario en el Frente Único Araucano.

Lo anterior, está directamente relacionado con el segundo punto que nos interesa abordar. En la exposición de Pátzcuaro se vieron reflejados los proyectos políticos de las dos organizaciones mapuche más importantes de la época. A través del ejercicio de comparativa entre estas demandas y las recomendaciones del Primer Congreso Indigenista, constatamos que el plenario acogió la mayoría de sus propuestas, salvo las que se orientaban a una participación política específica dentro del aparato gubernamental chileno. Lo anterior pone en perspectiva la cuestión indígena latinoamericana en función de los problemas que compartían, a pesar de las diferencias locales del *problema indígena*. También, otorgó un respaldo a las organizaciones, cuyas propuestas fueron avaladas por los especialistas más importantes del continente.

La excepcionalidad en el caso chileno podría explicar la dilatada formalización de una acción indigenista en el país. Como mencionamos, estos líderes enriquecieron su capital político y con su asistencia agregaron nuevos insumos al debate, pero no tenían la influencia necesaria como para concretar los anhelos indigenistas dentro del aparato gubernamental. Esta influencia era, en parte, una medida que solicitaron en el congreso para facilitar la solución a sus problemas. A diferencia de los países organizadores de Pátzcuaro, que ya contaban con una institucionalidad vinculada a los problemas indígenas, en Chile el aterrizaje del indigenismo institucional ocurrió lentamente y por iniciativa particular. En este camino tomó especial relevancia el papel de Alejandro Lipschutz, quien finalmente es uno de los responsables de la fundación del Instituto Indigenista Chileno en 1949, que a diferencia de lo ocurrido en otros países, se formó como una institución de carácter privado y no estatal. Por otra parte, la ratificación de las Actas de Pátzcuaro se realizó por parte de Chile en 1967, conformándose recién entonces como un país miembro del Instituto Indigenista Interamericano.

Como una necesaria proyección de este trabajo exploratorio, se propone problematizar la definición de lo que se entiende por indigenismo en Chile, conforme al caso analizado. Las interlocuciones expuestas en la prensa mexicana, dan cuenta del distanciamiento entre actores gubernativos y académicos, y las demandas de los pueblos indígenas. Aquello sería en buena medida, lo que define a la acción indigenista: la práctica a favor del indígena, pero formulada por otros. Aquello se transforma, con el paso de las décadas, en una de las mayores críticas a esta plataforma internacional. Los matices son variados y hay quienes hablan de indigenismo incluso en la época colonial, ejemplificando con Fray Bartolomé de las Casas, mientras otros acotan su accionar a la época republicana. Al margen de lo anterior, en el caso chileno, los representantes del indigenismo son indígenas, e incluso, algunos definieron sus organizaciones como parte del *movimiento indigenista de Chile*. Vemos entonces que la premisa del indigenismo, pero sin indígenas, no opera en este país.

Por otra parte, es fundamental realizar una lectura comparada que dé cuenta del acontecer político en las organizaciones mapuche durante la década del cuarenta y las acciones indigenistas internacionales. La fallida misión de ratificar las Actas de Pátzcuaro en Chile puede deberse a la falta de prioridad en este accionar por parte de los gobiernos, o bien, a la realización de otras actividades por parte de las organizaciones políticas mapuche, principales beneficiarios de esta aprobación y por tanto, quienes debían presionar para su realización. ¿Estará presente esta demanda en los petitorios de las organizaciones mapuche? Para descartar una u otra opción, o determinar si lo anterior es una mezcla de más factores no contemplados, es necesaria la lectura sugerida enfocada en esta década.

Finalmente, hay dos elementos que se proyectan como posibles vetas de investigación para comprender mejor el fenómeno que hemos abordado. Es necesario definir las militancias organizacionales de los delegados mapuche que asisten a los siguientes congresos indigenistas, a fin de lograr determinar, si existe alguna correlación entre esta dimensión internacional y los planteamientos de sus organizaciones en Chile. Por otra parte, el camino seguido por Venancio Coñuepan, llegó a una cúspide expresada en su desempeño como ministro de Estado y luego, como director de la Dirección de Asuntos Indígenas. Al respecto, nos formulamos la siguiente pregunta: ¿qué tanto de lo acordado en las instancias indigenistas se puede encontrar en la formación y funcionamiento de esta institución estatal?

Creemos que dar respuesta a los elementos señalados pueden enriquecer el debate y robustecer la comprensión de la política mapuche, moviendo el eje de sus expresiones internacionales hacia mediados del siglo XX, identificando sus aportes tanto para el movimiento mapuche, como para la institucionalidad de la República.

Bibliografía

Acevedo, N. 2021. *“Ni hombres sin tierra, ni tierra sin hombres”. Socialistas, politización campesina y propiedad de la tierra. (Chile, 1932-1938)*. Tesis para optar al grado de Doctor en Historia. USACH.

Ancan, J. 2010. *Venancio Coñuepan. Ñizol Lonko y líder político mapuche del siglo XX*. Editorial USACH.

Antileo, E. 2023. *La Sociedad Galvarino: trayectorias de una organización mapuche en Santiago, 1932-1979*. Estudios Atacameños (en línea), vol. 69 ARQUEOLOGÍA.

Antileo, E. y Alvarado, C. 2019. *Diarios Mapuche 1935 – 1966*. Ediciones Comunidad de Historia Mapuche.

Antileo, E. y Alvarado, C. 2024. *Prosa Política mapuche*. Veranada Ediciones.

Bengoa, J. 1987. *Historia del pueblo mapuche. Siglos XIX y XX*. LOM Ediciones.

Bengoa, J. 2002. *Historia de un conflicto. El Estado y los mapuches en el siglo XX*. Editorial Planeta.

Aproximaciones al quehacer político mapuche y sus encuentros con el indigenismo internacional.

Primera mitad del siglo XX | Juan Porma y Vania Cabrera

Cabrera, J. 2021. *Alejandro Lipschutz, La elaboración de un pensamiento indigenista particular a partir del pueblo mapuche*. Zuamgenolu Parte II. Editorial USACH.

Canales, P. 2021. *Los años 40 en la historia mapuche. Organización política, dinámica política y discursos, 1938-1953*. Zuamgenolu Parte II. Editorial USACH.

Cárdenas, M. 2012. *La sociedad Caupolicán defensora de la Araucanía, 1910*. Andes del Sur n°7, 43-75.

Foerster, R y Montecino, S. 1988. *Organizaciones, líderes y contiendas mapuches (1900-1970)*. Repositorio académico de la Universidad de Chile.

Giraud, L. 2011. *Un campo indigenista transnacional y casi profesional: La apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas*. La Ambivalente Historia del Indigenismo. Instituto de Estudios Peruanos.

Instituto Indigenista Interamericano. 1948. *Acta final del Primer Congreso Indigenista Interamericano celebrado en Pátzcuaro (México, abril de 1940)*. Suplemento del Boletín Indigenista.

Marimán, Pablo. 2017. *“La corporación araucana (1946 – 1950): En el quehacer del Diputado Venancio Coñuepán”*. Tesis de magister. Universidad de Chile.

Menard, A. y Pavez, J. 2005. *Documentos de la Federación Araucana y del Comité Ejecutivo de la Araucanía de Chile*. Anales de Desclasificación, Vol. 1: La derrota del área cultural n° 1, 51-109.

Naguil, V. 2016. *De la Raza a la Nación, de la Tierra al País Comunitarismo y nacionalismo en el movimiento mapuche, 1910-2010*. Tesis doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona.

Namunkura, A. y Pozo, G. (Edit.). 2018. *“Cartas al Padre Sigifredo: Un reflejo de la historicidad en territorio mapunche”*. En *Explotación y violación de los derechos humanos en territorio mapunche*. Santiago de Chile: Ocho Libros, 13-18.

Llancaqueo, M. 2023. *Zomo wirin. Mujeres mapuche que escriben en prensa*. Veranada Ediciones.

Palma, C. y Pozo, G. (Edit). 2018. *“El pacto entre los Huilliche, el Padre Sigifredo de Frauhenhäusl y la prensa valdiviana, año 1905*. En *Explotación y violación de los derechos humanos en territorio mapunche*. Santiago de Chile: Ocho Libros, 396-434.

Parraguez, I. 2017. *Alejandro Lipshutz y el instituto indigenista interamericano. Una primera década de relaciones (1940-1950)*. Diálogo Andino N°52, 15-25.

Parraguez, I. 2020. *Un indigenismo indígena y extra estatal a mediados del siglo XX: El caso de Chile*. Cahiers des Amériques latines, N° 95, 143-164.

Pavez, J. comp. 2008. *Cartas Mapuches Siglo XIX*. Santiago de Chile: CoLibris y Ocho Libros.

Aproximaciones al quehacer político mapuche y sus encuentros con el indigenismo internacional.

Primera mitad del siglo XX | Juan Porma y Vania Cabrera

Pinto, J. 2012. *El parlamento de Coz Coz y la marcación del Painemal, un giro en la relación de la sociedad chilena con el pueblo mapuche, 1907-1913*. Revista TEFROS, vol. 10, N°1-2.

Vergara, J. y Gundermann, H. 2016. *Chile y el instituto indigenista interamericano, 1940-1993: Una visión de conjunto*. Revista Chungará, vol.48, N°1, 127-144.

Principales tendencias de las tasas de suicidio en Chile: 1921-2020*

Main trends in Chile's suicide rates: 1921-2020

Manuel Llorca-Jaña, Javier Rivas & Daniel Morales-Campos**

Resumen

Los principales objetivos de este artículo son proporcionar la serie más larga jamás realizada para un país latinoamericano sobre el número y la tasa de suicidios, desde 1921 hasta 2020, identificando sus principales tendencias y cambios en la mortalidad por suicidio tanto en el corto como en el largo plazo; y desagregar estas series por género y grupos de edad, para identificar los principales patrones y cambios a lo largo del tiempo para estas variables, incluyendo cambios en la brecha de género. Encontramos que durante el último siglo ha habido cambios importantes en el perfil de suicidio de Chile y su importancia relativa como causa de muerte. Durante la década de 1920-1940, alrededor de dos de cada 1.000 muertes (0,2%) fueron resultado de suicidio en Chile. Esa tasa ha sido aproximadamente diez veces mayor (2%) durante las últimas dos décadas. La tasa actual de suicidio para el país es superior a 10 por cada 100.000 habitantes, por encima del promedio mundial. La tasa de suicidios entre los hombres durante las dos últimas décadas es de alrededor del 18%, frente al 3,6% entre las mujeres: se trata de la brecha más grande jamás

Abstract

The main objectives of this article are to provide the longest ever series for any Latin American country on both the number and rate of suicides, from 1921 to 2020, identifying their main trends and changes in suicide mortality in both the short and the long term; and to disaggregate these series per gender and age groups, to identify the main patterns and changes over time for these variables, including changes in the gender gap. We found that during the last century there have been important changes in Chile's suicide profile and its relative importance as cause of death. During the 1920s-1940s, around two in every 1.000 deaths (0.2%) were the result of suicide in Chile. That rate has been around tenfold higher (2%) during the last two decades. The current suicide rate for the country is above 10 suicides per 100.000 inhabitants, above the world average. The suicide rate for males during the last two decades is around 18, as against 3,6 for females: this is the largest gap ever observed since the 1920s. During the 2010s, over half of all suicides (53%) were committed by people aged 40 or above, an increase from 23% during the 1920s. Finally, an overwhelming majority of suicides in Chile are committed by males over 50 years old: 29% of all suicides during the 2010s (as against 10% in the 1920s).

* Article funded by Anillos ANID PIA SOC180001.

** Universidad Adolfo Ibáñez, manuel.llorca.j@uai.cl, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3937-6035>; Pontificia Universidad Católica de Chile, jrivas.r1@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4385-6979>; Universidad de Santiago de Chile, daniel.moralesc@usach.cl; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5581-8542>.

observada desde la década de 1920. Durante la década de 2010, más de la mitad de todos los suicidios (53%) fueron cometidos por personas de 40 años o más, un aumento respecto del 23% durante la década de 1920. Finalmente, una abrumadora proporción de suicidios en Chile son cometidos por hombres mayores de 50 años: el 29% de todos los suicidios durante la década de 2010 (frente al 10% en la década de 1920).

Palabras clave: Chile, suicidio, historia, desigualdad, brecha de género

Key words: Chile, suicide, history, inequality, gender gap

Received: October 16th, 2024

Accepted: December 16th, 2024

1. Introduction

Within a short period of time, the last two generations, Chile experienced its epidemiologic transition (ET) at an accelerated pace, thus fitting best within the ‘contemporary-delayed’ model of the ET (Mackenbach, 2020; Omran, 1971, 1998). Up to the 1950s, over 40% of all deaths were due to infectious diseases. Now, though, cancer and diseases of the circulatory system are the most common causes of death, followed by “external causes of morbidity” such as accidents, homicides and suicides (Llorca-Jaña et al, 2023). Out of these “external causes of morbidity” (also known as “violent deaths”), suicides have gained increasing importance. For the last year for which definitive official statistics are available (2020), suicides accounted for nearly a quarter of all deaths within this group in the International Classification of Diseases. Equally striking is the fact that from the 1960s onwards more people have died from suicide than from homicide in Chile every year, despite extensive press coverage of the recent increase in violent homicides in that country. But perhaps the most worrisome fact is that while in the 1920s suicides accounted for 0,1% of all deaths in Chile, this ratio increased to 1,8% during the 2010s. Suicidal behaviour constitutes a major public and mental health problem in Chile, which ranks in the top5 Latin American countries with higher suicide mortality rates (for analysis of Chile in relation to global suicide rates over time, see Ilic & Ilic (2022), Liu (2009), Lester & Yan (2005), Schmidtke et al (1999), La Vecchia et al (1994), among

other studies)¹. Suicides are tragic events that impact heavily on families, societies and the economy (Kronenberg, 2021), and thus call for our attention. It is essential for practitioners and researchers in the field to know more about the main trends in suicides in Chile: a deep understanding of changes over time can illuminate future public policies.

The aims of this article are manifold. First, it will provide the longest ever series for any Latin American country on suicide number and suicide rates, from 1921 to 2020, covering exactly a century². It is well known that suicide mortality varies in both the short and long term (Holopainen et al, 2013), so we wanted to identify the main changes in Chile, which like most developing countries, remains relatively obscure. This is an important contribution since most data/studies on suicide mortality over the last few decades have been published for several European and North American countries, while developing countries have been neglected (La Vecchia et al, 1994), even by Chilean scholars. Little has been written on overall trends in suicide in Chile (Duarte, 2017, 2007); a handful of valuable studies cover a few decades or provide a partial view e.g. (Araneda et al, 2021; Servicio Médico Legal, 2018, Otzen et al, 2014; Trucco, 1993, 1975)³. Second, we also wanted to examine the disaggregated series per gender and age group, to identify the main patterns and changes over time for these two variables, including changes in gender gap, in order to better inform public health policies. This analysis will also be an important contribution to the literature on mental health, gender and age inequality. We are not dealing with risk factors for suicide, methods used, seasonality, and other variables usually referred to in suicide studies, which would require micro data for each individual committing suicide, or a sample of them. That is beyond our ambitions, since it would require many years of data collection to be able to cover the whole century we are dealing with. Our study is a macro study of suicide trends and suicide inequality in a developing country: Chile.

2. Materials and methods

¹ See also World Population Review (2024). However, with the exception of Uruguay and Cuba, most Latin American countries have low suicide rates compared with most other regions of the world, and especially when compared with the worst performing countries (Duarte, 2007; Lester & Yan, 2005; La Vecchia et al, 1994).

² We wanted to cover as much time as possible, but we could not find data prior to 1921, as original intended.

³ Trucco is the only other author to cover a long period, but the data shown in his two main works is limited in scope, focusing on specific age ranges. There are many other important works on suicide in Chile, but they mainly cover specific regions e.g. Belmar Mac-Vivar (2015), Chávez & Ovalle (2015), Fabregat (2015), Flores (2015), Baader et al (2011), Madariaga et al (2010), Fernández (2006, 2004), Méndez et al (2001, 1997a, 1997b), Chuaqui et al (1967), or judicial aspects of the Chilean suicide profile e.g. Fabregat (2018, 2015), Piazzini (2016), Trucco (1975) or its psychology e.g. (Madariaga et al, 2016; Silva et al, 2013; Méndez et al, 1997a).

For statistics on total deaths and deaths by suicide, our source of information is the Vital Statistics Yearbooks published yearly by the Chilean National Statistics Office and available at the National Statistics Office's main library for 1921 onwards. These statistics are officially reported by Chile to the World Health Organization and other international organizations. The National Statistics Office obtains the primary information from the National Registry Office, based on causes of death certificates: by a national law, every deceased person must have a death certificate to be buried. This information follows the guidelines in the International Classification of Diseases, which allows us to clearly identify deaths by suicide. For each available year, during March-November 2023 we entered in Excel total deaths, as well as suicides per gender and age group from 1921 to 2020, except for the 1960s-1970s and 2004⁴, for which we were unable to find data of suicide per age. We have collected data from the national population censuses (household section) to gather information on total population per age group and gender, which were complemented with secondary literature (Díaz et al, 2019). The data on population allowed us to compute suicide death rates (i.e. number of suicides per 100.000 inhabitants) for our variables.

3. Results, 1921-2020

The average yearly number of suicides in Chile has increased steadily from the 1950s, but more importantly from the 2000s (Figure 1). Part of the increase in the last two decades has been attributed to underreporting until the late 1990s (Baader et al, 2011; Madariaga et al, 2010; Duarte, 2007; Méndez et al, 2001), although it is not possible to fully quantify this factor⁵. In 2000 there was an improvement in the way suicides were recorded in Chile, to avoid part of the underreporting detected until 1999⁶. Underreporting of suicides is not unique to Chile:

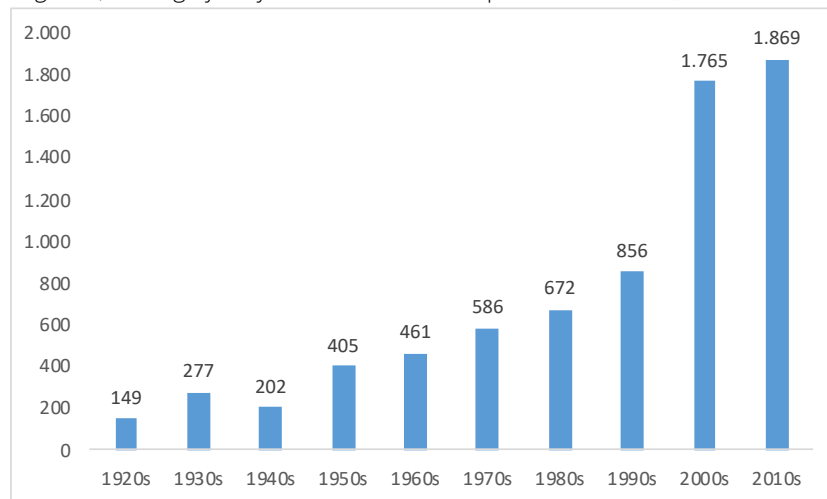
⁴ Unfortunately, for 2004 all the data on Vital Statistics for Chile was published as a broad summary only. The National Statistics Office is yet to publish the official detailed data for that particular year.

⁵ It would be ideal to know the share of unknown causes of deaths within total "external deaths", but that data is not readily available for Chile for most years included in our survey. For the entire period we only know the share of total unknown causes of deaths (some of which are hidden suicides) within total deaths, which is shown in Appendix B. It is evident from that data that this share has fallen gradually from the early 1980s to the mid-2000s, and stagnated thereafter. That is, it is clear that there was an overall improvement in Chilean statistics of causes of death, which surely impacted favorably on suicide data.

⁶ It has been argued that before 2000, within the "unknown violent deaths" officially recorded by Chile, some suicides were hidden. Likewise, most of Santiago's suicides were not recorded at all some years. Furthermore, it is also believed that some deaths reported as "accidental", and as such registered by the Register Office, were subsequently recorded as suicides by the judicial system, after reports received by either the police and/or the legal medical service, but the information on suicide numbers was not subsequently updated by the National

in most countries suicides have long been underestimated (Trucco, 1993; Schmidtke & Weinacker, 1991; Diekstra, 1989; Monk, 1987; Sainsbury & Jenkins, 1982).⁷ Regardless of this issue (which we are unable to correct on an annual basis), it seems undeniable that there is an increasing trend in the annual number of suicides in Chile from the 1950s. Furthermore, as a share of total deaths, the suicide rate also increased markedly during the 1930s, and again from the 1950s to the 2000s, and remained high during the 2010s despite a decline in the previous decade (Figure 2). During the last two decades, around 2% of all deaths in Chile have been due to suicide, a statistic which confirms the significance of suicide as a cause of death. This rate is also above the world average, which for 2019 was estimated at 1.3% (World Health Organization, 2021).

Figure 1, Average yearly number of suicides per decade. Chile, 1920s-2010s



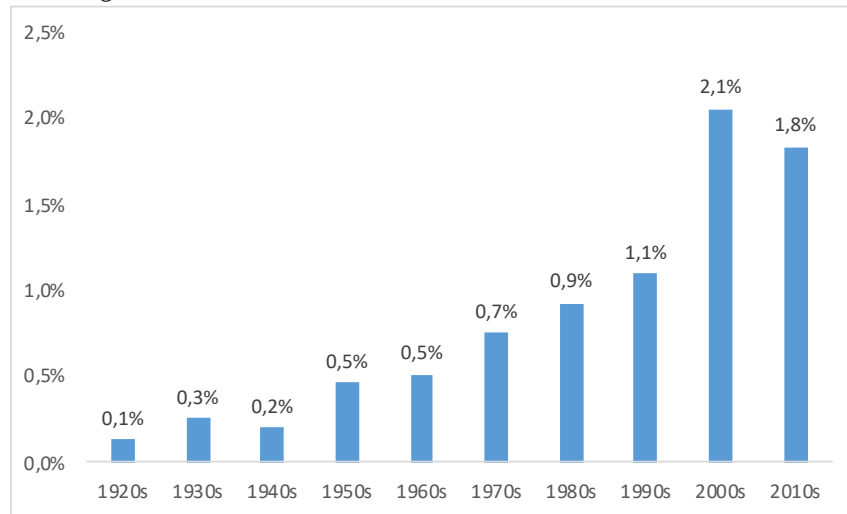
Source: Own calculations based on the above-mentioned data sources.

Note: See appendix A for annual data.

Statistics Office. To correct this, from 2000 the data on actual suicides are being automatically updated (thanks to a new process of online digitalization of death certificates), while Santiago's data is being fully entered, eliminating a great deal of the previous underreporting (Guajardo, 2017). To show the amount of underreporting before 2000, Duarte (2007) provides data for 1995-97, for suicides reported by both the Office of National Statistics and by the Judicial System. The latter data is 29% higher than the data reported by the Office of National Statistics for that triennium.

⁷ And indeed, underreporting may never be completely eliminated. See Tøllefsen et al (2012). The main issue for Chile was the underreporting of Santiago, which would be important before 2000 shall we analyze data per regions.

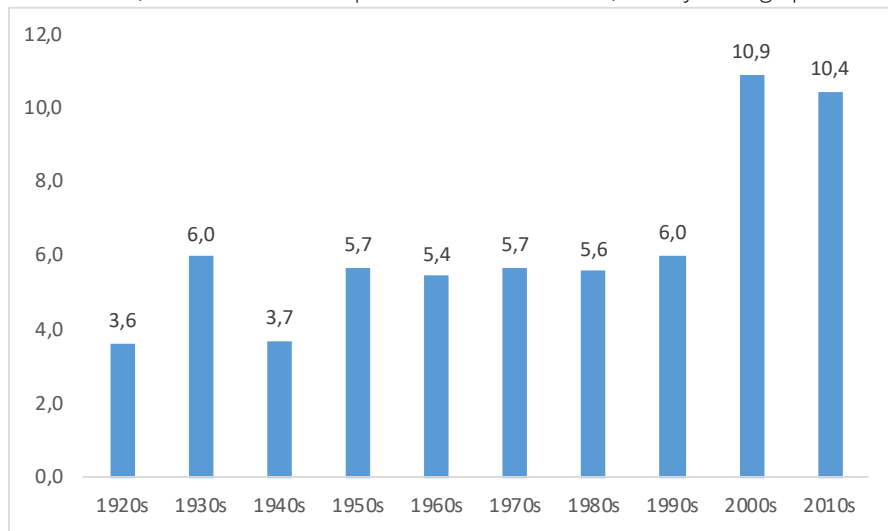
Figure 2. Suicides as a share of total deaths in Chile, 1920s-2010s



Source: Own calculations based on the above-mentioned data sources.

In relation to total population, one of the most commonly seen suicide indicators in the press, Chile's suicide rate (i.e. the number of suicides per 100.000 inhabitants) shows a slightly different pattern to that portrayed in Figures 1 and 2: between the 1950s and 1990s there is stability rather than an increasing trend, but the higher relative rate of the 1930s gains further importance (Figure 3). Finally, the marked increase during the 2000s-2010s suggests underreporting before 2000, as noted above. Chile's suicide rate during the last two decades is above 10, while global suicide rates for that period were around 9 (World Health Organization, 2021).

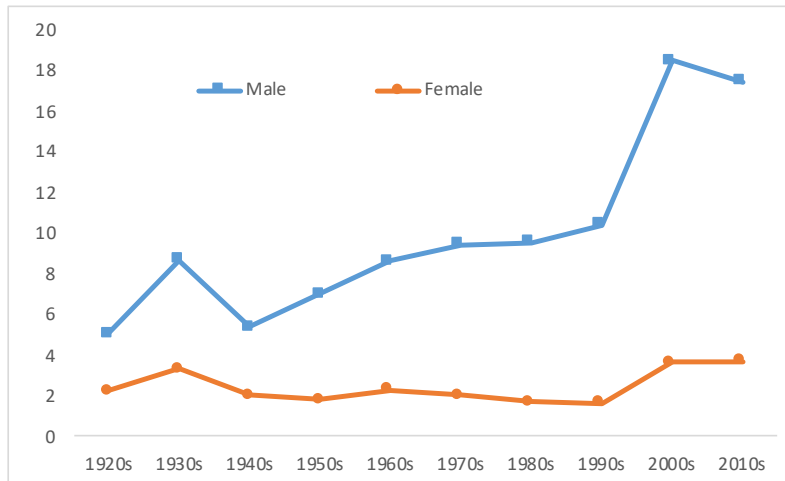
Figure 3. Chile's suicide rate (number of suicides per 100.000 inhabitants). Yearly average per decade, 1920s-2010s



Source: Own calculations based on the above-mentioned data sources.

Underreporting may cause problems with the interpretation of Figures 1, 2 and 3. However it does not impede the analysis of the evolution of suicide rates per gender and age groups over time, assuming that the underreporting did not affect any gender or age group in particular: Under-reporting before 2000 was unbiased for these two variables. There is general agreement within the literature that when there is under-reporting, it does not pose a problem for the analysis of general trends for a given country as it is unbiased (Trucco, 1993; Speechley & Stavraký, 1991).

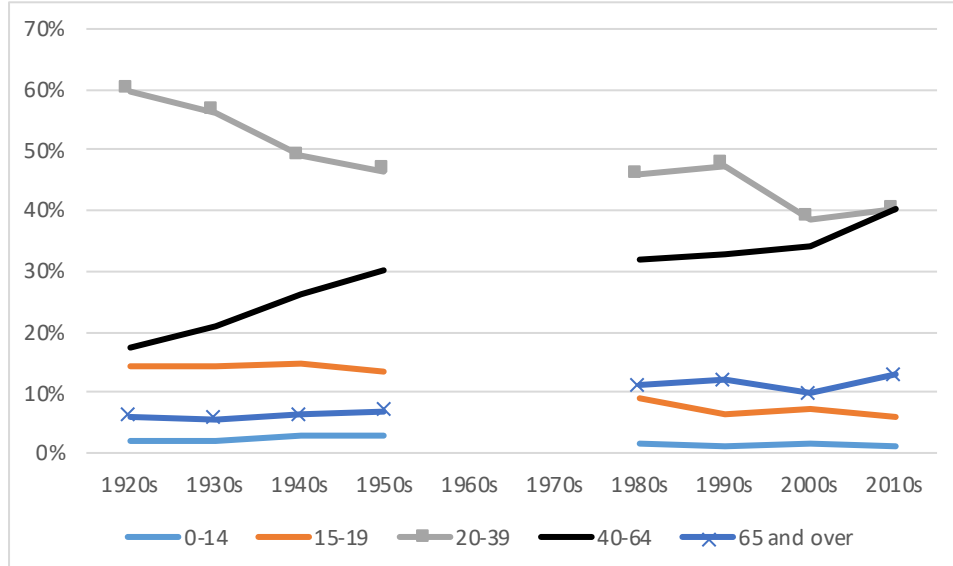
Figure 4. Chile's suicide rate per gender (number of suicides per 100.000 inhabitants). Yearly average per decade



Source: Own calculations based on the above-mentioned data sources.

Figure 4 shows suicide rates per gender. The first result to highlight is that, as in all countries for which there are series available, Chilean male suicide rates are far higher than female rates. The ratio of male to female suicide rates increased from 2,5-2,7 during the 1920s-1940s to around 4 during the 1950s-1960s and then up to 6,3 during the 1990s, and was around 5 during the last two decades. For every 1 female suicide, there were 5 male suicides during the first two decades of the twenty-first century.

Figure 5. Share of age groups for all suicides in Chile. Yearly average per decade, 1920s-2010s



Source: Own calculations based on the above-mentioned data sources.

Finally, the analysis of suicide per age group is a useful way to discover the relative proportion of people affected by suicides within different demographic groups. Figure 5 shows the share of suicides for the following age groups: 0-14 years (in which few suicides are found, for obvious reasons), 15-19, 20-39, 40-64 and over 64 (more detailed data is available upon request). The following facts are striking: the share of the age group 15-19 (late adolescents) fell from 14%-15% during the 1920s-1940s to 6%-7% during the last three decades (1990s-2010s); the share of the age group 20-39 (young adults) declined steadily from 60% in the 1920s to 39%-40% during the last two decades (2000s-2010s); the share of those aged 40-64 increased continuously from 17% in the 1920s to 40% in the 2010s; and the participation of the elderly (age group of 65 and over) also increased from 6%-7% during the 1920s-1940s to 10%-13% during the 1980s-2010s. That said, part of this is explained by the changing composition of Chilean population: elderly groups have gained increasing importance within the population's pyramid.

4. Discussion

As a share of total deaths, suicide has gained a relative degree of importance in Chile's causes of death profile and has become one of the leading causes of death. This is partly due to the country having experienced its epidemiologic transition (mainly in the 1940s), but it is also the case that suicide rates have further increased during the last two decades, when the epidemiologic transition had been completed (Llorca-Jaña et al, 2023). Suicide is a serious health issue that should not be ignored by local health authorities⁸.

The country has also experienced an accelerated demographic transition (including the aging of its population due to falling mortality, falling fertility rates, and an increase in life expectancy), which usually implies an increase in the share of older age groups within total deaths due to suicide. This does not mean that local health authorities should not provide specific funds to prevent suicides among middle-aged people and the elderly. In a country where pensions are very low, the elderly are particularly vulnerable to depression; individuals who suffer with depression are far more likely to die by suicide (Ferrari et al, 2014). The high suicide rates among men also deserve attention: Chilean health authorities should implement specific programs to prevent male suicides. Future research should investigate why male suicides rates increased so sharply during the 1950s-1990s, in particular when compared to the rate among women.

⁸ As late as in 2013 it was created the first National Program to Prevent Suicides in Chile.

The increase in suicides during the 1930s, both in absolute and relative terms, was probably a result of the negative economic impact of the Great Depression in Chile, when the Chilean economy collapsed, and unemployment increased dramatically. It is believed that there is usually an increase in suicide mortality during economic recessions, in particular because of the negative impact of unemployment on mental health (Borrell et al, 2017; Ceccherini-Nelli & Priebe, 2011; Trucco, 1993)⁹. During the Great Depression that started in Chile in late 1929, the number of suicides in the triennium after the crisis (1930-32) was 83% higher than in the triennium before the beginning of the crash (1927-29)¹⁰.

5. Conclusions

During the last century there have been important changes in Chile's suicide profile and the relative importance of suicide as a cause of death. In the early twentieth century (1920s) suicides accounted for a negligible share of total deaths (0.1%); now suicides account for an important share of all deaths (around 2% during the twenty-first century), thus becoming an important cause of death. Chile's suicide rates are now above the world average. Male suicide rates have increased far more sharply than female rates (in particular from the 1950s to the 1990s), widening the gender gap to the detriment of males, despite a small fall during the 2000s-2010s. Finally, with regard to age groups, the share of adolescents and those in their 20s has halved during the last century while the share of those over 40 (in particular those over 50 years old) has increased markedly. As a consequence, the most important share of suicides in Chile are those committed by males over 50 years: as much as 29% of all suicides during the 2010s (as against 10% in the 1920s). Several public policies recommendations emerged from our results: Chilean health authorities should channel more funds to prevent suicides among all age groups and both genders; special programs should be tailored to focus on the middle-aged and elderly population, and especially men belonging to these two groups. Based on the main trends we have found, future research agenda should focus on additional topics, such as regional inequalities on suicide rates. Likewise, recent literature has focussed on the impact of other variables that we have not considered. For example, psychological and epidemiological research in other countries has suggested that decreasing religiosity may be a factor to consider (Poorolajal, Goudarzi, et. al., 2022), as well as increasing divorce rates, decreasing family size (Wenz, 1983), and increasing social disconnection (Motillon-Toudic, Walter, et. al., 2022) in particular in developed nations.

⁹ On the links between economic growth and suicide rates in Chile, see Moyano & Barría (2006). For the Spanish case, see Blázquez-Fernández et al (2017).

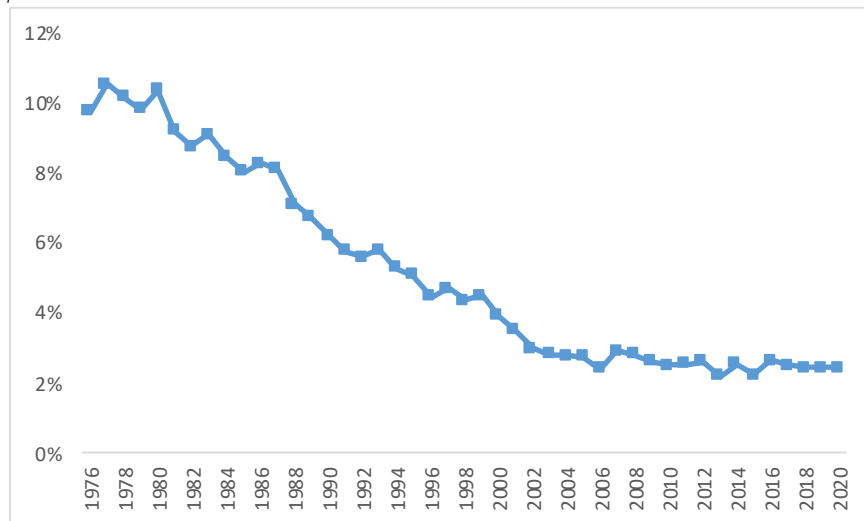
¹⁰ Studies have also shown that it is unclear whether there is a direct link between economic crises and changes in suicide rates over time (Fountoulakis et al, 2014).

Appendix A. Yearly number of suicides in Chile

Year	Suicides	Year	Suicides	Year	Suicides	Year	Suicides	Year	Suicides
1921	139	1941	177	1961	613	1981	651	2001	1.625
1922	189	1942	150	1962	529	1982	646	2002	1.603
1923	90	1943	161	1963	290	1983	691	2003	1.654
1924	120	1944	237	1964	249	1984	736	2004	1.735
1925	110	1945	247	1965	171	1985	683	2005	1.680
1926	142	1946	192	1966	594	1986	655	2006	1.795
1927	127	1947	169	1967	187	1987	693	2007	1.848
1928	211	1948	222	1968	755	1988	697	2008	2.088
1929	209	1949	227	1969	649	1989	725	2009	2.148
1930	254	1950	254	1970	579	1990	743	2010	2.001
1931	385	1951	284	1971	566	1991	787	2011	2.027
1932	360	1952	282	1972	558	1992	658	2012	1.841
1933	288	1953	279	1973	490	1993	740	2013	1.738
1934	248	1954	401	1974	555	1994	801	2014	1.789
1935	245	1955	524	1975	687	1995	930	2015	1.837
1936	284	1956	539	1976	587	1996	917	2016	1.858
1937	279	1957	496	1977	620	1997	910	2017	1.879
1938	228	1958	430	1978	567	1998	1.031	2018	1.823
1939	200	1959	558	1979	649	1999	1.041	2019	1.901
1940	235	1960	571	1980	540	2000	1.473	2020	1.602

Source: Own calculations based on the above-mentioned data sources.

Appendix B. Share of unknown causes of death within total deaths in Chile, 1976-2020



Source: Own calculations based on the above-mentioned data sources.

1. Bibliografía

6. References

- Araneda N., Sanhueza P., Pacheco G. & Sanhueza A. 2012. "Suicidio en adolescentes y jóvenes en Chile: riesgos relativos, tendencias y desigualdades". *Revista Panamericana de Salud Pública*, (45), e4. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.4>
- Baader, T., Behne, P., Molina, J.L., Gacitúa, L., Yáñez, L., Urrea, E. & Millán, R. 2008. "¿Está cambiando la prevalencia de los suicidios y sus características en la población chilena? Análisis de las tasas de suicidios y sus características sociodemográficas, ocurridas en la provincia de Valdivia, actual Región de Los Ríos, entre los años 1996 a 2008". *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*. 49(3), 273-282. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92272011000300008>
- Belmar Mac-Vivar, D. 2015. "Dame mi anillo o máteme". Suicidio y afectividad en registros judiciales de Santiago y San Felipe, 1920-1937". *Revista Historia y Justicia*, (4), 103-137. <https://doi.org/10.4000/rhj.4512>
- Blázquez-Fernández, C., Cantarero-Prieto, D. & Pascual-Sáez, M. 2017. "What Does It Drive the Relationship Between Suicides and Economic Conditions? New Evidence from Spain". *Social Indicators Research*, 130, 1087-1099. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1236-2>
- Borrell, C., Marí-Dell'Olmo, M., Gotsens, M., Calvo, M., Rodríguez-Sanz, M., Bartoll, X. & Esnaola, S. 2017. "Socioeconomic Inequalities in Suicide Mortality Before and After the Economic Recession in Spain". *BMC Public Health*, (17), 772. <https://doi.org/10.1186/s12889-017-4777-7>
- Ceccherini-Nelli, A. & Priebe, S. 2011. "Economic Factors and Suicide Rates: Associations Over Time in Four Countries". *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, (46), 975-982. <https://doi.org/10.1007/s00127-010-0275-2>
- Chávez, P. & Ovalle A. 2015. "...vengo en tomar por resolución única, la conclusión de mí fatal y asarozca escistencia': Justicia y voluntad suicida. Arica, 1900-1930". *Revista Historia y Justicia*, (4), 11-37. <https://doi.org/10.4000/rhj.4352>
- Chuaqui, C., Lemkau, P., Legarreta, A. & Contreras, A.A. 1967. "El Suicidio En Santiago de Chile". *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP)*, 63(3), 212-22.
- Díaz, J., Lüders, R., & Wagner, G. 2016. *Chile: la república en cifras*. Santiago: Ediciones UC.
- Diekstra, R.F. 1989. "Suicide and the Attempted Suicide: An Interntional Perspective". *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 80(S354), 1-24. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1989.tb03043.x>
- Duarte D. 2007. *El suicidio en Chile, estudio socio-demográfico y aproximación microsocial y psicológica a la violencia ejercida contra sí mismo*. [PhD Thesis, Louvain-la-Neuve: Louvain Catholic University].
- Duarte, D. 2017. "Tendencia del Suicidio en Chile". *Revista Chilena de Medicina Familiar*, 4(1), 34-41.

- Fabregat, M. 2015. "La muerte bajo sospecha: procedimientos judiciales frente al suicidio, Chile, 1832-1920". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.68654>
- Fabregat, M. 2015. El suicidio: exégesis judicial, reconstrucción estadística y caracterización. Provincia de Santiago, 1900-1920. *Revista Historia y Justicia*, (4), 66-102. <https://doi.org/10.4000/rhj.4466>
- Fabregat, M. 2018. "Justicia institucional y medicina mental frente al suicidio: Chile, 1832-1920". *Revista de Humanidades*, (37), 291-315.
- Fernández Labbé, M. 2004. "Ansias de tumba y de la nada: prácticas sociales del suicidio en el mundo pampino. Chile, 1874-1948". In Colectivo de Oficio Varios, *Arriba quemando el sol. Estudios de Historia Social Chilena: experiencias populares de trabajo, revuelta y autonomía (1830-1940)*. Santiago: LOM Ediciones, 195-223.
- Fernández Labbé, M. 2006. "Incapaz de soportar ya esta vida. Suicidio femenino en Chile. 1884-1948". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, (6), 1-12. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.2850>
- Ferrari, A.J., Norman, R.E., Freedman, G., Baxte, A.J., Pirkis J.E., Harris, M.G., Page, A., Carnahan, E., Degenhardt, L., Vos, T., & Whiteford, H.A. 2014. "The Burden Attributable to Mental and Substance Use Disorders as Risk Factors for Suicide: Findings from the Global Burden of Disease Study 2010". *PLOS ONE*, 9(4), e91936. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0091936>
- Flores, A. 2015. "Soy enfermo de cuerpo y alma y mejor muerto que vivir así. Justificar el suicidio ante la justicia, Punta Arenas 1894-1899". *Revista Historia y Justicia*, (4), 38-65. <https://doi.org/10.4000/rhj.4401>
- Fountoulakis, K.N., Kawohl, W., Theodorakis, P.N., Kerkhof, A., Navickas, A., Höschl, C., Lecic-Tosevski, D., Sorel, E., Rancans, E., Palova, E., Juckel, G., Isacson, G., Korosec, H., Botezat-Antonescu, I., Warnke, I., Rybakowski, J., Azorin, J. M., Cookson, J., Waddington, J., ..., Lopez-Ibor, J. 2014. "Relationship of suicide rates to economic variables in Europe: 2000–2011". *The British Journal of Psychiatry*, 205(6), 486-496. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.114.147454>
- Guajardo, G. (ed.). 2017. *Suicidios contemporáneos: vínculos, desigualdades y transformaciones socioculturales. Ensayos sobre violencia, cultura y sentido*. Santiago: FLACSO-Chile.
- Holopainen, J., Helama, S., Björkenstam, C. & Partonen, T. 2013. "Variation and Seasonal Patterns of Suicide Mortality in Finland and Sweden since the 1750s". *Environmental Health and Preventive Medicine*, 18(6), 494-501. <https://doi.org/10.1007/s12199-013-0348-4>
- Ilic, M. & Ilic I. 2022. "Worldwide Suicide Mortality Trends (2000-2019): A Joinpoint Regression Analysis". *World Journal of Psychiatry*, 12(8), 1044-1060. <https://doi.org/10.5498/wjp.v12.i8.1044>
- Kronenberg, C.A. 2021. "New Measure of 19th Century US Suicides". *Social Indicators Research*, 157, 803-815. <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02674-y>
- La Vecchia, C., Lucchini, F. & Levi F. 1994. "Worldwide Trends in Suicide Mortality, 1955-1989". *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 90(1), 53-64. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1994.tb01556.x>
- Lester, D. & Yan, B. 2005. "Regional and Time-Series Studies of Suicide in Nations of the World". *Archives of Suicide Research*, 9(2), 123-133. <https://doi.org/10.1080/13811110590903972>
- Liu, K.Y. 2009. "Suicide rates in the world: 1950–2004". *Suicide Life-Threat Behavior*, 39(2), 204-213. <https://doi.org/10.1521/suli.2009.39.2.204>

- Llorca-Jaña M., Rivas J. & Rivero-Cantillano R. 2023. "La temporalidad de la transición epidemiológica en Chile, 1862-2018". *Dynamis*, 43(2), 559-603.
- Mackenbach, J.P. 2020. *A History of Population Health: Rise and Fall of Disease in Europe*. Leiden: Brill.
- Madariaga, C., Genoveva, A., Iriondo, P., Savareses, V., Taylor, B. & Ríos, G. 2010. "Prevalencia del suicidio en la región de Tarapacá, años 1990-2008". *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 48(3), 197-206. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92272010000400004>.
- Madariaga, C., Ulloa, O., Genoveva, A., Iriondo, P. & Alvarado, R. 2016. "Muertes por suicidio en la Región de Tarapacá, años 1990-2013". *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 54(3), 250-258. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92272016000300009>
- Méndez, J.C., Opgaard, A. & Reyes, J. 2001. "Suicidio en la Región de Antofagasta 1989-1999 ¿Existe una tendencia creciente?" *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 39(4), 296-302. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92272001000400005>
- Méndez, J.C., Opgaard, A., Escalier, S., Escobar, C., Reyes, J., Zamora, L., Hurtado, & L., Olivares, Y. 1997a. "Epidemiología del suicidio en la segunda región de Chile". *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 35(4), 465-72.
- Méndez, J.C., Opgaard, A., Reyes, J., Escalier, S. & Escobar, C. 1997b. "Determinación de la cifra oscura del suicidio en Antofagasta". *Revista Ciencia Salud*, (1), 19-24.
- Monk, M. 1987. "Epidemiology of Suicide". *Epidemiologic Reviews*, 9(1), 51-69. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.epirev.a036308>
- Motillon-Toudic, C., Walter, M., Séguin, M., Carrier, J. D., Berrouiguet, S., & Lemey, C. 2022. Social isolation and suicide risk: Literature review and perspectives. *European Psychiatry*, 65(1), e65.
- Moyano, E., & Barría, R. 2006. "Suicidio y producto interno bruto (PIB) en Chile: Hacia un modelo predictivo". *Revista Latinoamericana de Psicología*. 38(2), 343-59.
- Omran, A. R. 1971. "The Epidemiologic Transition: A Theory of the Epidemiology of Population Change". *The Milbank Quarterly*, 49(4), 509-538. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0009.2005.00398.x>
- Omran, A. R. 1998. "The epidemiologic transition theory revisited thirty years later". *World Health Statistics Quarterly*, 53(2, 3, 4), 99-119. <https://iris.who.int/handle/10665/330604>
- Otzen T., Sanhueza A., Manterola C. & Escamilla-Cejudo J.A. 2014. "Mortalidad por suicidio en Chile: tendencias en los años 1998-2011". *Revista Médica de Chile*, 142(3), 305-13. <http://dx.doi.org/10.4067/S0034-98872014000300004>
- Piazzzi, C. 2016. "Aproximaciones historiográficas en torno al suicidio en Chile y México: Lecturas desde la historia social de la justicia". *Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones Ambrosio L. Gioja*, (17), 57-71.
- Poorolajal, J., Goudarzi, M., Gohari-Ensaf, F., & Darvishi, N. 2022. "Relationship of religion with suicidal ideation, suicide plan, suicide attempt, and suicide death: a meta-analysis". *Journal of Research in Health Sciences*, 22(1), e00537.
- Sainsbury, P. & Jenkins, J.S. 1982. "The Accuracy of Officially Reported Suicide Statistics for Purposes of Epidemiological Research". *Journal of Epidemiology & Community Health*, 36(1), 43-48. <https://doi.org/10.1136/jech.36.1.43>

- Schmidtke, A. & Weinacker, B. 1991. "Suicide Rates, Suicide Methods and Uncertain Cause of Death in the Elderly". *Zeitschrift für Gerontologie und Geriatrie*, 24(1), 3-11. <https://doi.org/10.1007/s00391-008-0517-z>
- Schmidtke, A. Weinacker, B. Apter, A. Batt, A. Berman, A. Bille-Brahe, U. Botsis, A. De Leo, D. Doneux, A. Goldney, R. Grad, O. Haring, C. Hawton, K. Hjelmeland, H. Kelleher, M. Kerkhof, A. Leenaars, A. Lönnqvist, J. Michel, ... Wasserman, D. 1999. "Suicide rates in the world: Update". *Archives of Suicide Research*, 51(1), 81-89. <https://doi.org/10.1023/A:1009615603276>
- Servicio Médico Legal. 2018. *El suicidio en Chile: análisis del fenómeno desde los datos médico-legales. Período 2000-2010. Actualización datos período 2011-2017*. Santiago: Unidad de Estadísticas y Archivo Médico Legal.
- Silva, D., Vicente, B., Saldivia, S. & Kohn, R. 2013. "Conducta suicida y trastornos psiquiátricos en Chile, un estudio poblacional". *Revista Médica de Chile*, 141(10), 1275-1282. <http://dx.doi.org/10.4067/S0034-98872013001000006>
- Speechley, M. & Stavray, K.M. 1991. "The adequacy of suicide statistics for use in epidemiology and public health". *Canadian journal of public health = Revue canadienne de sante publique*, 82(1), 38-42.
- Tøllefsen, I.M., Hem, E., & Ekeberg, Ø. 2012. "The reliability of suicide statistics: a systematic review". *BMC Psychiatry*, 12(9), 1-11. <https://doi.org/10.1186/1471-244X-12-9>
- Trucco B.M. 1975. "Mortalidad por suicidio en Chile: 1930-1971". *Revista Médica de Chile*, (103), 634-638.
- Trucco, B.M. 1993. "Tendencias del suicidio en Chile, 1971-1990". *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 31(4, Supl.), 5-17.
- Wenz, F. V. 1983. Family Size, Depression and Parent Suicide Risk. In *Depression and Suicide* (pp. 310-315). Pergamon.
- World Health Organization. 2021. *Suicide worldwide in 2019: global health estimates*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>
- World Population Review. 2024. *Suicide rate by Country 2024*. <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/suicide-rate-by-country>

Las "Guerras Frías Nacionales" de América Latina: el caso de Brasil (1945-1985)

The "National Cold Wars" of Latin America: The Case of Brazil (1945-1985)

Pamela Mancilla Azargado**

Resumen

El presente artículo examina las dimensiones clave de la Guerra Fría Nacional (GFN) en Brasil entre 1945 y 1985. Destacando que la fusión entre intelectualidad y política, impulsada durante el Estado Novo, estableció las bases para un Estado centralizado y fuerte. Se resalta además el papel de Estados Unidos en la política brasileña y la influencia decisiva de los militares, especialmente tras la instauración del régimen civil-militar en 1964.

Palabras clave: Brasil, Guerras Frías nacionales, política exterior, relaciones internacionales.

Abstract

The present article examines the key dimensions of the National Cold War (GFN) in Brazil between 1945 and 1985. It highlights how the fusion of intellectualism and politics, promoted during the Estado Novo, laid the groundwork for a strong, centralized state. Additionally, it emphasizes the role of the United States in Brazilian politics and the decisive influence of the military, especially after the establishment of the civil-military regime in 1964.

Key words: Brazil, National Cold Wars, foreign policy, international relations.

Recibido: 9 de octubre de 2024

Aceptado: 10 de diciembre de 2024

Introducción

El trabajo se desarrolla reconociendo la existencia de la Guerra Fría Global (GFG) (Westad, 2005, 2017) que sostiene la expansión del conflicto hacia otras regiones del planeta fuera del centro global, donde surgieron características específicas. En este sentido, América Latina adoptó una posición específica dentro del conflicto (Grandin, 2004; Bethell & Roxborough, 1992), en su calidad de "Guerra Fría latinoamericana" (Brands, 2010; Pettiná, 2023, 2018; Joseph & Spenser, 2008) e "Interamericana" (Harmer, 2013, 2014). Dentro de este contexto, Harmer y Riquelme (2014) abordaron el caso de Chile en la Guerra Fría Global. Fermandois

** Investigadora en Núcleo de Estudios Asiáticos & Chilean Korean Study Center Program- Instituto de Estudios Avanzados-Universidad de Santiago de Chile, contacto: Pamela.mancilla@usach.cl, ORCID: 0000-0003-0844-5285.

(2014) por su parte, reconoció la existencia de “pequeñas guerras frías” al interior de sociedades alrededor del mundo desde 1944. Siguiendo esta línea, la noción de Guerras Frías “Nacionales” o “locales” para los casos de Chile y Argentina y sus relaciones con la península coreana ha sido trabajada previamente por la autora (Mancilla, 2023). Esta noción es entendida como el desarrollo del conflicto de Guerra fría a través de re-significaciones locales del conflicto que tenía lugar en el centro internacional y en las que se articulaban relaciones internacionales determinadas por estas adaptaciones locales.

En el presente artículo, de carácter exploratorio, se busca dar cuenta de las principales tensiones presentes en la Guerra Fría Nacional (GFN) de Brasil, al problematizar la tensión existente en los aspectos internos de la política brasileña y el desarrollo de una política exterior alineada a la zona de influencia estadounidense, mientras simultáneamente se buscaba un rol preponderante al interior de la región. No se busca antagonizar las dimensiones de la política nacional y exterior de Brasil, pues se reconoce la manera en que ambas interactúan de manera bidireccional. Este análisis se organiza en torno a tres dimensiones claves. En primer lugar, reconocemos la importancia de la relación entre intelectualidad y poder durante el período del Estado Novo que fue determinante para la formación posterior del Estado brasileño de Guerra Fría. La particular relación de Brasil con Estados Unidos y finalmente, el papel predominante de los militares en el poder. Estas dimensiones no solo son cruciales para entender el caso brasileño, sino que también ofrecen herramientas para estudios futuros sobre otros países americanos.

El artículo se basa en un relevamiento bibliográfico que abarca un extenso período, de 1945 a 1985, con el objetivo de identificar estos procesos y patrones de largo plazo. Este marco temporal comienza con la instauración de la “Tercera República”, marcada por la alternancia democrática y una alta polarización social, que culmina en el Golpe de Estado de 1964. El ciclo se cierra en 1985, con el fin del régimen militar. Aunque no pretende abordar exhaustivamente todos los eventos del período, el análisis busca ofrecer claves interpretativas que sirvan como base para futuros estudios sobre la GFN de Brasil. Este enfoque permite una comprensión más profunda de cómo Brasil enfrentó las tensiones de la Guerra Fría, modelando tanto su política interna como su rol en la región, al tiempo que examina la interacción entre los procesos locales y las dinámicas internacionales.

El estudio de las Guerras Frías nacionales en América Latina, y en particular la de Brasil, sigue siendo un campo en constante evolución. Este trabajo responde a la necesidad de incorporar narrativas locales y nacionales en el marco de la GFG. En la primera sección de antecedentes se aborda como el régimen del Estado Novo sentó las bases para un Estado centralizado, resaltando la conexión entre la intelectualidad y la política. La segunda sección, “Tercera República de Brasil (1945-1964)”, analiza el proceso de democratización y las transformaciones políticas y económicas del período. En Brasil 1964-1985: Del Golpe Civil-Militar a la transición democrática, se detalla el impacto del régimen militar en la política

nacional y las relaciones internacionales. Finalmente, en conclusiones se sintetizan los hallazgos, destacando los roles de Estados Unidos y los militares en la configuración de la política brasileña y regional durante la Guerra Fría.

1. Antecedentes: El Estado Novo

En los últimos años de la Segunda Guerra Mundial, Brasil estuvo gobernado por un régimen autoritario. Desde 1930 a 1954 la política brasileña estuvo definida en gran medida por la figura de Getulio Vargas (De Lima Grecco, 2015) por lo que estos años serán conocidos como la “era Vargas” (Hirst, 1981)¹. Vargas, de 1937 hasta 1945 instauró el “Estado Novo”², en el cual se abolieron todos los partidos políticos y se impuso a la población una nueva constitución política. Según Bohoslavsky y Vicente (2014), este régimen, tanto en lo ideológico como en lo discursivo, se alineaba: “con los gobiernos que marcaban la hora en Europa: Benito Mussolini en Italia, Adolf Hitler en Alemania, Engelbert Dollfus en Austria, Antonio de Olivéira Salazar en Portugal y Francisco Franco en España”. (Bohoslavsky & Vicente, 2014: 230).

Durante este período se experimentó un alto grado de represión a la libertad de expresión debido al control de los medios. Es así como el 27 de diciembre de 1939 a través del decreto través del Decreto-ley presidencial nº 1.915 se crea el Departamento de Imprensa e Propaganda³ con el objetivo explícito de difundir la ideología “estado novista” y que tuvo un rol clave en la vigilancia política de los opositores al régimen. Vargas designó como Director general a Lourival Fontes y para abordar la totalidad del terreno nacional se crearon los Departamentos Estaduales de Imprensa y Propaganda (DEIP’s), esto llevó a la formación de un grupo de intelectuales denominados los “dipeanos”.

De esta manera, la guerra fría brasileña comenzó su articulación en un contexto previo en el que se había estado persiguiendo la unión entre la intelectualidad y la política. Así, durante el Estado Novo los intelectuales se constituyeron como actores claves para el desarrollo de las instituciones estatales. Este fenómeno se caracterizó por la heterogeneidad de la composición de estos intelectuales como menciona De Lima Grecco (2015) el apoyo al rol de

¹ Vargas había iniciado su vida política en los años de la República Vieja (1889-1930) en este período se llevaba a cabo la Política de “café con leche”, bajo el cual el poder se concentraba en la elite nacional. La participación política de Vargas sería en un principio a nivel de su estado natal, Río Grande du Sul, siendo elegido tres veces diputado estadual entre 1909 y 1921, luego formando parte de la Cámara federal. Pero a partir de la década de 1920 el sistema de la república vieja comienza a ser cuestionado, y las críticas se dirigen principalmente hacia el sistema oligárquico en el que se sostenía (Hirst, 1981)

² El Estado Novo sería un sistema autoritario que buscaría controlar las distintas esferas de la vida social, Gabriela De Lima Grecco ha identificado el rol clave que ejercieron los grupos de intelectuales brasileños en la implementación de un “nuevo discurso y una nueva política cultural” (De Lima Grecco, 2015), bajo su perspectiva el intelectual que respondía a un individuo que no sólo pensaba sino que también llevaba su reflexión al campo de la acción, lo convertía en un agente político con capacidad de intervención y participación en los aparatos ideológicos del Estado.

³Para más detalle ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip> consultada por última vez el 17 de diciembre de 2024.

los intelectuales como motores del cambio social fue clave en el proyecto estatal. Para esto las redes se organizaron para unir a los grupos políticos y promover una visión común del mundo. En palabras de la autora esto configuró: “(...) la gran ambigüedad y complejidad del régimen getulista, que incorporó a intelectuales de distintas tendencias ideológicas –los modernistas, comunistas, liberales o integralistas– que trabajaron mano a mano en favor de la construcción de un proyecto de Estado nacional” (De Lima Grecco, 2015: 52). Esta autora los retrata como “intelectuales autoritarios” que ayudaron al sustento del proyecto ideológico del régimen y que constituyeron una “burocracia ilustrada” actuando desde los espacios que el Estado les otorgaba.

En este sentido, el desarrollo histórico Brasil determinó la manera en que la intelectualidad brasileña se relacionaba con el poder, las transformaciones realizadas durante este período fueron impuestas al resto de la sociedad. Los intelectuales brasileños se vieron obligados, para poder sobrevivir, a involucrarse, de alguna manera, con los aparatos del Estado. Esto es lo que Carlos Nelson Coutinho buscó describir con “intimismo bajo la sombra del poder” (Alves, 2019)⁴ al referirse a cómo estos intelectuales, a pesar de no siempre apoyar directamente el orden establecido, optaron por evitar confrontaciones abiertas con el poder. Así, aunque se ha destacado usualmente el origen diverso de la intelectualidad novista, en la práctica este fenómeno demostraba cómo las restricciones impuestas por un sistema autoritario afectan las actitudes y comportamientos de los intelectuales.

El Brasil de Vargas se caracterizó por una neutralidad estratégica en el contexto del conflicto internacional entre el capitalismo y el comunismo, posicionándose como una alternativa que no se alineaba plenamente con ninguno de los dos bloques ideológicos predominantes en la época. El régimen mostró un comportamiento que puede definirse como contradictorio, ya que por un lado mantuvo una postura que condenaba tanto al comunismo como al capitalismo, mientras mantenía una especie “coqueteo” (Bohoslavsky & Vicente, 2014) con el Tercer Reich. Sumado a esto, el acercamiento y ofrecimiento de ayuda por parte del gobierno estadounidense provocó que Vargas debiese abandonar la postura neutral con respecto al enfrentamiento, y así en 1942 Brasil como parte de los Aliados envió la “Força Expedicionária Brasileira” (FEB) a Italia⁵. Esto hacía más evidente la dicotomía de un régimen que enviaba a sus hombres a pelear por la democracia en territorio europeo, mientras restringía sus libertades en el territorio nacional. El Partido Comunista de Brasil (PCB) se había opuesto al régimen de Vargas mientras se presentaba neutral en la guerra, pero cuando envía tropas, la postura del PBC cambia y ya no se califica al régimen como uno fascista, incluso va más allá

⁴ Alves (2019) sostiene que esta concepción de Coutinho deriva del concepto utilizado por el filósofo húngaro filósofo húngaro Georg Lukács para referirse a los intelectuales alemanes: “el intimismo bajo la sombra del poder”, quien a su vez lo tomó de Thomas Mann.

⁵ Ministério da Defesa <https://adiexitalia.org/index.php/pt/forca-expedicionaria-brasileira-feb> consultada por última vez el 17 de diciembre de 2024.

debido a la creencia de que Brasil se estaba involucrando ahora en una guerra legítima y debía ser apoyado. Esto llevó en 1945 a la formación de una alianza por parte del comunismo brasileño y el régimen estadonovista, lo que significó que el comunismo se desmarcaría de la oposición durante esta etapa.

La tensión dentro de la oposición aumentó, impulsada por la contradicción que representó la entrada de Brasil en la guerra (Missagia, 2021). La caída del régimen de Hitler también contribuyó en la tensión y Vargas manifestó eventualmente la necesidad de una transición para el Estado Novo. Finalmente, debió abandonar el poder a causa de un Golpe el 29 de octubre de 1945 y, luego de un mes, se llevaron a cabo las elecciones presidenciales, las cuales dieron como ganador a Eurico Gaspar Dutra del Partido Social Democrático (PSD) con un 55%⁶ del total de los votos, quien había sido Ministro de Guerra en el régimen de Vargas.

La intelectualidad brasileña al servicio del Estado también debió hacer frente a estas “ambigüedades ideológicas”. Es posible observar una orientación pragmática en el desarrollo de estas intelectualidades, que, observando las condiciones de restricciones impuestas para el ejercicio de sus actividades, se vuelven parte de la institucionalidad.

El análisis del papel de los intelectuales en la política durante este período resulta fundamental para comprender las dinámicas internas que dieron forma a la posterior Guerra Fría en Brasil. La participación de los intelectuales en la esfera política fue clave porque vinculó directamente la construcción de un proyecto nacional con la disputa ideológica que definió el conflicto global. Durante el Estado Novo, estos actores se posicionaron como piezas centrales en la consolidación institucional del Estado, promoviendo un modelo autoritario que encapsulaba las tensiones entre diversas corrientes ideológicas.

2. Tercera República de Brasil (1945-1964)

Así, se da inicio a la Tercera República (1945-1964). Esta nueva etapa indica que el desarrollo de la política nacional brasileña se encontró directamente relacionada con el acontecer internacional. Se ha afirmado que, durante este período, Brasil se encontraba en un proceso de construcción de una democracia representativa (Missagia, 2021; Castro Gomes & Ferreira, 2018). A partir de este momento emergió un sistema de partidos caracterizado por la aparición de tres nuevas organizaciones políticas: el Partido Social Democrático (PSD), el Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) y la União Democrática Nacional (UDN), donde se agruparon las fuerzas de oposición (Bohoslavsky & Iglesias, 2014). El PSD fue el partido mayoritario durante todo este período, su constitución se encontraba estrechamente ligada al aparato administrativo del Estado Novo. Dentro de su programa se consideraba que el Estado debía estimular la inversión privada, a la vez ejerciendo un rol de supervisión con respecto a la explotación de los recursos naturales y evitando así instancias que pudiesen

⁶ Eduardo Gomes de la UDN obtuvo un 35% del total de los votos y Yedo Fiúza del PCB obtuvo un 10% del total de votos.

afectar a los consumidores como la formación de fideicomisos, carteles o monopolios (Missagia, 2021).

La importante transformación que experimentó la política brasileña durante este período se constituyó a través de una aparente paradoja, ya que, por un lado, los partidos políticos se fueron fortaleciendo mientras que, a su vez, los líderes de los partidos políticos fueron perdiendo influencia sobre el voto de los electores. Esto aumentó la competencia partidaria y como resultado incrementó el grado de incertidumbre en el proceso electoral (Castro Gomes & Ferreira, 2018).

Desde el fin de la Segunda Guerra Mundial y hasta mediados de la década de los cincuenta la política brasileña, fue en gran parte definida por la predominancia del paradigma del desarrollo. Raquel dos Santos Missagia (2021) sostiene que se presentaron dos opciones: el desarrollo asociado al capitalismo estadounidense y por otro el de un “sesgo autónomo” que propugnaba el fortalecimiento por sus propios medios y la autonomía política de Brasil. El impulso hacia la modernización se fortalecía con los significativos cambios geográficos, económicos e intelectuales que transformaban la sociedad. Uno de los aspectos más relevantes de la política brasileña a partir de este momento corresponde al constante proceso de generación y reforma de instituciones estatales, con el objetivo constante de mejorar su capacidad (Bachiller, 2012). Desde la década de 1940 y durante las cuatro décadas siguientes se dio forma, a través de las instituciones a un Estado intervencionista con una orientación desarrollista.

Este desarrollo cada vez más complejo de la sociedad brasileña, producto de los cambios de la década de 1950, dio lugar al surgimiento de intelectuales orgánicos, siguiendo el planteamiento gramsciano. Se trata entonces de intelectuales que establecen un vínculo indisoluble con las “contradicciones concretas de la sociedad” (Alves, 2019). Es decir, un intelectual orgánico no se ve a sí mismo como neutral ni distante, sino que está estrechamente vinculado a las luchas sociales, económicas y políticas de su tiempo. En este sentido es posible observar una transformación de su rol que se adecúa a las nuevas estructuras de Brasil. Así, la relación entre la intelectualidad y la política emerge como una clave de análisis fundamental, ya que estos pensadores no solo respondían a las contradicciones concretas de la sociedad, sino que también influían en las decisiones que moldeaban el rumbo de Brasil en un periodo crucial de su historia.

Otro de los aspectos que caracterizaron el desarrollo de la guerra fría brasileña corresponde al rol central que ejercieron los militares en el desarrollo de la política nacional. En 1949, bajo el gobierno de Gaspar Dutra, se crea la Escola Superior de Guerra (ESG), la que ejerció un rol central en la promoción de la doctrina de “Seguranca e Desenvolvimento”, así la ideología de la ESG definía al desarrollo económico y la unidad política como las claves para el éxito contrarrevolucionario (Markoff & Duncan Baretta, 1985). Esta institución contribuyó al

desarrollo de una identidad colectiva entre los militares, quienes, tras años de debatir los problemas de la sociedad brasileña, comenzaron a verse como parte de una élite intelectual.

Lo anterior, daba cuenta de un potencial cambio en su rol más tradicional. Con respecto a esto, la perspectiva planteada por Markoff y Duncan Baretta (1985)⁷ es interesante pues sostiene que la relación de la ideología de la ESG⁸ en el abandono del papel moderador de las Fuerzas Armadas no está claro. Así, sugieren que es difícil demostrar que el cambio en la concepción del papel y las capacidades militares fue una contribución importante a la naturaleza del golpe de 1964 en Brasil. Pero pudo haber proporcionado la base moral que permitió a los oficiales altamente politizados no ver límites a sus actividades, en sus palabras: “(...) La ESG quizás proporcionó el pegamento moral que mantuvo a los militares en el poder” (Markoff & Duncan Baretta, 1985: 178).⁹

En 1951, llega al poder nuevamente Getúlio Vargas, manteniéndose en él hasta el 24 de agosto de 1954, fecha en la que pone fin a su vida. Durante este mandato, se buscó un acercamiento con Estados Unidos por la necesidad de atraer inversiones y tecnología para el desarrollo económico del país. Durante su segundo mandato la política exterior de Getulio Vargas se caracterizó por su enfoque en la promoción del desarrollo económico del país y en la consolidación de su posición en el ámbito internacional. Se esperaba mantener el apoyo de Estados Unidos. Desde la cancillería brasileña con João Neves da Fontoura a la cabeza, se consideró la Guerra de Corea como una situación favorable para las negociaciones con Estados Unidos, por lo que se enviaron tropas brasileñas hacia la península (Missagia, 2021).

Vargas buscaba posicionarse como líder latinoamericano, y en este contexto Argentina era el principal contendiente de Brasil (Missagia, 2021). Es por esto que durante este período las relaciones entre Brasil y Argentina se han descrito principalmente en términos de rivalidad, debido a que ambos países buscaban tener mayor influencia a nivel regional, lo que los situaba en una competencia. Sin embargo, esta perspectiva descuida los lazos de cooperación

⁷ Los autores realizan una crítica a la tesis central de Alfred Stepan sobre el papel clave que ejerció un proceso de cambio ideológico al interior de las fuerzas armadas en el que tuvo un rol central la socialización profesional.

⁸ Sobre la ideología de la ESG estos autores, haciendo mención a la distinción realizada por Juan Linz entre “Mentalidad” e “Ideología”, sostienen que se trataría más bien de una “pseudoideología” que podía ser eliminada si es que resultaba inconveniente. De esta manera, Markoff y Duncan entienden que en el pensamiento militar habrían existido dos corrientes de pensamiento principales: “Por un lado, había un cuerpo de pensamiento intelectualmente elaborado y coherente alimentado (pero no creado) por el ESG, que estaba, sin embargo, socialmente circunscrito y confinado a una sección del ejército. Por otro lado, había una mentalidad más amorfa, compuesta en gran parte por resentimientos reactivos: contra las amenazas a la disciplina o al honor militar y contra los políticos maliciosos o moralmente flácidos que no querían o no podían arreglar las cosas” (Markoff & Duncan Baretta, 1985: 185)

⁹ Estos autores también sostienen que la idea central de que el desarrollo y la seguridad se encontraban relacionados, no fue una ideología nueva. La Seguridad e Desenvolvimento es una variación de “Ordem e Progresso”. En sus palabras: “El eslogan de la ESG es simplemente una versión actualizada del viejo eslogan positivista, otra versión de la búsqueda de una fórmula dramática para la modernización sin participación masiva, con el orden (o la seguridad) ocupando un lugar privilegiado. Difícilmente es original de los ESG” (Markoff & Duncan Baretta, 1985:181)

existentes entre los Estados durante aquel período (Porcile, 1955). Problemas internos obstaculizaron la intención de Vargas de fortalecer la cooperación con Argentina¹⁰. Esto porque articular una relación más cercana con Argentina, conllevaba lidiar con el factor estadounidense, en tanto una cooperación más estrecha podría haber comprometido la alianza estratégica entre Brasil y Estados Unidos.

De esta manera, otro aspecto relevante de la guerra fría brasileña hace referencia a la “especial relación” que tuvo históricamente con Estados Unidos. En el período 1939 a 1955, Estados Unidos era el mayor socio comercial del Brasil al ser el principal mercado para el café brasileño y esta cercanía económica se extendería a otras dimensiones. Brasil entendía que Estados Unidos era un aliado natural para contrarrestar la influencia británica en la región y disuadir las aspiraciones de Argentina por alcanzar liderazgo al interior de la misma (Porcile, 1955: 140), como Gabriel Porcile afirma:

Claramente, la 'relación especial' con EE.UU. y las relaciones distantes con la 'problemática' Argentina era en ese contexto la política más conveniente para Brasil. Esta política persistió incluso después de la transformación de las condiciones internacionales con el fin de la guerra. Después de 1945 hubo una disminución en la consideración que los EE. UU. le habían otorgado a Brasil y una reversión de las altas expectativas que Brasil había tenido sobre su papel en el nuevo orden internacional de la posguerra. EE.UU. adoptaría una perspectiva cada vez menos favorable a la solicitud de Brasil de apoyo financiero y político especial. Como potencia global, que enfrenta demandas militares y económicas en muchas otras partes del mundo, EE. UU. le dio a América Latina una baja prioridad en su agenda. América Latina aparecía como una región en la que la hegemonía de Estados Unidos era indiscutible. Sin embargo, este cambio en la posición de Brasil en el sistema regional y global no se percibió de inmediato. La administración Dutra (1946-50) no introdujo cambios relevantes en las políticas anteriores de Vargas (1930-45) en asuntos externos, bajo el supuesto de que Brasil continuaba siendo un 'caso especial' en América Latina” (Porcile, 1955: 142)

La relación Brasil-Estados Unidos sufrió un impacto relevante en la década de los cincuenta. En diciembre de 1950 se había firmado un acuerdo para el establecimiento de una Comisión Mixta Brasil-Estados (CMBEU), que tendría la función de elaborar proyectos para promover el desarrollo económico y que contó con apoyo de capital estadounidense (Hirst, 2011). Pero Eisenhower (1953-1961) no buscaría profundizar en los proyectos de desarrollo económico que beneficiaban a Brasil.

¹⁰Esto se expresa claramente en el episodio del “Acta de Santiago” o el Tratado de Unión Económica Argentino-Chilena de octubre de 1953, en que se vieron involucrados Vargas y Perón. Desde Brasil se criticó el que fuese un acuerdo que iba en contra del Panamericanismo y hostil hacia Estados Unidos (Porcile, 1955). La reacción de Perón consistió en un ataque hacia el Itamaraty y Vargas a través de un discurso dado en Colegio Militar de la Nación en noviembre de 1953, en el que acusó a Vargas de haber dado su apoyo de manera privada a una “unión económica del sur” y de haber sostenido que Brasil se haría parte a penas las condiciones se lo permitiesen. La publicación de aquella conferencia, desató un importante debate al interior de Brasil. Dentro de las repercusiones generadas por este episodio se encuentra la “acusación Joao Neves”. En una entrevista el ex Ministro denunció la ambigüedad de la política exterior del presidente Vargas y que fue debido a su presencia al mando del ministerio lo que habría impedido un entendimiento mayor con Perón. Esta denuncia se entendería también en razón a la adhesión de Neves a grupos anti-getulistas (Missagia, 2021)

Resulta evidente, al analizar la bibliografía, que la política brasileña buscaba beneficiarse de la protección y la ayuda económica estadounidense. Para esto realizó gestos simbólicos de simpatía hacia el accionar estadounidense, como lo fue el envío de tropas brasileñas al enfrentamiento en la península coreana, aun cuando esto no entregó los resultados esperados al gobierno de Vargas.

Posteriormente, se sucedieron varios gobiernos de corta duración. El suicidio de Vargas detuvo los planes de Golpe de Estado contra su gobierno, pero no terminó con la crisis que experimentaba la política. Luego de la muerte de Vargas, asume Café Filho del 24 de agosto de 1954 al 8 de noviembre de 1955, Carlos Luz del 8 al 11 de noviembre de 1955 y Nereu Ramos del 11 de noviembre de 1955 al 31 de enero de 1956.

Entre 1956 y 1961, el poder en Brasil estuvo en manos de Juscelino Kubitschek, un período que posteriormente sería conocido como “los años dorados” (Castro Gomes & Ferreira, 2018). Esta denominación se debe principalmente al notable crecimiento económico y al proceso de modernización que vivió el país durante su mandato. Kubitschek impulsó políticas desarrollistas con un claro objetivo de acelerar el progreso nacional, resumido en su célebre lema: “50 años en 5” (Mendible, 2014: 87), en referencia a su ambición de lograr en cinco años el desarrollo que, en circunstancias normales, tomaría cinco décadas.

Su gobierno estuvo marcado por importantes inversiones en infraestructura, industrialización y por la fundación de Brasilia en 1960, la nueva capital que busco simbolizar una visión de futuro y modernidad para el país¹¹. Esta combinación de crecimiento económico y transformación estructural consolidó su legado como una época de optimismo y expansión para Brasil. Llevó a cabo un plan de desarrollo económico sustentado en su Programa de Metas de 1958, que establecía en 30 puntos la necesidad de mayor inversión tanto estatal como privada. Resulta relevante considerar que estas metas no se limitaban a su período de gobierno, sino más allá. Como es posible observar en sus declaraciones: “El programa refleja un conjunto dinámico y progresivo de obras y emprendimientos que pueden llevarse a cabo en diferentes etapas, algunos de los cuales deberían estar finalizados al final del actual mandato de cinco años (1961) y otros se espera que estén terminados en 5 a 10 años, como es el caso de la meta de electricidad, en la que alrededor del 40% de las inversiones en curso sólo se consumará entre 1961 y 1965” (Kubitschek, 1958.9).

¹¹ Su construcción comenzó en 1956, sin embargo la aspiración de crear una nueva ciudad para constituirse en la capital está presente en el texto de la Constitución de 1891, específicamente en el artículo 4: “Queda perteneciente a la Unión un área de 14.400 kilómetros cuadrados, en la meseta central de la República, que será demarcada en su momento, para establecer la futura Capital Federal” Texto completo en: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Consultada por última vez el 17 de diciembre de 2024. Brasilia posteriormente en 1987 fue declarada Patrimonio Histórico y Cultural de la Humanidad por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO)

En este escenario, de complejidad creciente de la sociedad brasileña liderazgos como el de Juscelino Kubitschek reflejaron cómo Brasil buscaba posicionarse estratégicamente dentro de la lógica bipolar del conflicto. Kubitschek poseía una visión panamericanista. Bajo su mandato se creó el programa Operación Panamericana (OPA) que establecía asistencia económica por parte de Estados Unidos hacia los países de América Latina y su desarrollo. Como establece Cuéllar (2013) Kubitschek utilizó la lógica bipolar de la Guerra Fría para persuadir a Washington de que el desarrollo regional era esencial para la seguridad del hemisferio, así argumentó que, sin superar el subdesarrollo, los países latinoamericanos no podrían detener la subversión ni apoyar la causa occidental, destacando la necesidad de alinear las aspiraciones e intereses del continente frente a la "peligrosa situación mundial" (Cuéllar, 2013: 23). El interés por el panamericanismo abogado por Kubitschek fue reconocido por Estados Unidos, mientras manifestaba su preocupación por el creciente sentimiento antiestadounidense al interior de los países latinoamericanos¹².

Al iniciar la década de los sesenta Brasil también experimentó una grave crisis institucional. Los militares brasileños aún conservaban el poder que habían adquirido en el Estado Novo. Jânio Quadros renunció a los siete meses de su presidencia en agosto de 1961. El Congreso y Fuerzas Armadas se oponían a que Joao Goulart su vicepresidente asumiera el mando del país, sobre quien se creía que de llegar al poder podría instalar un régimen comunista. La tensión se resolvió transitoriamente con una enmienda constitucional que reemplazaba el régimen presidencialista por una forma de gobierno parlamentaria (Rapoport & Laufer, 2000). Ranieri Mazzilli ejerció como presidente interino hasta que Joao Goulart asumió el poder en agosto de 1961. A través de un plebiscito logró reinstalar el presidencialismo y esto le sirvió para impulsar un programa reformista y nacionalista, en el que destacaba la figura de Celso Furtado¹³ como Ministro de Planificación.

Goulart continuó articulando los principios de la Política Exterior Independiente (PE) proclamada por Quadros, orientada a mejorar la posición internacional de Brasil. Esta política promovía el desarme, la coexistencia pacífica, la autodeterminación y la no intervención, además de fomentar relaciones diplomáticas con todos los Estados.

El conflicto ideológico de la Guerra Fría ejerció una influencia significativa en el desarrollo de las tensiones políticas a nivel nacional en Brasil durante este período. La polarización entre las doctrinas capitalista y comunista permeó el debate interno y definió las posturas de distintos sectores sociales y políticos. En este contexto, el gobierno de João Goulart fue objeto de críticas constantes por parte de los sectores conservadores y las fuerzas militares, por sus

¹² Telegrama del Departamento de Estado a la Embajada en Brasil del 20 de junio de 1958 <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v05/d248> . Consultada por última vez el 17 de diciembre de 2024.

¹³ Economista y político brasileño, reconocido por su análisis del subdesarrollo en América Latina. Sus ideas influyeron en la creación de políticas económicas en el marco de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

vinculaciones “comunistas” (Rapoport & Laufer, 2000: 67). Estas acusaciones surgieron principalmente debido a una serie de reformas impulsadas por Goulart, percibidas por estos sectores como una amenaza al orden social y económico vigente. Entre las medidas más controvertidas estaban la reforma agraria, que buscaba una redistribución más equitativa de la tierra; la nacionalización de empresas extranjeras, con el fin de fortalecer el control estatal sobre los recursos estratégicos; y la ampliación de los derechos laborales, destinada a mejorar las condiciones de los trabajadores. Estas medidas generaron una fuerte oposición por parte de las élites conservadoras, militares y de la clase media, que temían una posible influencia comunista en el país. La retórica de la Guerra Fría exacerbó estos temores y fue utilizada como justificación para la oposición y eventual desestabilización del gobierno de Goulart.

Además, Brasil estaba enfrentando una crisis económica, con una inflación creciente y un déficit comercial cada vez mayor. Goulart intentó resolver estos problemas a través de medidas económicas nacionalistas, como el control de precios y la intervención estatal en la economía. Sin embargo, estas medidas no lograron satisfacer a la élite empresarial y financiera del país. Por lo que, en este contexto, los militares, con directo apoyo de los Estados Unidos, realizaron un golpe de Estado en 1964, argumentando que era necesario para preservar la democracia y evitar la influencia comunista. Como resultado, Goulart fue depuesto y exiliado, y se estableció un régimen militar que duró hasta 1985.

3. Brasil 1964-1985: Del Golpe Civil-Militar a la transición democrática

En marzo de 1964 en Brasil comienza el segundo gobierno militar más duradero de América del Sur¹⁴. La instauración de este régimen marcó el fin de la tradición del ejército, que hasta entonces había ejercido un poder moderador para preservar el equilibrio en una sociedad con valores políticos liberales. Además, se termina con la manera en que el desarrollo económico se estaba articulando hasta ese momento. Como Alejandro Mendible (2014) identifica el final del desarrollo económico populista fue reemplazado por dos décadas de gobiernos militares que promovieron un liberalismo económico.

Estados Unidos ejerció un rol fundamental en el derrocamiento de João Goulart. El gobierno estadounidense, temía la expansión del comunismo en América Latina, por lo que la administración de Lyndon B. Johnson, al igual que sus predecesores, estaba decidida a evitar que los movimientos de izquierda ganaran fuerza en la región, especialmente tras la Revolución Cubana de 1959. Aquella percepción de “amenaza comunista” se fundamentaba en hechos concretos, ya que el episodio cubano tuvo un efecto catalizador en el resto de los países americanos, como afirma César Ross: “La experiencia cubana aceleró el proceso de radicalización de los extremos políticos, al punto de crear las condiciones para que en la periferia se viviera una Guerra Fría con casi los mismos componentes ideológicos del conflicto

¹⁴ El gobierno militar más extenso en América del Sur fue el de Alfredo Stroessner en Paraguay, que duró 35 años, desde 1954 hasta 1989.

central, pero con características propias” (Ross, 2024: 12). Sobre esto Harmer (2011) señala que a partir de entonces el desarrollo de la Guerra Fría en la región se transforma y pone en el centro el conflicto entre La Habana y Washington “como polos opuestos de revolución y reacción en el continente” (Harmer, 2011:2)

Para estos objetivos, Estados Unidos brindó apoyo concreto a los militares brasileños que estaban conspirando contra Goulart, quien, como ya mencionamos, aunque no era comunista, fue percibido como un líder con tendencias hacia el socialismo debido a sus políticas económicas y su acercamiento a movimientos de izquierda en Brasil. Washington veía a Goulart como un obstáculo para sus intereses en la región, por lo que favoreció el golpe militar que depuso a su gobierno.

En este contexto surge la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN), una “macroteoría militar del Estado” (Leal, 2002) que plantea que los militares deben asumir un papel fundamental al interior de las instituciones estatales, al considerarlas estratégicas para garantizar la seguridad y estabilidad nacional. Como lo sostiene Leal (2002), esta doctrina enfatiza la necesidad de que las fuerzas armadas “ocupen” posiciones clave dentro del aparato estatal para garantizar su estabilidad y protegerlo frente a amenazas tanto externas como internas. Esta estrategia justificaba el uso de la fuerza y la represión para preservar el orden interno y combatir cualquier forma de amenaza, percibida o real, de movimientos comunistas.

Se trató de un fenómeno que tuvo lugar en distintos países americanos, pero en el caso de Brasil se presentó su formulación inicial, como sostiene Laura Sala (2022) son los militares brasileños quienes sistematizan “la doctrina”. En este sentido, las fuentes indican que sus primeras formulaciones doctrinarias estuvieron en la obra del General Golbery de Couto e Silva (Marín, 2016; Leal, 2002). Golbery define la Política de Seguridad en los siguientes términos: “aquella que busca asegurar el logro de los objetivos vitales permanentes de la nación contra toda oposición, sea externa o interna, evitando la guerra si es posible, o llevándola a cabo si es necesario con las máximas probabilidades de éxito” (Tapia, 1980: 111). En esta definición es posible identificar la percepción de amenaza dual mencionada previamente.

Es importante observar lo señalado por Jorge Tapia (1980) sobre la evolución del enfoque tuvo la ESG, que hasta 1960, se enfocó principalmente en el planeamiento del desarrollo económico y social como parte integral de la defensa nacional. Pero que después de 1960 comenzó a centrarse más en los aspectos estrictamente relacionados con la seguridad y el control interno, en línea con una visión más rígida de la Seguridad Nacional. Este cambio coincidió con modificaciones en las políticas exteriores de Estados Unidos hacia América Latina, y a la creciente preocupación por la expansión del comunismo en la región.

A partir de 1964 se reestructuraron las Direcciones de Orden Político y Social (DOPS) y las Secciones de Orden Público (SOPS), como organismos de represión al servicio del régimen.

Ese mismo año se creó el Servicio Nacional de Informaciones¹⁵, y como figura en el artículo 2 de su ley de creación “El Servicio de Inteligencia Nacional tiene por objeto supervisar y coordinar, en todo el territorio nacional, las actividades de información y contrainformación, en particular las de interés para la Seguridad Nacional”¹⁶. Posteriormente, durante la década de 1970 Brasil fue parte del “Plan Cóndor” una operación de cooperación internacional cuyo objetivo principal era la represión y persecución de opositores políticos, en el que se involucraron estos organismos.

Ranieri Mazzilli asumió brevemente como presidente interino, hasta la llegada en abril de 1964 de Humberto Castelo Branco quien gobernó hasta marzo de 1967. El gobierno militar inicialmente se presentó como un gobierno provisional para “restaurar el orden y la democracia”, pero pronto se estableció un régimen autoritario, con la suspensión de las garantías constitucionales, la represión de la disidencia política y la censura de los medios de comunicación. Durante los primeros años de la dictadura, hubo una fuerte oposición a la represión del régimen. El movimiento de resistencia más importante en esta época fue el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), que buscaba reforma agraria y la redistribución de la tierra.

En 1967 a través de la aprobación de una nueva constitución se reforzó el control del gobierno militar sobre el país. La Constitución suspendió los derechos políticos de aquellos que se consideraba que amenazaban la seguridad nacional y permitió que el presidente tomara medidas extremas sin necesidad de aprobación del Congreso.

Artur Costa e Silva llegó a la presidencia de Brasil en marzo de 1967, después de un golpe de Estado que depuso al presidente anterior, Humberto de Alencar Castelo Branco. Como presidente, Costa e Silva intensificaron la represión de los oponentes políticos, limitó la libertad de prensa y reprimió los movimientos estudiantiles y sindicales. Durante su gobierno, Costa e Silva también promovió un programa de desarrollo económico, conocido como Plan de Desarrollo Nacional, que buscaba modernizar la economía brasileña y promover la industrialización. Sin embargo, su gobierno también fue responsable de la creciente deuda externa del país, que tuvo consecuencias económicas negativas a largo plazo.

En 1968, Costa e Silva firmó el Acto Institucional Número Cinco (AI-5), que suspendió las garantías constitucionales, reprimió a la oposición y permitió al gobierno tomar medidas extremas sin necesidad de aprobación del Congreso. La firma de este documento fue una respuesta a una serie de protestas y manifestaciones que se estaban llevando a cabo en todo el país en contra del régimen militar. Estas protestas, que incluían a estudiantes, trabajadores

¹⁵ Servicio Nacional de Información (SIN) en Archivos Nacionales: Memorias Reveladas: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni>

¹⁶ Ley N° 4.341, de 13 de junio de 1964 en: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm . Consultada por última vez el 17 de diciembre de 2024.

y grupos de izquierda, eran consideradas una amenaza para la estabilidad del régimen y, por lo tanto, fueron reprimidas por las fuerzas militares. Esto intensificó aún más la represión y la violación de los derechos humanos en el país. En 1969 se crea la Ley de Seguridad Nacional de Brasil, la cual estableció un marco legal para la persecución y enjuiciamiento de personas consideradas subversivas o que representaban una amenaza a la seguridad del Estado, y fue utilizada para reprimir y perseguir a opositores políticos, activistas y cualquier persona considerada una amenaza para el régimen militar. Esta ley estuvo en vigor hasta 2019, cuando fue sustituida por la nueva Ley de Seguridad Nacional, que buscaría garantizar la defensa del Estado democrático de derecho y los derechos fundamentales.

En agosto de 1969 comienza el mandato de Emílio Garrastazu Médici quien gobernó hasta el 15 de marzo de 1974. Se ha considerado a su período como la fase más represiva de la dictadura militar iniciada en 1964. Así en 1970 emerge el DOI-CODI (Destacamento de Operaciones de Informaciones-Centro de Operaciones de Defensa Interna) (Valverde Da Silva, 2016). En este marco la oposición se articuló en guerrillas, como Valverde Da Silva sostiene, antes del golpe, ya había seguidores de las guerrillas, sobre todo tras la revolución cubana, pero eran pocos los "militantes idealistas". Así, al considerar que habían agotado las opciones pacíficas de oposición, la lucha armada se convirtió en la única alternativa que los izquierdistas consideraban para derrocar la dictadura. Merece ser destacado esta conflictividad es considerada una expresión de la guerra fría nacional de Brasil.

A partir del 15 de marzo de 1974 y hasta el 15 de marzo de 1979 estuvo al mando de Brasil Ernesto Geisel. Bajo este mandato se comienzan a experimentar algunos cambios importantes en el desarrollo de la política exterior ejecutada hasta ese momento, específicamente con respecto al alineamiento con Estados Unidos. Alcalde y Romero (2018) afirman que se alejó de su alineación estrecha con Estados Unidos, pero no asumió una posición de liderazgo en la causa del Tercer Mundo y actuó de manera pragmática, esto lo llevó a establecer relaciones con China y Angola

La transición de la dictadura militar a los gobiernos civiles democráticos en los años 80 ocurre en un marco de relajación o "apertura" política (Mendible, 2014: 88). El último presidente militar de Brasil fue João Figueiredo (1979-1985). Durante su mandato tuvieron lugar importantes transformaciones al régimen militar instaurado desde 1964. Entre estas se debe considerar la Ley de Amnistía de 1979 que otorgó la libertad a presos políticos y permitió que miles de personas volvieran al país desde el exilio, entre ellos una importante parte de intelectuales y activistas políticos. Esto fue expresión de un proceso más amplio de apertura hacia la democracia.

Conclusiones: Dimensiones claves de la GFN de Brasil

Las páginas anteriores buscaron presentar algunas de las dimensiones claves para el análisis del desarrollo de la guerra fría nacional de Brasil. Como antecedentes se considera que la

GFN de Brasil se desarrolló en un marco donde la fusión entre intelectualidad y política fue promovida durante el Estado Novo, esto sentó las bases para el desarrollo de un Estado fuerte y centralizado, capaz de enfrentar los desafíos del período. Esta intelectualidad, aunque estuvo en la "sombra" de la política ejerció un rol central que repercutió en el desarrollo del Brasil de Guerra Fría.

Como abordamos las alternativas que se presentaban en la política brasileña desde el fin de la Segunda Guerra Mundial y hasta mediados de la década estaban definidas en gran medida por la presencia del paradigma del desarrollo. De este modo, se destacan dos opciones: el desarrollo vinculado al capitalismo estadounidense y el enfoque de "sesgo autónomo" (Missagia, 2021: 371), que promovía el fortalecimiento interno y la autonomía política de Brasil.

Uno de los aspectos claves que definió y tensionó la política brasileña desde fines de la Segunda Guerra Mundial corresponde al rol central que ejerció Estados Unidos. Durante este período Brasil fue visto por Washington como un socio estratégico en América Latina, en parte por su posición geopolítica y su estabilidad comparativa en una región de creciente tensión. Esta relación determinó también la manera en que Brasil se relacionaba con el resto de los países americanos, destacamos previamente el caso con Argentina, ambos países que buscaban establecerse como líderes a nivel regional.

Es posible afirmar que la relación Brasil-Estados Unidos se volvió un telón de fondo para el desarrollo de GFN de Brasil. Esta afirmación no busca restar protagonismo a los actores nacionales de Brasil, más bien reconoce la existencia de esta relación como una dimensión de análisis, la cual se encontró en constante transformación. Los cambios internos en la política brasileña, junto con la evolución de la política exterior de Washington hacia América Latina, jugaron un papel determinante en la dinámica de este vínculo, elementos que deben ser considerados al estudiar su evolución.

También se destacó el rol central que ejercieron los militares en el desarrollo de la política nacional. Como se ha mencionado anteriormente, los militares en Brasil estuvieron involucrados en el ámbito político y económico del país desde muy temprano, influenciados por la ideología formulada en la Escuela Superior de Guerra (ESG). Su influencia se intensificó a partir de 1964, cuando tomaron el control del gobierno, y continuó marcando la política nacional hasta 1985. En este contexto, la GFN de Brasil está profundamente vinculada a esta clave de análisis, dado que los militares en su accionar y doctrina jugaron un papel fundamental en su formación y en su evolución.

Las dimensiones previamente abordadas permiten comprender de manera más profunda el desarrollo del conflicto en Brasil en el contexto americano, donde la Guerra Fría no se redujo a una lógica bipolar que explicara exclusivamente los problemas de los países de la región. Si bien la confrontación entre los bloques capitalista y comunista fue un factor relevante, los

desafíos y tensiones en los países latinoamericanos fueron el resultado de una compleja interacción de dinámicas internacionales, regionales y nacionales.

Bibliografía

- Alcalde, J., & Romero, G. 2018. "La política exterior del Gobierno Revolucionario Peruano y los cambios en el orden internacional, 1968-1975". *Agenda Internacional*, 257-301.
- Alves, G. 2019. "Intelectuales, organización de la cultura y poder en Brasil Notas críticas acerca de la sociedad civil neoliberal". *Revista Ecuador Debate*, 51-66
- Bachiller, J. 2012. "El Estado y las estrategias nacionales de desarrollo en Brasil. Evolución y trayectorias recientes". *Anuario Americanista Europeo*, 3-21
- Bethell, L., & Roxborough, I. (1994). "The impact of the cold war on Latin America". En Leffler, M & Painter, D. *Origins of the Cold War: An international history* (pp. 293-316). London: Rotledge.
- Bohoslavsky, E., & Iglesias, M. 2014. "Las guerras frías del cono sur: Argentina, Brasil, Chile y Uruguay (1945-1952)". *OPIS*, 113-133.
- Bohoslavsky, E., & Vicente, M. 2014. El Estado Novo a ojos de liberales de Argentina y de Brasil (1937-1946); Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Comparada; *Revista de História Comparada*, 226-253.
- Castro Gomes, A., & Ferreira, J. 2018. "Brasil, 1945-1964: una democracia representativa en consolidación". *Estudios del ISHiR*, 53-74.
- Cuéllar, L. 2013. TESIS: Guerra Fría en Colombia y en Brasil: 1959-1964. Universidad de los Andes. Obtenido de <http://hdl.handle.net/1992/19667>
- De Lima Grecco, G. 2015. "Redes de poder durante el 'Estado Novo' brasileño: los intelectuales autoritarios y la constelación Capanema". *Revista Páginas* (15), 48-62.
- Fernandois, J. 2014. "La política de Guerra Fria: el caso de la Alemania Europea, 1973-1977". En Harmer T, & Riquelme, A. *Chile y la Guerra Fría global* (pp. 257-272). Santiago de Chile: RIL Editores.
- Grandin, G. (2004). *The last colonial massacre: Latin America in the Cold War*. London: The University of Chicago Press.
- Harmer, T & Riquelme, A. 2014. *Chile y la Guerra Fría global*. Santiago de Chile: RIL Editores.
- Harmer, T. 2011. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Harmer, T. 2014. "Chile y la Guerra Fría interamericana, 1970-1973". En T. Harmer, & A. Riquelme, *Chile y la Guerra Fría global* (pp. 193-223). Santiago de Chile: RIL Editores.
- Hirst, M. 1981. "La época de Vargas 1930/1945". *Crítica & Utopía*, 1-9.

- Hirst, M. 2011. TESIS: As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional : evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI. Porto Alegre.: Tesis de doctorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Joseph, G & Spenser, D. 2008 "In from the Cold: Latin America's new encounter with the Cold War" (p. 3-46). Durham, NC, and London: Duke University Press.
- Kubitschek, J. 1958. *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. Estado do plano de desenvolvimento economico*. Río de Janeiro.
- Leal, F. 2002. *La Seguridad Nacional a la deriva: Del Frente Nacional a la Posguerra Fría*. México D.F: Alfaomega Grupo Editor.
- Mancilla, P. 2023. TESIS: Re-significación local de las lógicas de la Guerra Fría: Las relaciones de Argentina y Chile con la República de Corea, entre el pragmatismo y la dimensión ideológica (1970-1979). Tesis para optar al grado de Doctora en Estudios Americanos. Santiago: Universidad de Santiago de Chile.
- Marín, B. 2016. "Análisis de la 'Geopolítica del Brasil' de Golbery Do Couto". *Cuaderno electrónico de geografía económica y política*. Universidad Nacional Autónoma de México
- Markoff, J., & Duncan Baretta, S. R. 1985. "Professional Ideology and Military Activism in Brazil: Critique of a Thesis of Alfred Stepan". *Comparative Politics*, 17(2), 175-191.
- Mendible, A. 2014. "Brasil y su histórico viraje sudamericano". *Tiempo y Espacio [online]*. vol.24, n.61, pp.79-103. ISSN 1315-9496.
- Missagia, R. d. 2021. "Política exterior brasileña y debates sobre la exportación de minerales estratégicos a Estados Unidos (1945-1955)". *Perspectivas Revista de Ciencias Sociales* (12), 133-166.
- Porcile, G. 1955. "The challenge of cooperation: Argentina and Brazil, 1939-1955". *Journal of Latin American Studies*, 129-159.
- Rapoport, M., & Laufer, R. 2000. "Los Estados Unidos ante el Brasil y la Argentina - los golpes militares de la década del 60". *EIAL - Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 11(2). <https://doi.org/10.61490/eial.v11i2.1001>
- Ross, C. 2024. *Chile en los albores de la Guerra Fría: contexto, teoría e ideas*. Santiago: Editorial Universidad de Santiago de Chile.
- Sala, L. Y., 2022. "La Doctrina de Seguridad Nacional en América Latina. Un repaso por los estudios clásicos y sus crítico"s. e-l@tina. *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, 20(80)
- Tapia, J. 1980. *El terrorismo de Estado La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México D.F: Editorial Nueva Imagen.
- Valverde Da Silva, A. L. 2016. "El golpe militar brasileño y su herencia en los problemas sociales del país". *Revista Faro*, 85-110.

Westad, O. A. (2017). *La guerra mundial: Una historia mundial*. Barcelona, Galaxia Gutenberg, 2018 [2017], 739 pp., trad. de Irene Cifuentes de Castro y Alejandro Pradera Sánchez.

Westad, O. A. 2005. *The Global Cold War: Third world interventions and the making of our times*. New York: Cambridge University Press.